

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

FAAC – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação

DCSO – Departamento de Comunicação Social

PPGCOM – Programa de Pós-graduação em Comunicação

Campus de Bauru

Mara Fernanda de Santi

**Mídia cidadã, comunicação popular e as redes colaborativas
online de alerta de segurança.**

Uma luta por direitos ou por visibilidade?

Bauru/SP

2019

MARA FERNANDA DE SANTI

**Mídia cidadã, comunicação popular e as redes colaborativas
online de alerta de segurança.**

Uma luta por direitos ou por visibilidade?

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação Midiática, sob a orientação da Prof^a. Associada Maria Cristina Gobbi.

Bauru/SP

2019

S235m

Santi, Mara Fernanda de

Mídia cidadã, comunicação popular e as redes colaborativas online
de alerta de segurança : Uma luta por direitos ou por visibilidade? /
Mara Fernanda de Santi. -- Bauru, 2019

147 p. : il., tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru

Orientadora: Maria Cristina Gobbi

1. Mídia Cidadã. 2. Comunicação Popular. 3. Mídias Digitais. 4.
Redes sociais online. 5. Aplicativos móveis. I. Título.

MARA FERNANDA DE SANTI

**Mídia cidadã, comunicação popular e as redes colaborativas *online* de
alerta de segurança.**

Uma luta por direitos ou por visibilidade?

Área de concentração: Comunicação Midiática

Linha de Pesquisa: 1 – Processos Midiáticos e Práticas Socioculturais

Banca Examinadora:

Prof^a. Associada Maria Cristina Gobbi
Presidente/Orientadora/Unesp

Prof^a Dr^a Cicilia Maria Krohling Peruzzo
Convidada externa

Prof. Associado Maximiliano Martin Vicente
Docente/Unesp

Resultado: Aprovada

Bauru, 12 de setembro de 2019

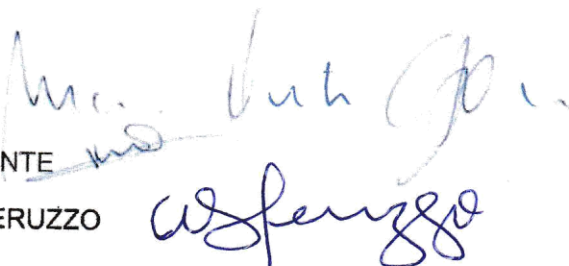
ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE MARA FERNANDA DE SANTI, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 12 dias do mês de setembro do ano de 2019, às 14:00 horas, no(a) Sala de reunião dos Programas de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Professora Associada MARIA CRISTINA GOBBI - Orientador(a) do(a) Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp - câmpus de Bauru / Universidade Estadual Paulista, Professor Associado MAXIMILIANO MARTIN VICENTE do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Professora Doutora CÍCILIA MARIA KROHLING PERUZZO do(a) Programa de Pós Graduação em Comunicação / Universidade Anhembi Morumbi, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de MARA FERNANDA DE SANTI, intitulada **Mídia cidadã, comunicação popular e as redes colaborativas online de alerta de segurança. Uma luta por direitos ou por visibilidade?**. Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: aprovada. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Professora Associada MARIA CRISTINA GOBBI

Professor Associado MAXIMILIANO MARTIN VICENTE

Professora Doutora CÍCILIA MARIA KROHLING PERUZZO



“Aprendi que um homem só tem o direito de olhar o outro de cima para baixo
pra ajudá-lo a levantar-se” (Gabriel García Márquez)

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço aos meus pais adotivos, Eunice e Antonio, que já não habitam entre nós, seres terrenos, mas, seguem me dando força sobre-humana nessa incrível jornada. Sem o amor e a dedicação que devotaram a mim e aos meus irmãos, talvez não estivesse escrevendo nem uma linha sequer dessa grata história. Pai, mãe, vocês são minha maior inspiração, meu maior exemplo, minha fonte inesgotável de força.

Ao meu irmão, Eduardo, alma tão livre e tão leve que não se prendeu a esse mundo arredio e decidiu fazer morada em outros céus. A lembrança do seu sorriso meu dá alegria para seguir.

À Bárbara, primogênita cheia de força e personalidade, menina mulher que me enche de orgulho e me apoia incondicionalmente – mesmo quando exerce sua função de filha desafiadora. Te amo mais que tudo, minha força da natureza de cabelos coloridos.

Ao Fernando, companheiro de todas as horas e amor que escolhi viver. Com todas as armadilhas que a convivência nos prega, ter o seu apoio é tudo que preciso agora e sempre. Nosso futuro começa todos os dias!

À Marina, minha caçula que ainda nem passa perto de entender a importância de um trabalho de pesquisa, mas sabe quando a mamãe está cansada e precisa de um afago no rosto. Tudo isso é para você!

Aos meus sogros, Márcia e Benedito, seres iluminados e pacientes. Sem a ajuda da vovó e do vovô, essa pesquisa ia exigir muito mais malabarismo da mamãe. Que consiga sempre retribuir a sorte de tê-los por perto.

Às minhas irmãs de sangue, Amanda e Carolina, que mesmo de longe sempre me mandaram palavras de força e incentivo.

À minha orientadora, Maria Cristina Gobbi, por ser luz no final de um túnel que estava só começando. Foi a sua empatia, a sua força e a sua energia positiva que me recarregaram e deram sentido a todo esse trabalho. Gratidão!

À Unesp, por me receber de volta depois de tantos anos e ser morada de acolhida aos sonhos de uma futura professora.

Aos professores do curso de pós-graduação em Comunicação, por me trazerem de volta ao universo acadêmico com tanta paciência e dedicação. Em especial, o professor Maximiliano Martin Vicente, um exemplo de conhecimento e humildade que merece todo meu respeito e reverência. Também à professora Angela Maria Grossi, pela parceria e confiança no meu trabalho.

Às minhas amigas-de-fé-irmãs-camaradas, Raquel e Patricia. Obrigada por me socorrem nos momentos difíceis e por prescreverem, sempre, que o dia seguinte é o melhor remédio. Amo vocês, nonnas!

Aos meus colegas de trabalho e amigos de perrengues, Sandro, Henrique, Guilherme, Luan, Tais e Viviane. A contribuição de cada um de vocês está aqui, seja em forma de paciência nas minhas ausências, seja em forma de comemoração a cada etapa concluída. Gratidão por entenderem a importância desse trabalho para mim.

E a todos que estiveram presentes em qualquer etapa dessa pesquisa, que ainda tem muito a caminhar. Que entenderam minhas ausências, que comemoraram minhas presenças. A pesquisa científica exige muito de nós, estudantes, e a sociedade exige tudo de nós, mulheres. Ser mãe, profissional e pesquisadora é uma dádiva e um desafio. Escolhi estar nos três papéis simultaneamente e não tenho nenhum controle sobre as intempéries que possam surgir... mas tenho tentado aprender a controlar a mim mesma e exigir aquilo que posso entregar. É um aprendizado difícil e a cobrança sobre todos os papéis serem executados com perfeição é aquela voz no pé do ouvido que não para de zumbir. Espero que meu agradecimento ao final desse trabalho seja a mim mesma, por ter conseguido trocar esse zumbido disperso pelos rompantes de comemoração de um sonho realizado.

SANTI, Mara Fernanda. **Mídia Cidadã, comunicação popular e as redes colaborativas *online* de alerta de segurança** – uma luta por direitos ou por visibilidade? Dissertação (Mestrado Acadêmico em Comunicação) – FAAC – Unesp, sob a orientação da Professora Doutora Associada Maria Cristina Gobbi. Bauru, 2019.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo estudar a OTT-RJ (Onde Tem Tiroteio-RJ), uma rede de comunicação colaborativa *online* utilizada na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, que publica diariamente alertas sobre tiroteios, balas perdidas, arrastões, entre outros tipos de situações de violência. Pretende-se verificar de que maneira suas postagens contribuem para o processo de construção da cidadania e qual a efetiva participação na criação de políticas de segurança pública a partir dos alertas publicados em diferentes redes sociais. O caráter colaborativo -- com denúncias recebidas da própria população --, a divulgação em tempo real, os critérios de checagem e publicação das informações em suas páginas nas principais redes sociais e o desenvolvimento de um aplicativo para celular também serão temas observados na pesquisa. Sob a mirada de uma revisão teórica que trata dos conceitos de Mídia Cidadã e Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária, o foco do estudo está nas possibilidades de transformação social a partir dos alertas e das denúncias feitas pela população e para a população. Do mesmo modo, o trabalho busca verificar os níveis de participação dos cidadãos, como a grande mídia repercute essas informações e, por fim, se existe alguma ação do Estado no sentido de transformar a realidade denunciada. Parte-se da premissa de que um novo processo comunicativo, que tem como foco a colaboração, possibilitada pela interação nas redes sociais, está se desenhando – interessa saber qual contribuição ele traz ao processo de construção da cidadania.

Palavras-chave: Mídia cidadã, Comunicação Popular, Redes de Alerta, Redes Sociais, OTT-RJ.

SANTI, Mara Fernanda. **Mídia Cidadã, comunicação popular e as redes colaborativas online de alerta de segurança** – uma luta por direitos ou por visibilidade? Dissertação (Mestrado Acadêmico em Comunicação) – FAAC – Unesp, sob a orientação da Professora Doutora Associada Maria Cristina Gobbi. Bauru, 2019.

ABSTRACT

The current research has as its objective to study the OTT-RJ (Onde Tem Tiroteio- RJ), a online collaborative information network that publishes everyday about shootings, lost bullets, robberies, between other situations of violence, used in the city of Rio de Janeiro, Brazil. It is intended to verify in which way its posts contribute for the process of citizenship construction and what is the effective participation in the creation of public security politics starting from the alerts published in different social media. The collaborative character – with reports coming from the own population –, the real time disclosure, the checking criteria, the posts of information in their pages in the main social medias and the development of a phone app will also be themes observed in this search. Under the gaze of a theoretical review that treats the concepts of Citizen Media and Popular Communication, Alternative and Community, the focus of the study is in its possibilities of social transformation starting from the alerts and reports done by the population and for the population. In the same way, the work searches to verify the level of citizen's participation, how the big media repercute this information and, lastly, if there's any action from the State in the sense of transforming the reported reality. It starts from the premise that a new communicative process, that has like its focus collaboration, made possible by the interaction in the social media, is getting started -- the interest is to know what contribution it's bringing to the process of citizenship construction.

Key words: Citizen Media, Popular Communication, Alerts Network, Social Media, OTT-RJ.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Portal G1 utilizando conteúdo e imagem da rede OTT-RJ

Figura 2 - Tabela comparativa de modificações na estrutura da comunicação do conhecimento.

Figura 3 - Quadro-resumo recortado do infográfico do Atlas da Violência 2019

Figura 4 - Índice de Desenvolvimento Humano por Estado – Ranking nacional de acordo com o último censo do IBGE

Figura 5 - Renda per capita por cidade/região no Estado do Rio de Janeiro

Figura 6 - Disparos de arma de fogo no Rio de Janeiro – junho de 2019

Figura 7 - Comparação entre mapa distribuído pela Riotur e mapa disponibilizado pelo Google Maps; área referente ao Morro da Babilônia

Figura 8 - Comparação entre mapa distribuído pela Riotur e mapa disponibilizado pelo Google Maps; área referente ao Morro Dona Marta

Figura 9: - Redes sociais *online* mais usadas no Brasil e tempo médio gasto em redes sociais por dia

Figura 10 - Finalidade do acesso à Internet (Brasil)

Figura 11 - Utilização de rede social *online* como fonte de notícias

Figura 12 - Logomarca da OTT-RJ

Figura 13 - Homepage do website OTT-RJ

Figura 14 - Identidade visual do perfil da rede OTT-RJ no Facebook (imagens de capa e de perfil com logomarca)

Figura 15 - Identidade do perfil da rede OTT-RJ no Twitter (imagens de capa e de perfil com logomarca)

Figura 16 - Identidade do perfil da rede OTT-RJ no Instagram (imagem de perfil com logomarca)

Figura 17 - Identidade do perfil da rede OTT-RJ no Youtube (imagem de perfil com logomarca atual e imagem de capa com logomarca anterior)

Figura 18 - Comprovante de inscrição e situação cadastral

Figura 19 - Processo de pedido de registro da marca e logomarca OTT - Onde Tem Tiroteio no INPI

Figura 20 - Publicação da rede OTT-RJ sobre campanha para arrecadação de fundos para a rede

Figura 21 - Resposta à publicação com pedido de contribuição da OTT-RJ em página do Facebook

Figura 22 - Resposta à publicação com pedido de contribuição

Figura 23 - Comparativo de indicadores: Curtidas e Seguidores (entre os dias 7/7/2019 e 8/7/2019)

Figura 24 - Busca por notícias por tipo de fonte/canal (Brasil)

Figura 25 - Área para envio de alerta do aplicativo OTT-RJ

Figura 26 - Área “Como funciona” do site OTT-RJ

Figura 27 - Recebimento de alertas e checagem da informação

Figura 28 - Área “Sobre” da página da OTT-RJ no Facebook

Figura 29 - Promulgação do Decreto de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro

Figura 30 - Opinião sobre eficiência do Exército no combate à violência

Figura 31 - Estrutura básica de postagem da OTT-RJ no Facebook

Figura 32 - Estrutura de postagem com foto da OTT-RJ no Facebook

Figura 33 - Postagem sobre aplicativo da OTT-RJ

Figura 34 - Botões de interação primária no Facebook: Curtir, Compartilhar e Comentar.

Figura 35 - Postagem com maior número de comentários e compartilhamentos na categoria “Violência” (período total)

Figura 36 - Comentário com expectativa do início da intervenção federal

Figura 37 - Comentário com marcação e resposta sobre a rotina de arrastões e tiroteios

Figura 38 - Comentários de cunho religioso

Figura 39 - Comentários sobre a situação do Rio de Janeiro

Figura 40 - Postagem com maior número de reações “Amei”

Figura 41 - Nuvem de palavras a partir das postagens da OTT-RJ sete dias antes da intervenção militar

Figura 42 - Nuvem de palavras a partir das postagens da OTT-RJ sete dias depois da intervenção militar

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de confiança nas instituições brasileiras

Gráfico 2 – Avaliação do Poder Judiciário (aspectos negativos)

Gráfico 3 – Comparativo: percentual de postagens nas categorias “Violência” e “Ação Cidadã”

Gráfico 4 – Postagens da subcategoria “Conteúdo” (categoria “Violência”) – 7 dias antes da intervenção federal no Rio de Janeiro

Gráfico 5 – Postagens da subcategoria “Conteúdo” (categoria “Violência”) – 7 dias depois da intervenção federal no Rio de Janeiro

Gráfico 6 – Postagens da subcategoria “Conteúdo” (categoria “Ação Cidadã”) – 7 dias antes da intervenção federal no Rio de Janeiro

Gráfico 7 – Postagens da subcategoria “Conteúdo” (categoria “Ação Cidadã”) – 7 dias depois da intervenção federal no Rio de Janeiro

Gráfico 8 – Postagens da subcategoria “Tipo de Postagem” (categoria “Violência”) – 7 dias antes e depois da intervenção federal

Gráfico 9 – Postagens da subcategoria “Tipo de Postagem” (categoria “Ação Cidadã”) – antes e depois da intervenção federal no Rio de Janeiro

Gráfico 10 – Percentual comparativo total de Respostas (botões “Curtir”, “Compartilhar” e “Comentar”) por período

Gráfico 11 – Tipos de Respostas – categoria Violência (antes)

Gráfico 12 – Tipos de Respostas – categoria Violência (depois)

Gráfico 13 – Tipos de Respostas – categoria Ação Cidadã (antes)

Gráfico 14 – Tipos de Respostas – categoria Ação Cidadã (depois)

Gráfico 15 – Tipos de Reações – categoria Violência (antes)

Gráfico 16 – Tipos de Reações – categoria Violência (depois)

Gráfico 17 – Tipos de Reações – categoria Ação Cidadã (antes)

Gráfico 18 – Tipos de Reações – categoria Ação Cidadã (depois)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo de dados demográficos do Estado do Rio de Janeiro a partir de dados do IBGE

Quadro 2 – Valores totais do período de análise (7 dias antes x 7 dias depois)

Quadro 3 – Mapa de categorias, subcategorias e desdobramentos

Quadro 4 – Categorias e subcategorias

Quadro 5 – Valores totais do corpus de análise

Sumário

1 INTRODUÇÃO	16
2 MÍDIA CIDADÃ E COMUNICAÇÃO POPULAR.....	21
2.1 <i>A comunicação como dimensão essencial à cidadania</i>	<i>21</i>
2.2 <i>Mídia Cidadã no Brasil: a resistência que vem das margens.....</i>	<i>24</i>
2.3 <i>Comunicação Popular e transformação social.....</i>	<i>29</i>
3 VIOLÊNCIA URBANA: UM RECORTE DO CONCEITO	33
3.1 <i>De qual violência estamos falando?</i>	<i>33</i>
3.2 <i>O mapa da violência no Brasil: dados de uma epidemia</i>	<i>37</i>
3.3 <i>O Rio de Janeiro não continua lindo: o caos da segurança pública no Estado</i>	<i>42</i>
4 AS REDES COLABORATIVAS ONLINE E UM NOVO FLUXO DA INFORMAÇÃO	52
4.1 <i>Redes sociais online, contra-informação e centralidade</i>	<i>52</i>
4.2 <i>Onde tem Tiroteio (OTT-RJ): uma proposta de rede colaborativa</i>	<i>58</i>
4.2 <i>O sujeito coletivo e o fluxo da informação em transformação</i>	<i>75</i>
5 O MAPEAMENTO: MÉTODO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	84
5.1 <i>A página da OTT-RJ no Facebook como corpus da pesquisa</i>	<i>84</i>
5.2 <i>A intervenção federal no Rio de Janeiro: 7 dias antes, 7 dias depois.....</i>	<i>86</i>
5.3 <i>Analisando o conteúdo: quantificar para mapear</i>	<i>89</i>
5.4 <i>Fatiando o material: categorias e subcategorias</i>	<i>91</i>
5.5 <i>“Violência” e “Ação Cidadã”: o que a OTT-RJ informa.....</i>	<i>93</i>
5.6 <i>OTG (Onde Tem Gráfico): resultados e inferências.....</i>	<i>98</i>
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS	127
APÊNDICE	132

1 INTRODUÇÃO

Com 30 anos completos em 2018, a Constituição Federal tinha como diretriz assegurar liberdades civis e direitos individuais – tanto que também ficou conhecida como “Constituição Cidadã”. O que se vê em vários setores da sociedade, no entanto, não condiz integralmente com as promessas de avanços e melhoria no que a Carta Magna chama de princípios fundamentais, entre eles a cidadania e a dignidade da pessoa humana. O pano de fundo da presente pesquisa, a crise na segurança pública, é um dos principais problemas da maior parte dos Estados brasileiros, conforme aponta o Atlas da Violência 2018, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). O mesmo relatório, no ano anterior, reforçava que “[...] apenas em três semanas são assassinadas no Brasil mais pessoas do que o total de mortos em todos os ataques terroristas no mundo nos cinco primeiros meses de 2017, que envolveram 498 atentados, resultando em 3.314 vítimas fatais” (IPEA, 2017, *online*).

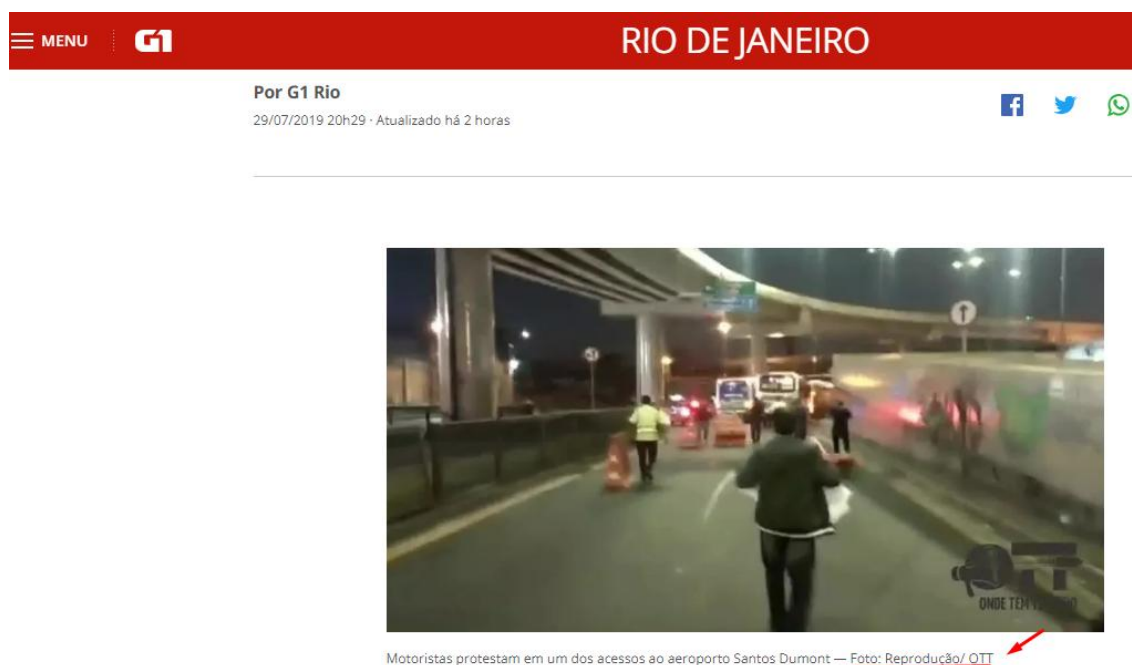
Embora essa seja uma questão nacional, o Estado do Rio de Janeiro tem sido destaque na mídia ao longo os últimos anos: diariamente, as notícias abordam desde a situação precária do efetivo policial, passando pela falta de verba para investimentos em inteligência e preparação de pessoal, até as denúncias de corrupção amplamente instaurada nas corporações. O resultado dessa soma de fatores negativos é sentido pela população comum, que sofre diariamente com assaltos, sequestros, arrastões e balas perdidas.

Diante da ineficiência do Estado em resolver as questões mais básicas relativas à segurança, cidadãos cariocas passaram a participar de redes de alertas sobre ocorrências variadas – que vão desde tiroteios até assaltos coletivos, conhecidos no Rio de Janeiro como “arrastões”. As iniciativas nasceram em redes sociais online e têm como objetivo informar, em tempo real, onde as ações acontecem, a partir da colaboração da própria população –

que veste o “uniforme do porteiro” e finalmente abre passagem para as notícias de interesse concreto e imediato dos cidadãos.

As duas maiores redes de alerta de segurança, que disponibilizam seus alertas simultaneamente em seus sites, em suas páginas nas redes sociais online e através de aplicativos móveis, são a OTT-RJ (Onde Tem Tiroteio Rio de Janeiro) e a Fogo Cruzado. Embora partam de iniciativas diferentes – a primeira é privada, criada por cidadãos cariocas, enquanto a segunda se iniciou como projeto da Anistia Internacional Brasil¹ – ambas trabalham com dados fornecidos pela população, protocolos de apuração e divulgação dos informes recebidos e disponibilizam relatórios periódicos sobre as informações coletadas. As notícias compartilhadas em seus canais apresentam um grande alcance em suas plataformas digitais e, frequentemente, pautam a grande mídia.

Figura 1 – Portal G1 utilizando conteúdo e imagem da rede OTT-RJ



Fonte: G1/Globo.com (online). Acessado em julho de 2019

¹ O projeto se tornou independente da organização a partir de janeiro de 2018. Atualmente, é um projeto licenciado para e totalmente gerido pelo Instituto Update.

A presente pesquisa tem como objetivo geral a realização do mapeamento da OTT-RJ, rede que sustenta números mais relevantes de audiência e apresenta maior alcance entre os usuários da rede social Facebook. Pretende-se, ainda, verificar quantitativamente as interações com a população e possíveis repercussões dessas ações. Para tanto, os seguintes objetivos específicos foram delineados:

- a) Compilar dados e realizar mapeamento das informações postadas pela OTT-RJ em sua página na rede social online Facebook no período determinado para análise;
- b) Categorizar as postagens das redes de alerta de segurança online, bem como as interações nas páginas da rede social Facebook, através de Análise de Conteúdo;
- c) Realizar entrevista com os criadores da rede de alerta de segurança online OTT-RJ;
- d) Mapear as informações coletadas de sua página na rede social Facebook e realizar o cruzamento com dados oficiais sobre estatísticas criminais no Estado do Rio de Janeiro objetivando verificar possíveis desdobramentos das contribuições dos dados da OTT-RJ.

A fim de delimitar temporal e quantitativamente o corpus da pesquisa, foi realizado um recorte temporal para coleta e análise de alertas postados na página de rede social Facebook da rede OTT-RJ. O período determinado está entre os sete dias anteriores e os sete dias posteriores à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro², observando o processo de construção da informação, a participação da sociedade e os indivíduos enquanto internautas/cidadãos e possíveis desdobramentos para criação de políticas públicas na área da segurança.

² O Decreto Legislativo 10/2018, que determina a intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, foi aprovado em 20 de janeiro de 2018 e publicado no Diário Oficial da União no dia 21 do mesmo mês.

Após as delimitações de corpus necessárias para o estudo, o levantamento bibliográfico inicial foi essencial para a definição metodológica, bem como os embasamentos analíticos subsequentes. Dessa maneira, a este trabalho coube a aplicação de “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens.” (BARDIN, 1979, p. 38). Contando com a Análise de Conteúdo, o mapeamento das publicações da rede OTT-RJ estrutura categorizações referentes às postagens e também às interações dos seguidores a cada informação postada. Dessa maneira, torna-se possível ir além do objeto propriamente dito e descrito e chegar às inferências, a maior contribuição para o momento posterior – de análise e conclusão.

A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não). (BARDIN, 1979, p. 38)

A presente pesquisa se estrutura em seis partes, sendo o segundo capítulo dedicado ao referencial teórico acerca dos conceitos de Mídia Cidadã e Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa. Tomando como a questão principal desse estudo a participação cidadã no processo de comunicação e seus desdobramentos para ações de transformação, em “Mídia Cidadã e Comunicação Popular” são trazidos apontamentos sobre a participação da comunidade neste novo modelo comunicativo e de que maneira a participação popular pode gerar iniciativas que transformem a realidade a partir de políticas públicas ou outras ações de impacto social.

O capítulo seguinte, “Violência: um conceito urbano”, tem como objetivo traçar um panorama da violência no Brasil e como a construção desse cenário, principalmente através da mídia tradicional, encobre outros flagelos sociais. Ainda nesse capítulo, há um aprofundamento do tema no que se refere ao Rio de Janeiro e como a negligência histórica à questão da segurança pública culminou em uma intervenção das Forças Armadas no Estado.

Em “Redes colaborativas *online* e um novo fluxo da informação”, encontra-se o descritivo mais detalhado da rede OTT-RJ, com enfoque na sua caracterização de modelo colaborativo de comunicação, ou seja, a publicação de alertas de segurança gerados pela população e para a população. Além de uma incursão nos conceitos de contra-informação e centralidade (que as redes sociais *online* adquiriram na atualidade), nesse capítulo também há a abordagem do sujeito coletivo e a construção do conceito de colaboração com participação – mote central desse novo modelo comunicativo em construção. O capítulo apresenta também a descrição de um novo fluxo da informação na comunicação, construído com apropriações de elementos jornalísticos.

O quinto capítulo se dedica ao mapeamento dos dados da rede OTT-RJ, conforme período de recorte temporal pré-estabelecido, e aos desdobramentos dos resultados, com base na categorização criada para tabulação e análise do conteúdo das postagens. Segue-se a finalização, com considerações sobre o estudo e o problema de pesquisa pré-estabelecido.

2 MÍDIA CIDADÃ E COMUNICAÇÃO POPULAR

2.1 A comunicação como dimensão essencial à cidadania

Comunicar é um direito de todo ser vivo no planeta, assegurado legalmente em várias sociedades e firmado tacitamente entre os povos das Nações Unidas através da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948: “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.”. Na prática, porém, é de conhecimento ainda mais universal o poder hegemônico dos grandes conglomerados de mídia sobre a informação e o monopólio da comunicação solidamente estabelecido. Como destaca Mattelart (2009):

A realidade das relações de força – de classe, de gênero, de raça ou de etnia – naturalizou uma forma de institucionalização das maneiras de se produzir a vontade geral e garantir o consenso, que legitimou a hegemonia de uma classe em particular, de seus interesses, de sua visão de mundo e de seus processos comunicacionais como sendo únicos possíveis. (MATTELART, 2009, p.37).

O modelo informacional vertical e não dialógico, a exclusão dos sujeitos sociais do processo comunicativo e a concentração de interesses políticos e econômicos nas grandes empresas de mídia foram alguns dos pontos denunciados pelo Relatório MacBride³ na década de 1980, que viria a propor “[...] soluções utópicas para reduzir as desigualdades tecnológicas, os desequilíbrios informativos e as carências cognitivas existentes na geografia do planeta” (MELO, 2008, p. 44). Ainda que, pela primeira vez, se tenha chegado a um acordo sobre o papel da comunicação enquanto construção social, o momento histórico em que o relatório vem à tona tem como pano de fundo uma severa crise econômica no cenário internacional que, em conjunto com os

³ O relatório da Comissão Internacional para o Estudo de Problemas da Comunicação, presidida por Sean McBride, foi acolhido em 12 de maio de 1980, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

desfechos da Guerra Fria⁴ e a derrocada do sistema socialista na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), apontam para a ascensão do sistema capitalista e da massiva aderência ao modelo neoliberal. Com esse desenho aqui simplificado do cenário político-econômico, que retira gradativamente o foco das questões sociais e joga todos os holofotes para o mercado e incentiva a globalização (inclusive cultural), vê-se cada vez mais reduzido o papel do Estado enquanto regulador e mediador dos processos de comunicação. Como observa José Marques de Melo (2008), a exportação e assimilação de produtos culturais das nações consideradas *desenvolvidas* por aquelas rotuladas como *em desenvolvimento* (como o Brasil e outros países da América Latina) e conceituada por Paulo Freire (1970) como “invasão cultural” se desdobra para os meios de comunicação em um dos pontos-chave do Relatório:

As empresas transnacionais desempenham papel cada vez mais ativo no estabelecimento, no plano mundial, das infraestruturas de comunicação, na difusão de notícias, na produção de elementos culturais, de meios de programação educativos, de filmes, de livros e de outros materiais, assim como no que se refere à formação. (...) Quando essas influências passam a ser dominantes, em culturas muito diferentes, disso deriva uma uniformidade imposta dos gostos, do estilo e do conteúdo. (UNESCO, 1983, online)

O registro acerca dos oligopólios de comunicação e o tratamento mercadológico dado à informação, com vistas apenas aos lucros e interesses de grandes grupos, revela também o quanto as relações de poder institucionalizam os processos comunicacionais e naturalizam as diferenças sociais, econômicas e culturais. Nesse sentido, anulam a participação cidadã nos processos comunicativos, principalmente os considerados massivos. Esse também é outro ponto de destaque no relatório, que aponta a colonização da informação como a responsável direta pela eliminação das vozes locais no discurso midiático e a dominação ideológica através dos valores dominantes – um tiro certo na essência do processo comunicativo, ou seja, no conteúdo

⁴ A Guerra Fria se iniciou logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1947, e se estendeu até 1991, com a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

transmitido de maneira vertical, sem participação da comunidade ou qualquer chance de refutação.

A partir desse diagnóstico panorâmico da comunicação mundial, modelo que perdura na maior parte dos produtos midiáticos da atualidade, o Relatório MacBride sinalizava para a necessidade urgente da democratização dos processos de comunicação, considerando que:

Por definição, quem se interessa por uma comunicação mais desenvolvida, de melhor qualidade e mais livre, é o público em geral. O modo de ajudá-lo a se fazer ouvir a conseguir que se satisfaçam os seus desejos consiste em introduzir o espírito democrático no mundo da comunicação. Como as necessidades e os desejos populares evoluem e aumentam com o tempo e como, por sua parte, a comunicação está vivendo uma época de rápidas mutações, qualquer relação democrática deve ser dinâmica, evolutiva e não estática. (UNESCO, 1983, p.277)

Problema posto, é relevante reforçar a observação acerca de uma máxima que pode ser extraída do documento: quem domina a comunicação, domina o mundo. E essa dominação só pode ser questionada, contestada, refutada a partir do conhecimento. Educação é a chave que abre as portas para o pensamento crítico e livre, que fornece subsídios para igualdade de saber e que oferece condições para a participação ativa nos processos comunicativos. Seguindo esse princípio, Mattelart (2009) se apoia no conceito de Direito à Comunicação⁵ e o coloca como parte inseparável dos direitos civis e sociais. O exercício da cidadania passa, obrigatoriamente, pelo livre exercício da comunicação.

O que José Marques de Melo (2008) salienta, listando os caminhos apontados pelo relatório para que a democratização da comunicação se concretize, é que os tópicos a seguir são, na verdade, “queimas de etapas”,

⁵ O autor considera essencial a concretização dos direitos da comunicação já existentes, baseados em três textos já existentes: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto de Assuntos Econômicos, Sociais e Culturais. Ainda de acordo com o autor, o Direito à Comunicação “[...] é uma parte inseparável dos direitos civis e sociais.” (MATTELART, 2009).

uma vez que a transformação essencial deveria acontecer no quadro socioeconômico e a partir de supressão das carências político-culturais.

1. Fortalecimento do direito de resposta e de crítica, estimulando a retroinformação, no sentido de permitir que os responsáveis pelos meios de comunicação venham a captar os anseios do público;
2. Incremento da participação de “leigos” na produção e emissão de programas, utilizando ativamente as fontes de informação;
3. Fomento da comunicação “alternativa”, geralmente de caráter local;
4. Estímulo à participação da coletividade na “gestão” midiática, culminando até mesmo com sua forma mais radical, a “autogestão”. (MARQUES DE MELO, 2008, p.51)

Ao trazer as quatro propostas de atuação para os tempos atuais e levando em consideração os velozes avanços tecnológicos da atualidade – consoantes principalmente com os itens 2 e 3 acima citados – chegamos a um relevante conceito de mídia que tem se apresentado nas últimas décadas, “[...] mais acessível, onde antigos consumidores passam a ser protagonistas das notícias, possibilitando o desenvolvimento de uma mídia inclusiva” (GOBBI; XAVIER; PORÉM, 2018, p.8). O esquema comunicativo estudado na presente pesquisa apresenta elementos consoantes, principalmente, no que se refere à participação cidadã ativa no processo de comunicação – enquanto produtores de conteúdo – e à criação de um modelo que não é inserido nos grandes veículos, porém, se apropria de elementos do jornalismo para validação e publicação de informações.

2.2 Mídia Cidadã no Brasil: a resistência que vem das margens

As deficiências apontadas pelo Relatório MacBride e as soluções propostas soaram – e ainda podem soar – utópicas tanto para pesquisadores quanto para profissionais da área de comunicação. A democratização dos

processos comunicativos, um dos pontos fundamentais defendidos no documento, estaria atrelada a condições mínimas de desenvolvimento (social, econômico, político) e de transformação do sujeito receptor de informação em sujeito participante do processo midiático.

Considerando a atual situação de vários países e povos das Américas, da Ásia e da África, e mantendo a mira na realidade brasileira, a inviabilidade de colocar em prática um plano dessa natureza é latente. As desigualdades gritantes – de classe, de raça, de região, de gênero, entre tantas outras – refletem o sucesso do plano de dominação colonizadora. Para além dos ideais impostos de desenvolvimento, que só podem acontecer sob a ótica capitalista, a “contribuição” dos grandes conglomerados de comunicação reforça a exclusão e a desigualdade como algo inerente ao sistema vigente. Definida por Santos (1998, p.208) como epistemicídio, a “[...] supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena” se personifica com a pausterização das notícias veiculadas e com a homogeneização dos excluídos através de uma integração subordinada.

Essa quantia consistente e volumosa da população tem sido convenientemente colocada à beira da circunferência social. Metaforicamente, na apetitosa pizza do sistema capitalista estabelecido como modelo ideal de desenvolvimento e sucesso pessoal, a imensa massa de excluídos (mulheres, pobres, negros, homossexuais, transexuais, trabalhadores rurais, entre outros) forma a borda de massa, seca e sem atrativos, porém necessária para manter o centro exuberante e ricamente recheado do prato. Felizmente, essa massa não tem se apresentado assim tão seca e sem atrativos: iniciativas de atores e grupos sociais em benefício da educação, da conscientização e da luta por direitos vêm ganhado força e representatividade através de processos comunicativos diferenciados. Ainda que nem sempre se apresentem em níveis mais avançados de organização, são vozes que despontam e apontam para questões essenciais ao exercício da cidadania.

Como apontam Gobbi, Xavier & Porém (2018), refletir sobre essa nova cena midiática, com múltiplos atores sociais que desempenham ações

significativas em seus diversos espaços de interação social, é refletir sobre Mídia Cidadã.

[...] o espectador está sendo confrontado com uma nova realidade e deverá estar apto para desfrutar dos benefícios que as tecnologias da informação e da comunicação estão proporcionando. Ao mesmo tempo é fundamental estar preparado para defender seu direito de acesso à informação em níveis democráticos. (GOBBI, XAVIER, PORÉM, 2018, p. 9)

Partindo da observação e do consenso de diversos pesquisadores, é possível afirmar que a mola propulsora para essa nova cena midiática – na qual os cidadãos participam do processo de comunicação ativamente – foram os avanços tecnológicos. Retomando rapidamente o Relatório MacBride, que apontava as “soluções tecnológicas” como um dos caminhos para a democratização da comunicação, a transformação do indivíduo receptor em agente comunicacional proporciona melhora na qualidade representativa da sociedade e amplia a atuação das vozes até então ocultas pela mídia tradicional. E assim tem ocorrido: com o avanço e a facilitação no acesso à internet, sujeitos que são comumente excluídos da construção do processo de comunicação, das notícias veiculadas nos grandes meios e da pauta corrente da mídia massiva encontram nos espaços virtuais a chance de representar seus reais anseios enquanto cidadãos.

Nesse sentido, um novo percurso comunicacional se forma e, nas palavras de Gobbi, Xavier e Porém (2018, p. 9), “[...] já não é possível falar em comunicação realizada em ambientes únicos, de forma um-para-todos e em processos unificados, verticalizados e exclusivos”. Barreto (1998), em um estudo sobre a mudança estrutural no fluxo da comunicação do conhecimento, traçou um comparativo entre os modelos tradicionais (oral e escrito) e o eletrônico, conforme demonstrado na figura 2 a seguir:

Figura 2 – Tabela comparativa de modificações na estrutura da comunicação do conhecimento.

A estrutura da comunicação do conhecimento

Tipo de Comunicação			
Característica	Oral	Escrita tipográfica	Eletrônica
Fundamental	Linguagem	Escrita alfabética, texto linear	Interação homem – máquina
Tempo de transferência	Imediato	Interação com o texto	Tempo real = imediato
Espaço de transferência	Convivência auditiva	Geográfico	Redes integradas
Armazenamento	Memória do emissor	Memórias físicas construídas	Memórias magnéticas
Relação de audiência	Um para vários	Um para muitos	Muitos para muitos
Estrutura da informação	Interativa com o emissor, uma linguagem	Alfabética, seqüencial, um tipo de linguagem	Hipertextual com diferentes tipos de linguagens
Interação com o receptor	Conversacional Gestual	Visual, seqüencial, linear	Interativa
Conectividade (acesso)	Unidirecionado	Unidirecionado	Multidirecionado

Fonte: BARRETO, A.A. (1998)

Esse esboço inicial traçado por Barreto (1998, p. 124) há mais de 20 anos pode ser entendido como um manuscrito que viria a ser grifado, alterado, editado e reescrito por muitos outros pesquisadores nos anos seguintes. Novos encadeamentos do processo comunicacional foram rascunhados e os paralelos entre as estruturas de cada forma de comunicar se modificam rapidamente. O presente trabalho mostrará uma perspectiva diferenciada da apresentação processual do fazer jornalístico⁶ com base em seu objeto de estudo (a rede colaborativa de segurança online OTT-RJ) – embora não seja o foco do presente trabalho, esse ponto, no entanto, pode vir a ser objeto de estudos

⁶ Essa temática será abordada no capítulo Redes colaborativas *online*.

mais aprofundados em pesquisas futuras. O importante a se destacar no presente estudo, quando se fala sobre comunicação para redução das desigualdades, inclusão social, reivindicação de direitos e geração de empregos é que as ações cidadãs nesse sentido não surgiram com a internet. A luta dos desfavorecidos e excluídos é muito anterior aos *smartphones*, aos *e-mails* e às redes sociais *online*: os primeiros registros de movimentos populares e de uma comunicação contra hegemônica, no Brasil, datam mais expressivamente a partir da década de 1970:

[...] não se caracteriza como um tipo qualquer de mídia, mas como um processo de comunicação que emerge da ação de grupos populares. Essa ação tem caráter mobilizador coletivo na figura dos movimentos e organizações populares, que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação. (PERUZZO, 2008, p. 368)

O exercício da cidadania através da comunicação, por meio da organização popular e com vistas às denúncias das desigualdades sociais, não é assunto inédito na sociedade brasileira. A sensação aparente de uma explosão de movimentos sociais a partir dos avanços tecnológicos recentes denuncia, no mínimo, a grande falha da cobertura midiática, sem interesse em expor as reais condições da população excluída, bem como seus atores e suas necessidades. Como aponta Mattelart (2009, p. 48), “[...] os questionamentos sobre a relação dos produtores de informação e de conhecimento com a sociedade leva, necessariamente, ao resgate de novas abordagens para a democratização da Comunicação [...]”. O exercício da cidadania através de divulgação de informações trabalhadas jornalisticamente, mas, que não são produzidas por profissionais da comunicação está entre as questões centrais dessa pesquisa: a partir de postagens em redes sociais que são produzidas e checadas a partir de dados fornecidos por cidadãos cariocas, a rede de alerta de segurança OTT-RJ causa impacto direto na rotina daqueles que têm acesso a esse conteúdo. A partir da observação das reações e comentários a essas postagens, nota-se a interferência do espaço virtual no espaço real -- seja em marcações de moradores de áreas em risco, seja em textos que expressam

indignação com a ineficiência do Estado. Cabe a esse estudo colocar luz a esse novo conjunto de processos que leva a uma prática comunicacional emergente e entender de que maneira a cidadania pode ser externada a partir do exercício desse embrião de jornalismo cidadão.

2.3 Comunicação Popular e transformação social

Denúncia, organização e educação: com base nesses pilares, os movimentos sociais começam a ganhar força e visibilidade no Brasil na década de 1970. Os segmentos sociais mais empobrecidos, principalmente em relação aos seus direitos básicos, buscam formas de se expressar através de movimentos de mobilização e contestação. Com a Ditadura Militar vigente no país e a grande mídia sob censura, seguiram-se ações com foco no “[...] trabalho clandestino de conscientização cívica para a democratização a partir de vários setores da sociedade civil.” (SCHERER-WARREN, 2008, p.10).

A luta pela retomada da democracia foi o pano de fundo para questões que afetavam diretamente a vida da classe trabalhadora, espaço de onde emergiram as primeiras manifestações coletivas de destaque. Em seus estudos na área de movimentos sociais, Regina Festa coloca como crucial o “[...] modo de expressão das classes populares” para marcar esse momento. “A comunicação popular nasce efetivamente a partir dos movimentos sociais, mas sobretudo da emergência do movimento operário e sindical, tanto na cidade como no campo” (FESTA, 1986, p. 25). A estruturação do discurso de denúncia da falta de condições dignas, da supressão de direitos básicos – como educação, saúde e moradia – ganha corpo a partir das organizações de base popular, que passam a criar seus próprios meios e/ou processos de comunicação. Sem espaço na grande mídia, que seguia o modelo difusionista do discurso oficial de modernização através da expansão do capital, esses grupos precisaram encontrar outras formas de divulgar suas causas e suas lutas.

Em uma contextualização comparativa com os meios utilizados, Cicilia Peruzzo (2008) descreve alguns dos recursos de divulgação de conteúdos disponíveis no início dos movimentos sociais e como as alternativas aumentaram nos últimos anos:

Se nos anos de 1970, 1980 e parte dos 90 a contra-comunicação aparecia preponderantemente no âmbito dos movimentos populares, das organizações de base, da imprensa alternativa, da oposição sindical metalúrgica, de ONGs, de setores progressistas da igreja católica, ou realizada por militantes articulados em núcleos de produção audiovisual, a partir dos últimos anos pipocam experiências comunicacionais as mais diversas, incluindo as do tipo popular tradicional (hoje mais conhecidas como comunitárias e se baseiam em premissas de cunho coletivo), além daquelas realizadas por associações, ONGs, grupos ou até por pessoas autonomamente. Os exemplos podem ser encontrados em jornais e rádios comunitários, nas associações de usuários dos canais comunitários na televisão a cabo, em Organizações não-Governamentais que desenvolvem projetos coletivos de desenvolvimento social por meio da comunicação – muitos dos quais com propósitos similares àqueles antes encabeçados por movimentos populares. (PERUZZO, 2008, p.372)

Ter o acesso à informação como pilar essencial para a reconquista dos direitos sociais, políticos e civis revela um avanço – mesmo que ainda pulverizado – para outra dimensão de exercício da cidadania: a do direito à comunicação. Nas palavras de Mattelart (2009, p.46), uma das grandes contribuições dos movimentos sociais do início do milênio é que “[...] eles partem da premissa de que a liberdade dos usuários da mídia não é algo dado” e que sua construção acontece por meio de “contrapesos cidadãos”. A autor considera ainda que essa “[...] nova forma de organização da crítica” descortina uma outra questão, a de “[...] um estado de consciência social sobre a necessidade e a urgência de os cidadãos participarem na construção das agendas públicas e, mais genericamente, das ações para a democratização desses espaços”.

Ainda distante de uma participação mais efetiva nas decisões políticas e tendo sua voz de escolha limitada ao voto obrigatório, a grande fatia da população brasileira que sofre com falta de segurança, de atendimento médico,

de escolas com ensino de qualidade – para citar questões muito básicas -- também é aquela que menos conhece seus direitos e que está mais exposta aos discursos de dominação. Nesse sentido, vale retomar um aspecto do Relatório MacBride destacado por José Marques de Melo (2008, p.52) no qual aponta a necessidade de “desenvolvimento do espírito crítico do público”:

A intenção é a de criar mecanismos capazes de orientar os cidadãos a respeito da natureza das instituições midiáticas, alertando-os para discernir conscientemente o que está embutido nas mensagens difundidas. Tal atitude pode conduzir a situações concretas, como, por exemplo, a constituição de “grupos de pressão”, vocacionados para “protestar” contra os desvios, os equívocos ou as manipulações das indústrias do setor. Mas também pode desaguar na criação de “grupos de intervenção”, destinados a “influir” na agenda midiática, incluindo temas e problemas de interesse comunitário, corporativo ou coletivo. (MELO, 2008, p.52)

Sem esperar que o Estado preencha essa lacuna, as iniciativas locais que emergem no sentido de denunciar sub-condições e exigir uma resposta política para os problemas apresentados caracterizam um dos pontos essenciais da Comunicação Popular e Comunitária. Em uma recente revisão conceitual sobre o tema, Cicilia Peruzzo (2008, p. 375) admite os vários entendimentos possíveis do termo, porém, frisa que sempre “[...] denota uma comunicação que tem o ‘povo’ (as iniciativas coletivas ou os movimentos e organizações populares) como protagonista principal e como destinatário, desde a literatura de cordel até a comunicação comunitária”. Faz-se necessário dizer, porém, que não se trata de qualquer tipo de comunicação: para assim se caracterizar, há de ser horizontal, participativa e conduzir a propostas e/ou alternativas de transformação da realidade denunciada.

Em entrevista para a Revista Uninter de Comunicação no ano de 2016, a autora reforça também que a “[...] comunicação dialógica ainda é uma das formas mais eficazes para relacionamento e instituição de processos de mobilização-conscientização-organização” (referindo-se a um caso específico do sertão da Paraíba). Ainda assim, entende-se que a visibilidade trazida aos movimentos sociais através das inovações tecnológicas e, principalmente, das

redes sociais *online*, criou um novo espaço para as articulações e a ampliação de vozes. O ponto de atenção recai sobre os objetivos finais de cada atuação:

Nem toda comunicação “amadora” que a internet possibilita faz jus ao que se concebe como comunicação popular, comunitária e alternativa. Esta última, mesmo sendo às vezes amadora [...] está carregada de sentido coletivo das organizações ou coletivos que a inspiram e sustentam. Tem propósito e conjugam atividades presenciais e participações virtuais. Conjugam ainda uma dimensão mobilizadora e outra institucional de comunicação. (PERUZZO, 2016, p. 110)

Considerando que o presente estudo tem como questionamento central a caracterização de uma rede colaborativa de alerta de segurança *online* enquanto mídia cidadã, um dos pontos-chave dessa introdução teórica é entender os critérios de participação popular, a motivação social e quais os desdobramentos práticos propostos (políticas públicas, agendamento de mídia, entre outros) para que essa comunicação se caracterize democrática, participativa e transformadora. Antes, porém, faz-se necessário entender o cenário social e histórico que serviu como pano de fundo para o nascimento da rede colaborativa de alerta de segurança OTT-RJ: a violência no Estado do Rio de Janeiro. Pouco amparados pelo Estado em um dos quesitos básicos para o bem-estar social, os cidadãos cariocas convivem diariamente com tiroteios em áreas públicas, sentem-se alvos fáceis para balas perdidas e temem serem vítimas de assaltos, homicídios ou qualquer outro tipo de violência.

O capítulo a seguir irá tratar de uma breve conceituação de violência, como ela se apresenta e é mapeada no Brasil e a situação da segurança pública no Rio de Janeiro.

3 VIOLÊNCIA URBANA: UM RECORTE DO CONCEITO

3.1 De qual violência estamos falando?

Conceituar o termo violência se mostra tarefa mais complexa do que aparenta inicialmente e com mais vertentes do que se pode imaginar, principalmente por conta da variedade de manifestações sociais em que pode se apresentar e a multiplicidade de interpretações a que está submetido o conceito. Para além das definições acadêmicas, cada indivíduo carrega seu próprio conceito de violência, que geralmente se aplica a situações de agressão física ou verbal. Os estudos das mais diversas áreas do conhecimento – como o Direito, a Saúde ou a Psicologia – porém, convergem sempre para um ponto focal principal. A dor e o sofrimento. As diferenças estruturais recaem sobre a maneira como essa dor é causada ou como esse sofrimento é imposto a um sujeito e que impactos trazem para sua vida. No dicionário, violência é substantivo feminino com cinco possibilidades de explicação: “1) Qualidade ou característica de violento; 2) Ato de crueldade; 3) Emprego de meios violentos; 4) Fúria repentina; 5) (jur) Coação que leva uma pessoa à sujeição de alguém”. (MICHAELIS, 2019)⁷. Na prática, porém, há uma gama incontável de pesquisadores e especialistas que tentam explicá-la sob diferentes perspectivas e relações, mirando nas possibilidades de minimizá-la ou utopicamente extingui-la do convívio social.

Nessa pesquisa, cuja grande área de estudo é a Comunicação, optou-se por trabalhar com um recorte de âmbito social e espacial: a violência urbana. O presente capítulo, portanto, tem o objetivo de apresentar de maneira sucinta o atual cenário da segurança pública no Brasil e como a violência está inserida nas mediações cotidianas, a partir de uma realidade que aponta altos índices de criminalidade nas cidades, atuação insuficiente do Estado e a sensação de

⁷ Definição publicada no dicionário Michaelis. Consulta versão on-line, disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/viol%C3%Aancia/> acesso em jun 2019.

medo generalizado entre os cidadãos. Fazendo um resgate da apresentação inicial do presente estudo, é com essa simbiose de fatores que surge a iniciativa das redes colaborativas online de alerta de segurança OTT no Rio de Janeiro.

Considerando que a abertura democrática ainda é um evento bastante recente na história política do Brasil, o reconhecimento institucional de uma gama mais ampla de direitos aos cidadãos só foi estabelecido a partir da Constituição de 1988. A elaboração de leis que ampliassem a participação e os direitos dos cidadãos na construção social era o ponto focal de uma extensa pauta levantada no período ditatorial pelos movimentos sociais e estudantis - com apoio da igreja católica e de segmentos de minorias - que ia desde denúncias contra a repressão do regime político no período, passando pelas condições trabalhistas e questões identitárias, até apontamentos de falha em serviços públicos básicos. Esse trabalho realizado a “muitas mãos” e, teoricamente, dando vez e voz a uma heterogeneidade de segmentos da sociedade, culminou naquela que é conhecida como a Constituição Cidadã.

Apesar de um número expressivo de movimentos sociais emergentes nesta década terem lutado pelo “direito de ter direitos”, o progresso na garantia de direitos civis e sociais, especialmente para os mais excluídos socialmente, foi inexpressivo”. (WARREN, 2007, p.12)

Mesmo tendo se configurado como um período de inegáveis avanços e conquistas, especialmente no que diz respeito à conscientização sobre a necessidade de um Estado democrático e da ampliação dos direitos dos cidadãos, a crítica do autor sobre o “[...] alcance ainda limitado para a grande massa dos excluídos” (WARREN, 2007, p.12) é crucial para que se entenda como todo esse trabalho não se refletiu em uma sociedade mais justa ou com melhores chances e oportunidades, desde então até os dias de hoje. Em outras palavras, como as camadas mais empobrecidas e marginalizadas seguiram sem sentir de fato a proteção e o amparo das novas leis – e, de quebra, testemunharam o crescimento significativo dos índices de violência. Nas

palavras de Caldeira (2002, p. 44), ao discorrer sobre o paradoxo entre violência urbana e cidadania no Brasil, “[...] violência e democracia expandiram-se de maneira interligada.”.

Embora tenha havido progressos nos últimos anos, com destaque para a criação do Plano Nacional de Direitos Humanos, em 1996, a ideia de que as instituições públicas que deveriam garantir segurança não o fazem é generalizada. Polícia e Justiça carregam esse histórico de descrédito, não apenas apoiado no senso comum de quem não vê a atuação diária na sua rua, comunidade ou cidade, mas, também nos índices (sempre ascendentes) de criminalidade veiculados periodicamente pela imprensa ou por institutos de pesquisa. A falta de conhecimento sobre a estrutura e o funcionamento da segurança pública e de que maneira é gerida constitui mais um elo nessa cadeia de incredulidade por parte da maioria da população. A manutenção desse cenário ao longo dos últimos anos resultou no que Barreira (2010) denominou “cultura do medo”:

Mas é interessante que essa cultura do medo traz, em contrapartida, o aumento das barreiras sociais, o aumento dos estereótipos e os preconceitos, e nessa situação da cultura do medo, onde nós temos a construção, o fosso são as barreiras sociais. Então, nós temos sempre o outro como nosso inimigo, o outro passa a nos preocupar. (BARREIRA, 2010, p.93)

Diante dessa perspectiva, se as instituições não dão conta de fazer com que se cumpra uma gama de leis que garantem os direitos fundamentais dos cidadãos, a vida em comunidade se torna terreno fértil para expansão da criminalidade, de onde brota o que o Moraes (1981) chama de “o pão cotidiano dos cidadãos”: o medo.

Se é verdade que assaltos, latrocínios e homicídios não existem somente no grande centro urbano, é verdade também que em nenhum outro lugar se teme essas coisas com mais intensidade. Isso está ligado não só à quantidade desses crimes verificada na metrópole, mas a um fato qualitativo que lhes empresta uma dimensão aterrorizante. (MORAIS, 1981, p.84)

Em um relatório realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para a III Conferência sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) sobre cidades seguras, Carbonari & Lima (2016) trabalham sobre esse mesmo cenário brasileiro – o paradoxal desenvolvimento social e econômico há algumas décadas versus o aumento alarmante da criminalidade – trazendo o foco da discussão para o âmbito da política urbana. Destacam que o convívio com situações de violência e sensação de insegurança é uma realidade estabelecida como parte do cotidiano das cidades e que determinados grupos acabam sofrendo ainda mais esses efeitos nocivos: mulheres, jovens e negros. Especialmente os “residentes em áreas mais vulneráveis, correm maior risco de vitimização das cidades brasileiras”. Em um breve descritivo sobre fatores que corroboram com o aumento e a manutenção das taxas de criminalidade nos últimos anos, apontam:

Entre eles, poderíamos citar: a urbanização sem planejamento adequado; as condições econômicas voláteis e instáveis que levaram a elevados índices de desigualdade de renda e exclusão social; a rápida expansão dos grupos de traficantes nas principais áreas urbanas juntamente à proliferação de armas de fogo; uma cultura violenta de resolução de conflitos; e instituições insuficientes. (CARBONARI & LIMA, 2016, p.91)

Abandonados à própria sorte, os cidadãos não contam com o respaldo do Estado – e isso não se restringe apenas às questões relativas à segurança pública, mas também em outros setores essenciais, como saúde, educação, cultura e lazer. Esse aglomerado de situações-limite é a carga bombástica que a qualquer momento irá encontrar no pavio deveras curto da população carente e oprimida a combustão necessária para explodir. Por hora, o que se vê são os espaços urbanos e a maneira como são ocupados seguindo o processo de validação de desigualdades, o que, em primeira análise, abre brechas para “[...] emergência do crime organizado e da violência dele derivada, na medida em que permite que o crime ocupe papéis que deveriam ser do Estado e das políticas públicas”. (CARBONARI; LIMA, 2016, p. 93). Complementando essas

pontuações e trazendo para a realidade do presente estudo, é possível afirmar que a própria população acaba por construir estratégias de sobrevivência em meio ao abandono social generalizado – no caso da criminalidade, iniciativas como as redes colaborativas de alerta de segurança *online* são o melhor exemplo de anteparo para o cidadão, que parte do próprio cidadão e que tem a pretensão de garantir o direito aos demais cidadãos de estarem seguros.

3.2 O mapa da violência no Brasil: dados de uma epidemia

O Atlas da Violência 2019, divulgado em junho desse mesmo ano, revelou que, em 2017, houve um total de 65.602 homicídios no Brasil. O estudo elaborado anualmente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) coleta os dados a partir do Sistema de Informações de Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS). É o maior número da série histórica desse relatório, que começou em 2016, e o recorde entre todas as pesquisas realizadas pelo Instituto em seus 20 anos estudando o tema. O número equivale a 31,6 mortes para cada cem mil habitantes – para a Organização Mundial da Saúde (OMS), já se pode considerar epidêmico um número superior a 10 mortes não-naturais para cada cem mil habitantes de um país.

Figura 3 – Quadro-resumo retirado do infográfico Atlas da Violência 2019



Fonte: IPEA/FBSP (2019)

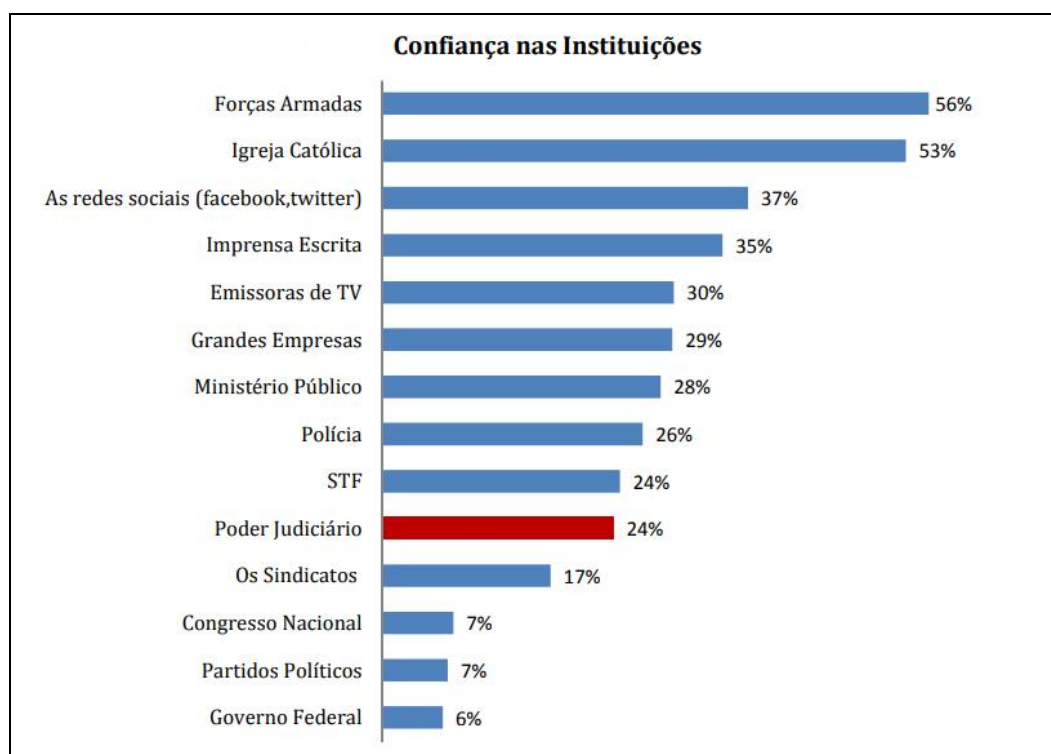
Vivemos, portanto, uma epidemia de violência no Brasil. Ao colocar uma lupa nesse relatório, focando a questão apontada no tópico anterior desse estudo, é possível identificar precisamente as lacunas deixadas pelo Estado no que tange à Segurança Pública e reforçar os fatores determinantes da escalada da violência urbana. De acordo com o estudo, por exemplo, a alta nas taxas de homicídios nas regiões Norte e Nordeste pode estar pontualmente relacionada à migração de facções criminosas até então atuantes na região Sudeste do país:

“Possivelmente, o forte crescimento da letalidade nas regiões Norte e Nordeste, nos últimos dois anos, tenha sido influenciado pela guerra de facções criminosas deflagradas entre junho e julho de 2016 (Manso e Dias, 2018) entre os dois maiores grupos de narcotraficantes do país, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV); e seus aliados regionais – principalmente as facções denominadas Família do Norte, Guardiões do Estado, Okaida, Estados Unidos e Sindicato do Crime”. (Ipea/FBSP, 2019, p. 7)

A violência segue sendo a principal bandeira para expandir as fronteiras criminosas de um mercado altamente promissor. Caminhando ao lado dessa perspectiva, constata-se a falta de políticas de segurança pública efetivas na prevenção de crimes e anacronismos no sistema judiciário – por consequência, no sistema penitenciário. No final dessa trilha perigosa está o cidadão comum, acuado pelo medo de sofrer algum tipo de violência, seja por parte de criminosos, seja por parte da própria polícia, e cultivando a mais absoluta falta de esperança de que algo seja feito em seu benefício. Faz-se crucial apontar que, para além dos “inimigos públicos” declarados e encarnados nas figuras dos traficantes e das facções criminosas, há outras formas de violência que matam todos os dias: violência doméstica, feminicídio, LGBTfobia, latrocínios, entre outros. Na encruzilhada diária que a luta pela sobrevivência impõe à população, o descrédito em um futuro melhor aponta para uma gama de alternativas paradoxais oriundas do senso comum: desde punições mais severas, como a pena de morte, até o armamento da população, passando pelo incentivo à ação truculenta da polícia na repressão dos crimes.

Ao mesmo tempo em que não confia nas instituições, a maior parte da população – que também tem pouco conhecimento sobre as leis vigentes no país – alimenta a crença de que a violência só poderá ser combatida com mais violência. De acordo com o último Relatório ICJ Brasil⁸ (Índice de Confiança na Justiça no Brasil), apenas 24% da população confia no Poder Judiciário; número muito parecido, também, com o destinado à Polícia (26%). Ou seja, dois terços dos cidadãos brasileiros acreditam mais em redes sociais ou nas emissoras de TV do que nas instituições governamentais que deveriam protegê-los:

Gráfico 1 – Percentual de confiança nas instituições brasileiras



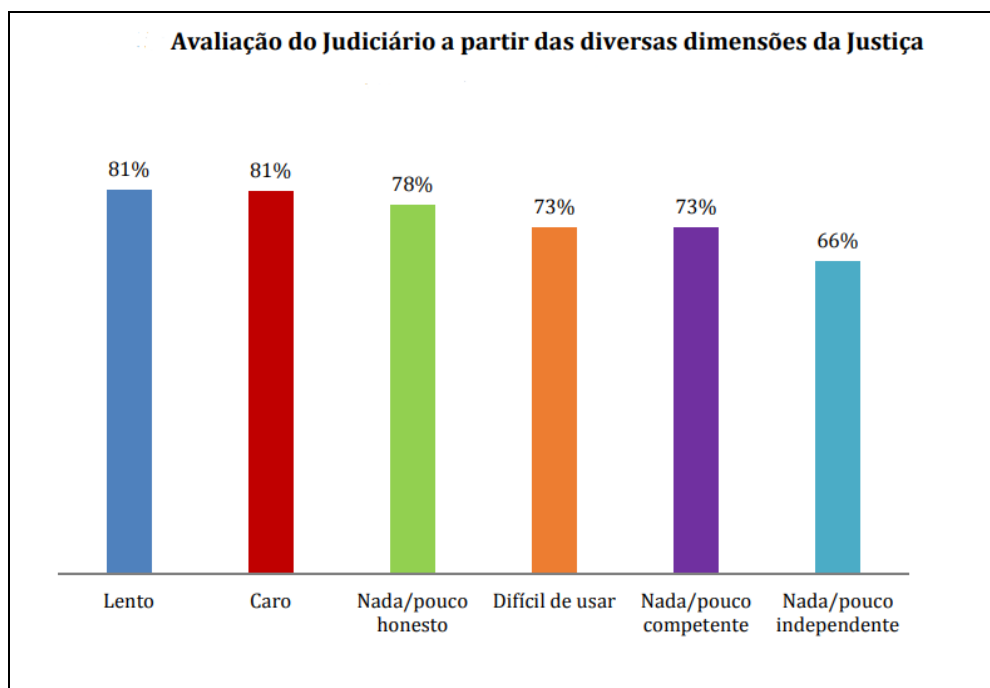
Fonte: Relatório ICJBrasil (2017)

⁸ Estudo realizado pelo Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada da Escola de Direito de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), apresenta dados referentes ao primeiro semestre de 2017. A pesquisa é realizada há nove anos, porém, não foram publicados ainda dados referentes a 2018. Em 2017, foram realizadas entrevistas em sete estados brasileiros e no Distrito Federal, com base em amostra representativa da população.

O gráfico traz, ainda, outra informação de extrema relevância para a presente pesquisa: o terceiro lugar no ranking de confiança da população nacional é ocupado pelas redes sociais. Além de estar em posição superior às mídias tradicionais – imprensa escrita e emissoras de TV – redes *online* como Facebook e Twitter assumiram uma importante centralidade no âmbito das relações cotidianas e estabeleceram novas dinâmicas sociais. Esse viés será desenvolvido no próximo capítulo, porém, de antemão, já se revela aqui uma outra alternativa encontrada pelos cidadãos na busca por mais segurança e autoproteção: o compartilhamento de informações através de redes sociais.

Mais um dado relevante apresentado pelo Relatório ICJBrasil diz respeito ao nível de conhecimento sobre as leis vigentes no país e sobre as impressões acerca do trabalho da Justiça. Para além das questões referentes à escolaridade – sendo a educação também uma das áreas menos privilegiadas no que diz respeito à destinação de verbas e criação de políticas públicas – a própria natureza da criação das leis, de decretos e da ação do Poder Judiciário são ininteligíveis para a maior parte da população. Com 63% dos entrevistados alegando conhecer “um pouco” das leis brasileiras, o retrato em exposição das suas impressões acerca do assunto não é nada animador: a Justiça é morosa, difícil de ser utilizada e cara.

Gráfico 2 – Avaliação do Poder Judiciário (aspectos negativos)



Fonte: Relatório ICJBrasil (2017)

A visão hermética do funcionamento da Justiça, que leva à descrença generalizada das suas competências, é reforçada com uma legislação obsoleta que não avança em políticas públicas para a área da segurança. O que se vê é apenas uma “policialização” de estratégias, ou seja, o incentivo exacerbado na ação da polícia como única alternativa de combate ao crime e à violência.

Na ausência de uma política nacional de segurança pública, em um país continental como o Brasil, com características tão heterogêneas entre as UF's, em geral, as políticas públicas locais terminam sendo conduzidas pelo empirismo do dia a dia, na base da improvisação e no apagar de incêndio das crises recorrentes, seja em função dos crimes que ocorrem nas ruas, seja dentro dos cárceres, onde há muito o Estado perdeu o controle. (Ipea/FBSP, 2019, p. 94)

O resultado é que o Brasil tem, hoje, uma polícia que figura no ranking das que mais matam no mundo – e entre as que mais morrem também. Em 2017, levantamento feito pelo portal Monitor da Violência, em parceria com o

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) apontou um aumento de 18,7% no indicador de letalidade da polícia. Em termos práticos e comparativos, a morte por agentes policiais é a segunda maior causa de assassinatos em território nacional, à frente dos casos de feminicídio e de latrocínio. Não sem razão, inúmeras pesquisas apontam também o crescente medo dos agentes do Estado: em 2017, o Datafolha Instituto de Pesquisa, divulgou documento no qual apontava que metade dos brasileiros declarou ter medo de sofrer algum tipo de violência por parte da polícia. A pesquisa atualizada⁹, apresentada em abril de 2019, mostra que esse número não teve redução: hoje, 51% da população alega ter mais medo do que confiança na polícia.

Esse fenômeno, no entanto, é legitimado pela maior parte da população, constituindo o que Caldeira (2002) chama de “uma das mais perversas ironias desse universo”, ou seja, “a polícia que mata pode, na verdade, ser a polícia que atende aos reclamos dos cidadãos desesperançados com a ineficácia da Justiça e descrentes de suas possibilidades de segurança num sistema de grande iniquidade social”. Se, por um lado, a truculência policial é temida e criticada pela sociedade, também é nas mãos dela que a população deposita a sua crença de que o crime e a violência podem um dia ter fim.

Outro sinal claro de que o grande buraco deixado pela falta de políticas públicas para a segurança e falta de priorização do tema por parte de todos os governos já não é só mais um buraco; é um precipício pelo qual os cidadãos caminham à beira diariamente.

3.3 O Rio de Janeiro não continua lindo: o caos da segurança pública no Estado

Assim como o Brasil vive um surto crescente de violência, nos termos expostos anteriormente neste capítulo, o Rio de Janeiro pode ser considerado

⁹ Publicada em abril de 2019 no Portal G1 (www.g1.com.br). Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/11/datafolha-aponta-que-51percent-dos-brasileiros-tem-medo-da-policia-e-47percent-confiam-nos-policiais.ghtml>, acesso jun 2019.

hors-concours no quesito endemia. Geralmente acima da média dos números referencias para o Brasil nas taxas de criminalidade, o Estado tem destaque garantido quase que diariamente na imprensa, com uma pauta também já conhecida do telespectador/leitor/ouvinte: tráfico de drogas, tiroteios, conflito entre facções, ação da milícia, políticos e chefes de governo (municipal e estadual) envolvidos em corrupção... a “ficha corrida” do Rio de Janeiro é extensa.

A exposição midiática dos flagelos no Estado, porém, costuma ser questionada acerca de possíveis privilégios, como sua geolocalização (região Sudeste do país, fazendo fronteira com os “primos-ricos” da federação) ou de interesses político-econômicos (investimentos na área do turismo, sede do maior conglomerado de mídia do país, etc.). Afinal, alguns Estados do Norte e do Nordeste do Brasil também apresentam altos índices de criminalidade e não figuram diariamente nos páginas dos jornais ou nos notícias da TV. Mas, esse tipo de afirmação acaba por generalizar uma situação que tem uma série de particularidades, que vai desde a formação urbana da cidade do Rio de Janeiro até a configuração da mesma como principal residência de uma das maiores facções criminosas do País – tudo perpassado pelo confronto constante gerado pelo narcotráfico.

Não é objetivo desse trabalho, porém, estender-se nas questões estruturais do Estado do Rio de Janeiro. O que se pretende aqui é traçar um panorama geral, a fim de que se entenda o contexto local do objeto dessa pesquisa -- a rede colaborativa online de alerta de segurança OTT-RJ. Sendo assim, seguem-se dados gerais do Estado:

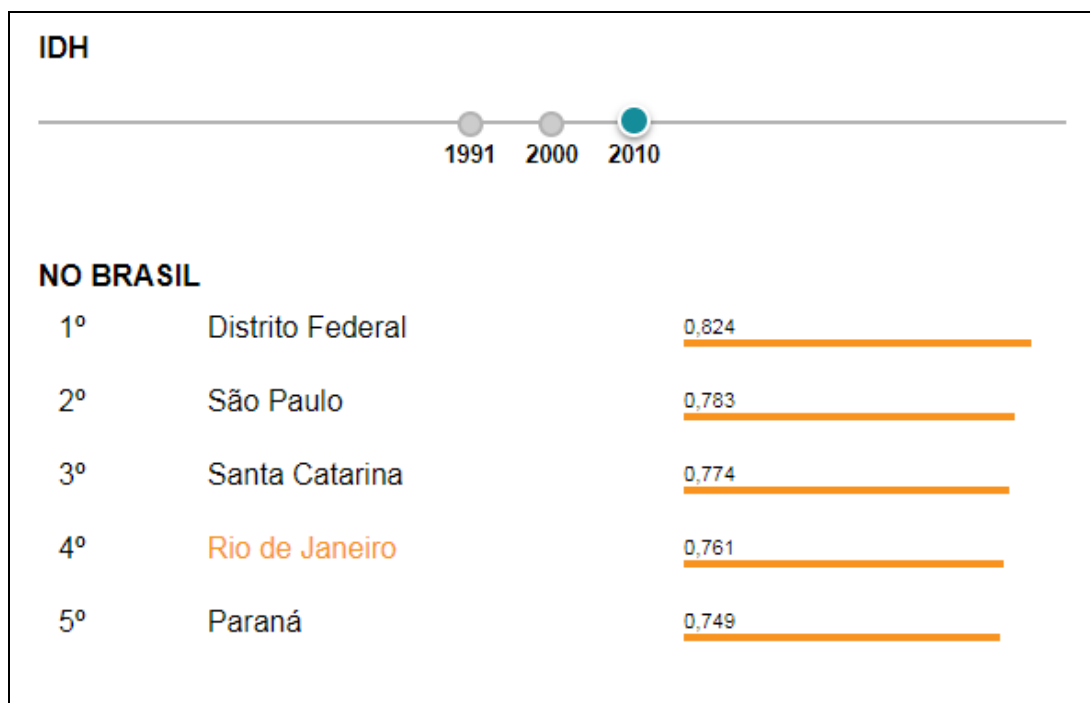
**Quadro 1 – Resumo de dados demográficos do Estado do Rio de Janeiro
a partir de dados do IBGE**

RIO DE JANEIRO - Dados Gerais	
População	17.159.960
Área	43.750,423 km ²
Região	Sudeste
Rendimento nominal domiciliar per capita	R\$ 1.698,00
IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)	0,761

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

De acordo com os dados disponibilizados pela página online do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado do Rio de Janeiro, apesar de possuir uma área pequena (se comparada a outros Estados da Federação), é um dos mais populosos do país. Mesmo com essa grande concentração populacional e com a extensa lista de problemas de ordem política, econômica e social, está entre os melhores Índices de Desenvolvimento Humano do Brasil. Considerando que esse indicativo é composto pela conjugação de três fatores básicos – saúde, educação e renda – e tem como proposta medir basicamente o nível de qualidade de vida de uma determinada população, estar entre os cinco primeiros no país deve ser motivo para comemoração.

Figura 4 – Índice de Desenvolvimento Humano por Estado – Ranking nacional de acordo com o último censo do IBGE



Fonte: IBGE (2019)

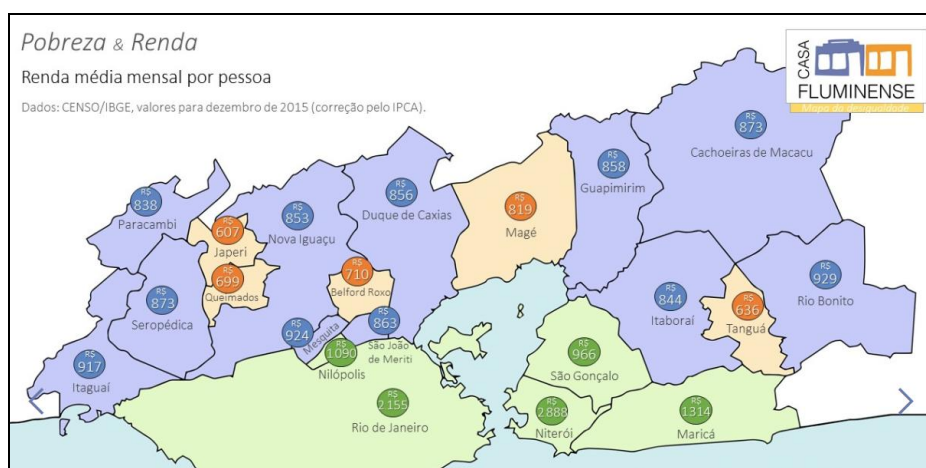
Historicamente, o Rio de Janeiro já foi residência oficial da Corte Real portuguesa e capital do país – de 1763 a 1960, até que Brasília passou a abrigar esse título, em uma manobra de deslocamento para ocupação territorial da região central do Brasil. A privilegiada localização e a consequente aptidão para o comércio marítimo foram fatores decisivos para que o Estado e a cidade se destacassem e tivessem seu desenvolvimento acelerado durante a colonização e nos períodos posteriores.

Atualmente, o Estado tem na exploração do petróleo e na produção industrial (a partir de derivados do petróleo) suas principais atividades econômicas. Mas, é através das atividades ligadas ao turismo, que a conta fecha com um pouco mais de folga: 53% do PIB do Estado é composto por atuações nas áreas de comércio e serviços. Principal destino no calendário

anual de eventos do país, só o Carnaval movimentou R\$ 3, 78 bilhões em 2019, trazendo uma receita 26% maior aos setores de comércio e serviços¹⁰.

A partir desse quadro geral, em tese e teoria, o Rio de Janeiro vive uma das melhores condições sociais e econômicas do país. Porém, o que se mostra na realidade cotidiana é um Estado dividido entre a elite rica e territorialmente demarcada na região metropolitana (capital) e o restante da população, à margem do desenvolvimento econômico e condições sociais mais justas. De acordo com levantamento do portal Casa Fluminense¹¹ sobre o Mapa da Desigualdade no Estado, é possível entender que, apesar de uma renda média per capita alta (conforme apontado anteriormente no Quadro 1), a concentração dessa renda acontece na capital fluminense. O restante dos municípios apresentam números bem inferiores, demonstrando um nível de desigualdade que não aparece nas contas oficiais uma vez que levam em consideração a média a partir de todas as cidades do Estado.

Figura 5 – Renda per capita por cidade e região no Estado do Rio de Janeiro em 2019



Fonte: Casa Fluminense (2019)

¹⁰ Informações do site www.datario.com.br

¹¹ A Casa Fluminense é uma associação civil sem fins lucrativos, que se define como autônoma e apartidária, com uma base de pessoas e organizações dedicadas ao fomento de ações que visem igualdade, aprofundamento democrático e desenvolvimento sustentável no Rio de Janeiro. Disponível em www.casafluminense.org.br, acesso jun 2019.

No mapeamento da Casa Fluminense, que em sua versão completa traz outros índices comparativos, como frequência escolar, taxas de homicídios e fluxos habitacionais, o Rio de Janeiro se revela uma metrópole de desigualdades e segregação. Em 2016, o Fórum Grita Baixada¹² e o Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu lançaram o relatório Um Brasil Dentro do Brasil Pede Socorro, um documento que se apresenta em forma de denúncia contra a situação cíclica de violência, corrupção e descaso por parte do Estado com a região. Considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) uma das regiões mais violentas do mundo na década de 70, por conta do surgimento dos grupos de extermínio, a Baixada Fluminense tem na construção da sua história o ônus de ser o alicerce do desenvolvimento da capital – sem, contudo, receber qualquer bônus por isso.

Assim, ao longo dos séculos, a Baixada Fluminense foi se consolidando como região onde a estruturada violência, operada pelos donos do poder político e econômico, foi se associando às esferas do Estado e do capital. As reações dos grupos populares, ora pela defesa de suas terras, ora pelo saque, revelaram estratégias de resistência, indicando que a dominação nunca foi monolítica ou uníssona. A disseminação do uso da violência está associada a esta história e deve ser compreendida em sua evolução, observando-se as estratégias de controle que Estado e capital lançam mão, além das respostas da população aos grupos dominantes. (RELATÓRIO UM BRASIL DENTRO DO BRASIL PEDE SOCORRO, 2016, p. 17)

A violência estrutural denunciada pelo documento se estende também a algumas regiões da capital. Observando dados publicados pela plataforma *online* Fogo Cruzado, que divulga relatórios periódicos sobre a incidência de violência armada no Rio de Janeiro, é possível observar (Figura 6) que no mês de junho de 2019 a maior ocorrência de disparos de arma de fogo foi registrada na capital fluminense – mais especificamente na Zona Norte da cidade. O segundo lugar do ranking ficou com a Baixada Fluminense, seguida por outra

¹² Coletivo de entidades de direitos humanos e sociais que tem como objetivo discutir alternativas e buscar soluções para problemáticas sociais e relativas aos direitos humanos nos municípios da Baixada Fluminense.

região da capital, a Zona Oeste. Não por acaso, essas duas regiões são as que concentram as maiores desigualdades sociais e também o maior número de comunidades. É nesse ponto que se pode resgatar a afirmação feita no início parágrafo anterior: o Rio de Janeiro segrega.

Figura 6 – Disparos de arma de fogo no Rio de Janeiro – junho de 2019

TIROTEIOS/DISPAROS DE ARMA DE FOGO JUNHO 2019				
REGIÕES GRANDE RIO				
	 TIROTEIOS DISPAROS	 PRESENÇA AG. SEG. **	 MORTOS	 FERIDOS
TOTAL	654	168	100	111
1. CAPITAL - ZONA NORTE	255	65	21	35
2. BAIXADA FLUMINENSE	136	22	34	27
3. CAPITAL - ZONA OESTE	113	26	9	15
4. LESTE METROPOLITANO	107	39	29	28
5. CAPITAL - ZONA SUL	25	8	1	1
6. CAPITAL - CENTRO	18	8	6	5

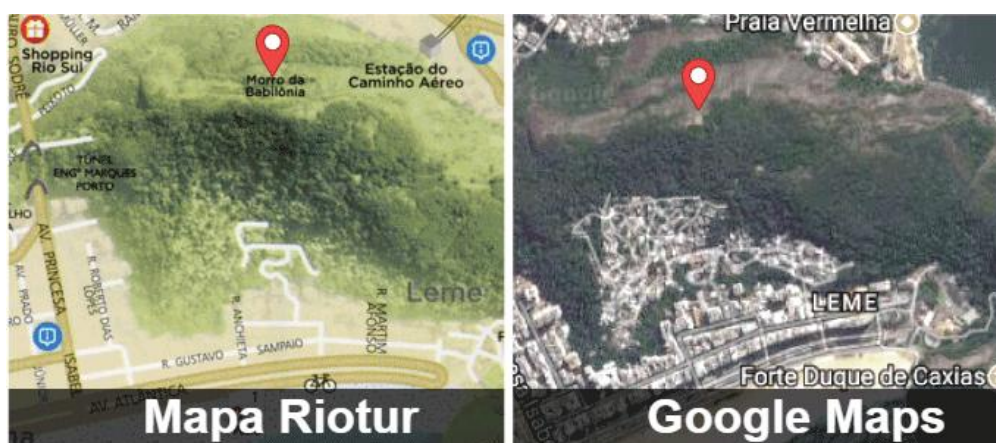
Fonte: Fogo Cruzado (jun/2019)

Parte das denúncias e das reivindicações apresentadas pelo relatório elaborado no Fórum Grita Baixada, inclusive, é alusiva a esse processo de exclusão e segregação social, política, econômica e humana, que também é visível em determinadas regiões da capital. Processo esse que tem o aval do Estado, que se faz presente na forma de sua ausência e controla interesses de classes privilegiadas através da violência – seja por meio de seus agentes de

segurança mobilizados em ações pontuais e de impacto, seja através da incapacidade de evoluir em políticas públicas de enfrentamento ao crime.

Um exemplo brutal dessa compactuação por parte dos políticos e governantes com a exclusão social e a manutenção das desigualdades foi denunciado em 2017: folhetos da Riotur com o mapa oficial do Rio de Janeiro tiveram as áreas de favela excluídas da imagem. Na ocasião, comunidades da Zona Sul foram literalmente apagadas (ou borradas) no material produzido pelo órgão oficial da prefeitura responsável pelo setor de turismo.

Figura 7 – Comparação entre mapa distribuído pela Riotur e mapa disponibilizado pelo Google Maps; área referente ao Morro da Babilônia



Fonte: Imagens Riotur e Google Maps; Edição Jornal O Globo (publicado em set/2017)

Figura 8 – Comparação entre mapa distribuído pela Riotur e mapa disponibilizado pelo Google Maps; área referente ao Morro Dona Marta



Fonte: Imagens Riotur e Google Maps; Edição Jornal O Globo (publicado em set/2017)

A Riotur – Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A. é uma sociedade de economia mista que “tem por objeto a implementação da política de turismo da cidade do Rio de Janeiro, em consonância com as diretrizes e os programas ditados pela Administração Municipal”. E não foi a primeira vez que a representação geográfica da capital passou por esse tipo de “edição” em mapas turísticos oficiais: em 2014 e em 2016, nos períodos de Copa do Mundo e Olimpíadas, respectivamente, comunidades das regiões Norte e Oeste da cidade já tinham sido apagadas dos folhetos distribuídos aos turistas. Com a justificativa inicial de que esses locais não seriam interessantes para visitantes por não serem pontos turísticos, a Riotur posteriormente se eximiu de qualquer responsabilidade sobre esses conteúdos e colocou na conta da gestão anterior do órgão a produção desse material. Com a moral violentada de cerca de 1,5 milhão de moradores, a complacência governamental com esse tipo de ação reforça o quanto “as estruturas de poder política e de ganhos econômico-sócio-culturais calcadas na violência se consolidaram, modificaram e se reconfiguram permanentemente, numa virtuosidade criativa, alimentada pelos que ocupam as esferas do Estado e do capital.” (Relatório Um Brasil dentro do Brasil pede Socorro, 2016, p. 11)

Para finalizar esse capítulo, segue uma síntese de como a questão da Segurança Pública no Rio de Janeiro é de extrema complexidade e necessita

de um sério aprofundamento por parte de todos os setores envolvidos. Com a palavra, Marielle Franco (2014), vereadora carioca com histórico de lutas pelos direitos humanos, pela igualdade social e de denúncias contra os sistemas opressores da população em situação de risco e das minorias, assassinada em março de 2018:

Pelo exposto, é possível indicar que as questões da Segurança Pública não se restringem ao policiamento, armamentos, crime e/ou castigo, mas repousam, sobretudo, em análises e perspectivas que envolvem todas as áreas da sociedade, desde os investimentos públicos, considerando a Lei de Responsabilidade Fiscal, até a mudança de paradigmas para o conjunto da sociedade. Entende-se que a Segurança Pública deve ser considerada como o resultado da articulação de diversas políticas sociais, visando a defesa de direitos, garantia e promoção da liberdade, como será tratado no desenvolvimento deste trabalho, principalmente porque segurança pública é muito mais que ação da polícia. (FRANCO, 2014, p.23)

Apenas às vésperas de completar um ano do assassinato da vereadora, suspeitos foram presos, mas, o caso está longe de estar resolvido. Os mandantes do brutal crime contra a vereadora e seu motorista ainda estão soltos. Mas, solto está também o legado de Marielle, vivo em todas as comunidades e em todos os cidadãos que lutam por seus direitos, por visibilidade, por igualdade e para que o Rio de Janeiro consiga se libertar das amarras da violência estrutural. Marielle, presente!

4 AS REDES COLABORATIVAS *ONLINE* E UM NOVO FLUXO DA INFORMAÇÃO

4.1 Redes sociais online, contra-informação e centralidade

Manter-se conectado (a), criar redes, pertencer a um grupo: nos tempos atuais, essas expressões remetem automaticamente ao universo digital e às interações dos indivíduos em páginas de *sites* na internet ou nas redes sociais *online*. Entretanto, essas são características da natureza humana que nos acompanham desde os primeiros seres ancestrais habilitados com sapiência de que se tem conhecimento. A sobrevivência, objetivo maior em qualquer momento histórico, dependia desse tipo de organização social – e continua dependendo, com a diferença de que a evolução tecnológica criou ambiente para uma nova configuração espacial das redes. Nas palavras de Castells (2003, p. 8) a elasticidade e a adaptação de redes, através da Internet, é que determina seu caráter revolucionário, pois combina “[...] flexibilidade e desempenho de tarefa, de tomada de decisão coordenada e execução descentralizada, de expressão individualizada e comunicação global, horizontal, que fornece uma forma organizacional superior para ação humana”.

Nessa primeira parte do presente capítulo, será abordada a centralidade que as redes sociais *online* assumiram na vida dos cidadãos modernos e de que maneira esses espaços de autonomia comunicativa estão promovendo transformações no próprio fluxo das informações, levando em consideração que “[...] a Internet é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global”. (CASTELLS, 2003, p.8).

A consolidação da Internet como fórum de participação efetiva da sociedade se apresenta como desdobramento de uma realidade preconizada de forma então visionária pelo Relatório MacBride nos idos de 1980, segundo a qual os indivíduos se tornariam sócios ativos dos processos de comunicação.

Nesse sentido, a necessidade de democratização da comunicação é um dos apontamentos cruciais do documento, considerando que,

[...] a) o indivíduo passa a ser um elemento ativo, e não um simples objeto da comunicação; b) aumenta constantemente a variedade de mensagens intercambiadas; c) aumenta também o grau e a qualidade da representação social na comunicação ou na participação. (UNESCO, 1980, p. 277)

Apesar de entender a problemática de efetivação de uma comunicação democrática para a grande parte da população – por conta da escassez de recursos, acesso, produção ou participação – o relatório indica iniciativas regionais e específicas de descentralização dos meios de comunicação de massa, nas quais grupos locais ou comunidades específicas geram conteúdos orientados pelo interesse daquele próprio agrupamento social, de maneira horizontalizada e não-hegemônica. Denominadas comunicação de substituição e contra-informação, a conceituação dessas ações foram estruturadas a partir da década de 60 e seguem sendo estudadas e atualizadas em função, principalmente, dos avanços tecnológicos e seus impactos na área da comunicação, uma vez que “[...] não se trata de sanar uma falta de comunicação, mas sim de reavaliar e de estender as comunicações em função de uma nova concepção da sua importância na sociedade.”. (UNESCO, 1980, p. 283).

O universo virtual se mostra além de um poderoso instrumento de transmissão de dados: é também um espaço de emancipação, no qual a comunicação pode se dar de todos para todos e onde articulação, mobilização, denúncia e outras ações de representatividade social encontram abertura para serem compartilhadas. Nesse sentido, as redes sociais *online* têm um papel de extrema centralidade na vida cotidiana, uma vez que tendem a reunir indivíduos com congruência de interesses e possibilitam novos fluxos de produção e consumo de informação. De acordo com notícia divulgada pelo site

especializado em tecnologia TechTudo¹³, no Brasil, 66% da população possui conta ou utiliza redes sociais *online*, o que corresponde a cerca de 140 milhões de usuários ativos em 2019.

Figura 9 – Redes sociais *online* mais usadas no Brasil e tempo médio gasto em redes sociais por dia



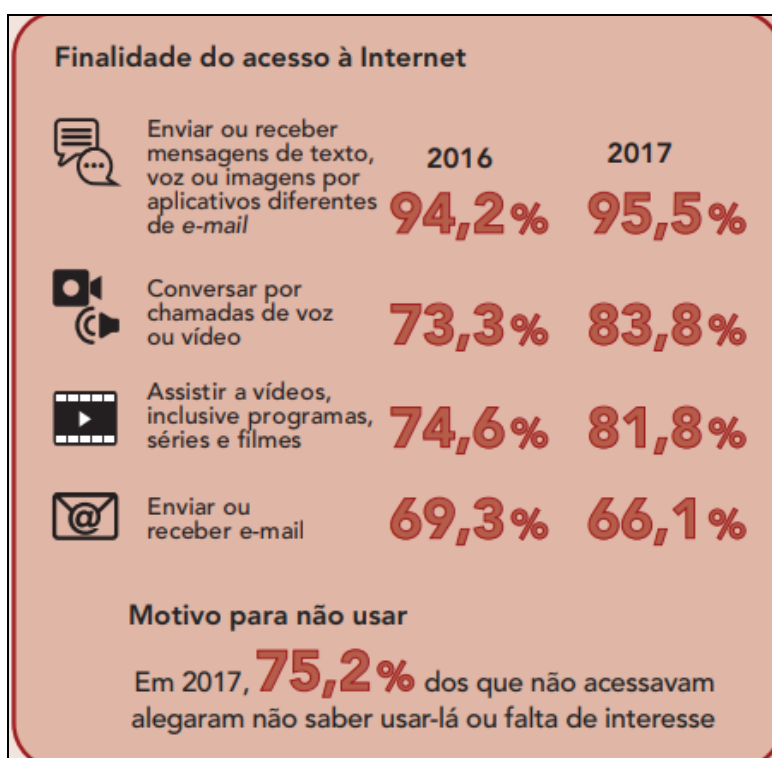
Fonte: Elaborado pela autora; com dados do *site* TechTudo (2019)

Vê-se aqui a necessidade da abertura de um parêntese importante: embora esse seja um índice expressivo em termos percentuais e números absolutos, mesmo adicionando a informação de que 61% desses usuários utilizam dispositivos móveis para acesso *online*, ainda existe uma grande massa da população não contemplada pela inclusão digital no Brasil.

¹³ Com base em estudo mundial divulgado pela agência We Are Social em parceria com a plataforma de dados Hootsuite, no qual foram levantados dados de 22 milhões de usuários em 45 países.

Retomando a questão do uso das redes sociais e de sua centralidade no cotidiano moderno, pode-se tomar o seguinte pressuposto: um brasileiro comum, que tenha uma jornada de trabalho de 8 horas, em média, e que consiga dormir durante as 8 horas preconizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como ideal para manter a qualidade de vida, contabiliza o saldo de 8 horas para outras atividades, como lazer, família, etc. Conforme apontado pelo estudo sobre o uso de redes sociais *online* e em destaque na figura 9, o tempo médio gasto nessas redes pelos brasileiros é de 3 horas e meia, ou seja, quase a metade do seu “tempo livre”. Que se reforce: apenas nas redes sociais *online* (o tempo médio utilizado para navegação na Internet, de um modo geral, é de aproximadamente 8 horas). O que a Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE) no final de 2018, revela é como esse tempo dedicado ao universo virtual de um modo geral tem sido utilizado:

Figura 10 – Finalidade do acesso à Internet (Brasil)

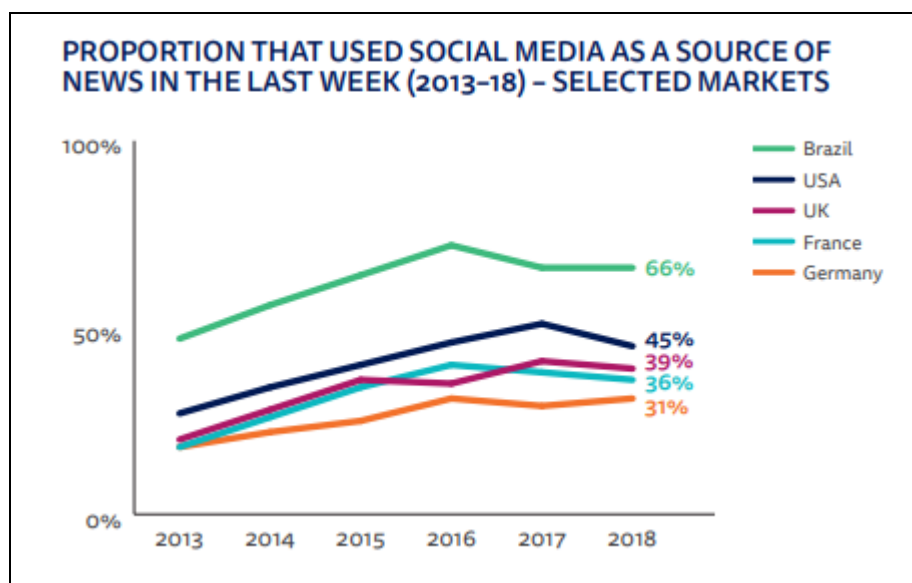


Fonte: IBGE, PNAD Contínua 2016/2017

Esse foi o segundo ano em que o Instituto realizou a pesquisa e no comparativo entre os dados relativos a 2016 e 2017, o crescimento do acesso à internet nos domicílios ganha destaque: de 69,3% no primeiro ano para 74,9% no segundo ano. No ranking das principais finalidades de acesso, as três primeiras posições relacionadas pelos respondentes são de atividades realizadas através de aplicativos de redes sociais *online*.

Há também outro aspecto de bastante influência no cotidiano das pessoas no que tange à utilização das redes sociais *online*: elas também são utilizadas como fonte primordial de notícias e são consideradas, por grande parte dos usuários, uma maneira confiável de se manter em dia com as principais informações. O Brasil é o local onde a rede social Facebook tem mais credibilidade nesse quesito, conforme apontado pelo Digital News Report, do Instituto Reuters, divulgado em junho de 2018. No recorte abaixo, é possível visualizar comparativamente a atuação dos usuários brasileiros com os de outros países, como Estados Unidos e Alemanha, no que se refere ao consumo de notícias através de redes sociais *online*.

Figura 11 – Utilização de rede social *online* como fonte de notícias



Fonte: Digital News Report 2018, Reuters Institute

No mesmo relatório, há uma seção dedicada aos números referentes ao consumo de mídia e informação no Brasil e o destaque recai justamente sobre esse ponto: o maior consumo de notícias através de rede sociais versus o crescente fenômeno das *fake news* – e todo esse cenário desenhado às vésperas das eleições presidenciais de 2018:

Em meio ao crescente debate sobre notícias falsas no país, o principal tribunal eleitoral do Brasil começou a discutir com a imprensa e as principais empresas de mídia social maneiras de combater o problema para a preparação das eleições presidenciais de 2018. A polícia federal brasileira disse que vai identificar e punir autores de notícias falsas, na ausência de nova legislação. O Brasil tem 145 milhões de eleitores e 130 milhões de usuários do Facebook. (REUTERS INSTITUTE, 2018, online, tradução livre)¹⁴

A despeito das questões essencialmente políticas, e também por causa delas, o que a pesquisa revela é que a predileção pelo Facebook como fonte primária de informação acontece na medida em que os chamados “consumidores” buscam se afastar de “debates tóxicos” e buscam alternativas com maior privacidade e menores chances de serem mal interpretados, podendo expor suas opiniões diante de grupos conhecidos. De acordo com o próprio relatório, “[...] *a combination of push and pull factors at play (uma combinação de fatores push and pull em jogo – tradução livre)*”. Em outras palavras, e realizando um resgate da definição inicial de rede, conexão e formação de grupo que foi posta na abertura desse capítulo: a necessidade de convivência em comunidade e criação de uma rede segura, com objetivos referenciais semelhantes e confiança para seguir na labuta diária da vida também direciona ações e escolhas no universo virtual.

Considerando que a presente pesquisa tem como objeto uma rede de alerta de segurança *online* e que o objetivo é realizar o mapeamento das

¹⁴ Amidst the growing debate about ‘fake news’ in the country, Brazil’s top electoral court started to discuss with the press and the leading social media companies ways to combat the problem in preparation for the 2018’s presidential elections. The Brazilian federal police has said it will identify and punish authors of ‘fake news’ in the absence of new legislation. Brazil has 145m voters and 130m Facebook users. (REUTERS INSTITUTE, 2018, online, tradução livre)

postagens dessa rede em sua página da rede social Facebook, segue-se então um delineamento inicial que será aprofundado a partir da análise dos dados coletados, mas, que sugere inicialmente de que o agrupamento de indivíduos acerca de uma temática específica (a segurança pessoal) em busca de informações que não são veiculadas pela grande mídia (alertas e denúncias) de maneira rápida (tempo real) e com possibilidade de participação (envio de alertas pelo próprio indivíduo) e compartilhamento (expansão do alerta para outras pessoas) constitui um modelo de contra-informação construído a partir da interatividade e da participação ativa da comunidade. Ou, ainda, um novo fluxo da informação na comunicação, como será visto ainda nesse capítulo. A questão de horizonte, porém, continua sendo o quanto esse novo processo comunicacional pode ou poderá contribuir para uma efetiva melhora na condição de vida dos cidadãos abarcados pelo problema social em questão e que participação podem ter na elaboração de políticas voltadas para a Segurança Pública.

4.2 Onde tem Tiroteio (OTT-RJ): uma proposta de rede colaborativa

A liberdade de expressão, pilar essencial para o exercício da cidadania, permite que as necessidades ignoradas pelo poder público e os deveres não cumpridos pelo Estado em setores essenciais da sociedade sejam expostos – através de sites pessoais, páginas em redes sociais *online*, perfis pessoais ou mídias alternativas. O que se espera através desses movimentos de exposição, denúncia e veiculação de fatos acobertados pelo Estado (e, muitas vezes, pela grande mídia), é a sensibilização para as questões expostas e, conseqüentemente, ações governamentais que revertam os problemas apontados. Esse é um fluxo comumente observado em iniciativas de Mídia Cidadã, que tem como foco de trabalho as ações inclusivas, participativas e democráticas, voltadas para educação e construção de políticas públicas. Para tanto, a mobilização de movimentos sociais e o engajamento de atores sociais encontra nas plataformas digitais uma forte aliada.

Tendo como premissa básica à sobrevivência a necessidade de se sentir em segurança, e partindo do princípio de que o Estado não cumpre satisfatoriamente com esse dever, os cidadãos cariocas estão encontrando em uma dinâmica comunicacional participativa um meio de se sentirem protegidos. A evolução tecnológica, através de aplicativos de geolocalização e transmissão de conteúdos em tempo real, também permite que milhares de cidadãos estejam conectados e sejam, ao mesmo tempo, sujeitos produtores e consumidores da informação. Nas palavras de Gobbi e Bernardini, “[...] a possibilidade aglutinadora tornou-se convergente, estabelecendo as primeiras alterações e caracterizando as diferentes dinâmicas entre as pessoas envolvidas nos processos de comunicação” (GOBBI; BERNARDINI, 2013, p. 47).

A rede de alerta de segurança *online* Onde Tem Tiroteio – RJ (OTT-RJ), estudada nessa pesquisa, agrega ainda um fator de apropriação da prática jornalística, com elementos essenciais à divulgação das informações: antes de publicar qualquer boletim, existe uma checagem dos dados recebidos da população com “fontes confiáveis”, cruzando com mais de uma delas, na maioria das vezes. Benito Quintanilha (2019, informação verbal)¹⁵, um dos criadores da rede OTT-RJ, revela a existência de um “Círculo de confiança”, ou seja, “pessoas que moram em comunidades, estão ouvindo tiros a todo momento e são pessoas de extrema confiança” responsáveis pelas confirmações dos alertas recebidos. Ainda de acordo com Benito, fazem parte desse Círculo algo entre 500 e 600 pessoas, que vão desde motoristas de aplicativos, passando por agentes de segurança pública, até donas de casa e comerciantes de bairro. É para eles que a “equipe interna operacional”¹⁶ envia os boletins a fim de que seja feita a confirmação de qualquer ocorrência. A

¹⁵ Entrevista concedida por QUINTANILHA, Benito. Entrevista I. [mar. 2019]. Entrevistadora: Mara Fernanda de Santi. Bauru, 2019. 1 arquivo .mp3 (21:43 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no apêndice dessa monografia.

¹⁶ Conforme descrição do website da OTT-RJ, sobre a descrição do funcionamento do aplicativo: “Todos os alertas enviados pelo nosso aplicativo, mídias sociais e outros meios de comunicação, são checados pela equipe interna operacional da OTT. Apenas os alertas confirmados são enviados para o aplicativo.” Disponível em www.ondetemtiroteio.com.br, acesso em jul/2019.

partir de uma sinalização positiva, de uma confirmação de que o fato está realmente ocorrendo, o informe é publicado.

A rede de alerta de segurança *online* OTT-RJ é composta por: 1 website (www.ondetemtiroteio.com.br), 1 aplicativo (OTT), 1 perfil na rede social *online* Facebook, 1 perfil na rede social *online* Twitter, 1 perfil na rede social *online* Instagram e 1 canal na plataforma de vídeos Youtube. Todos os canais são abastecidos com o mesmo conteúdo, havendo variações referentes à formatação técnica de cada rede social ou plataforma. A logomarca da rede é composta pelas suas iniciais em letras maiúsculas ao fundo e, à frente, a imagem de megafone sobre a letra “O” e uma bala em movimento atravessando as duas letras “T”.

Figura 12 – Logomarca da OTT-RJ



Fonte: Reprodução do Youtube, acesso em jul/2019

A logomarca da rede é utilizada nos perfis de todas as redes sociais *online* e na plataforma de vídeos Youtube, porém, no website (que passou por reformulação visual em 2018), ela não está presente. Essa imagem também é a que está no perfil das contas dos aplicativos de mensagem WhatsApp e Telegram.

Figura 13 – Homepage do website OTT-RJ



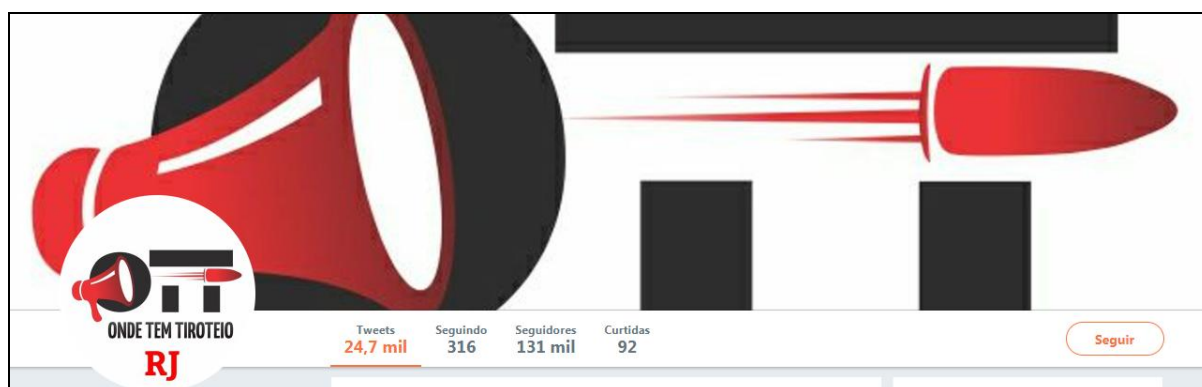
Fonte: Reprodução de www.ondetemtiroteio.com.br, acesso em jul/2019

**Figura 14 – Identidade visual do perfil da rede OTT-RJ no Facebook
(imagens de capa e de perfil com logomarca)**



Fonte: Reprodução de www.facebook.com/OTTRJ/, acesso em jul/2019

Figura 15 – Identidade do perfil da rede OTT-RJ no Twitter (imagens de capa e de perfil com logomarca)



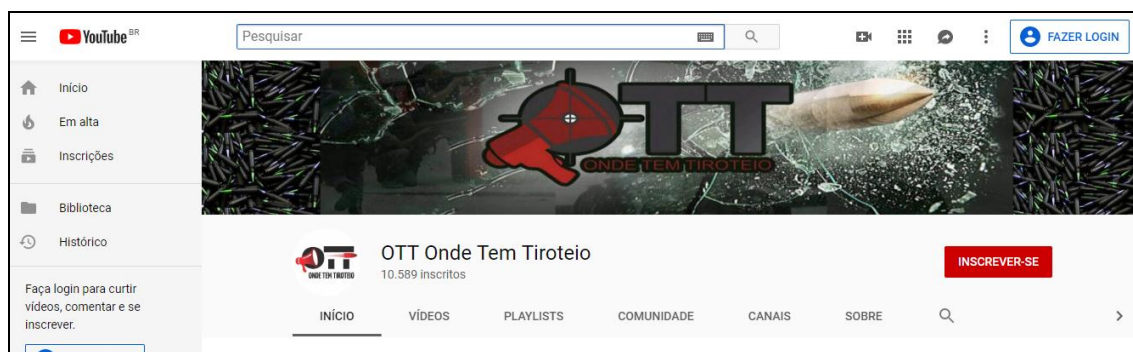
Fonte: Reprodução de www.twitter.com/rj_ott, acesso em jul/2019

Figura 16 – Identidade do perfil da rede OTT-RJ no Instagram (imagem de perfil com logomarca)



Fonte: Reprodução de www.instagram.com/onde_tem_tiroteio, acesso em jul/2019

Figura 17 – Identidade do perfil da rede OTT-RJ no Youtube (imagem de perfil com logomarca atual e imagem de capa com logomarca anterior)



Fonte: Reprodução de youtube.com/channel/UCzCrP1-eqIDjV3xBKVeRG1A, acesso jul/2019

A rede divulga, em suas páginas, perfis e aplicativo, informações sobre ocorrências criminais tipificadas e não-tipificadas¹⁷ e a grande maioria das postagens faz referência a tiroteios que estejam acontecendo em tempo real em determinados pontos da cidade do Rio de Janeiro – essa informação é replicada dos aplicativos para as páginas das redes sociais, onde há maior interação. Assim, como se irá apresentar ao longo deste trabalho, a população se expressa em resposta a essas publicações alternando manifestações de descontentamento com o Estado e preocupação com familiares, amigos e outras pessoas que possam estar nas áreas de risco apontadas. Por sua vez, os dados apresentados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro não refletem essa mesma realidade: as estatísticas são construídas a partir dos Registros de Ocorrência (lavrados em delegacias da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro) e “[...] informações complementares de órgãos específicos da Polícia Militar” (Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, 2019, online). Essas informações não consideram, por exemplo, que

¹⁷ Arrastões e tiroteios constituem ações não-tipificadas como crime nos R.O.s (Registros de Ocorrência) do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro. A lista completa de ocorrências tipificadas consta no Apêndice dessa pesquisa (Youtube, acesso jul/2019).

“bala perdida” seja uma ocorrência criminal registrável, uma vez que não consta essa tipificação de crime na legislação penal brasileira. Essa situação, inclusive, abre margem às contestações feitas aos números divulgados pela OTT por parte da classe política e do próprio interventor federal nomeado para comandar as ações das Forças Armadas na cidade¹⁸. Na fala do idealizador,

A gente até recebeu ataques do próprio interventor federal, dizendo que eles não confiavam nos nossos números, que não eram auditados. Mas, era o papel dele, né? Defender o governo, não importa qual (...) defender o lado dele. Mas, enfim, na verdade nossos números – de fato, ele está certo – não são corretos, porque são maiores! (QUINTANILHA, 2019, informação verbal).

A ideia de criar a rede partiu do próprio Benito, em dezembro de 2015 ao ver na TV uma notícia de bala perdida com vítima fatal. Conforme seu relato: “[...] vi uma reportagem sobre vítima de bala perdida em uma comunidade do Rio de Janeiro e pensei ‘e se as pessoas pudessem saber onde tem tiroteio?’” (QUINTANILHA, 2019, informação verbal). Em princípio, ele contava apenas com a divulgação e compartilhamento de informações que recebia em sua página pessoal, na rede social *online* Facebook. Em pouco tempo, segundo conta, ficou sobrecarregado e pediu ajuda de outros três amigos, formando o atual grupo de quatro pessoas que comandam as operações da rede OTT-RJ. Benito Quintanilha, Marcos Vinicius Veiga Baptista, Denis Colli e Henrique Coelho Caamaño não possuem nenhuma ligação com a área de segurança pública e atuam em profissões totalmente distintas: Benito é petroleiro, Marcos Vinicius é físico, Denis é programador e Henrique é empresário.

O trabalho realizado pela rede de alertas é dividido entre os quatro da seguinte maneira: Benito e Henrique se encarregam de receber as mensagens e realizar as checagens, através de seu “Círculo de Confiança”, para posterior postagem. Marcos Vinicius se ocupa da parte administrativa e Denis é responsável pelo suporte tecnológico. Em dezembro de 2017, os amigos

¹⁸ Em 21 de fevereiro de 2018 foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto Legislativo 10/2018, que determinava a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro. Essa data, inclusive, está sendo utilizada como marco referencial para o recorte temporal de análise do objeto.

oficializaram a sociedade e registraram a empresa OTT Brasil Desenvolvimento de Aplicativos e Consultoria LTDA.

Figura 18 – Comprovante de inscrição e situação cadastral

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 29.275.649/0001-05 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 15/12/2017			
NOME EMPRESARIAL OTT BRASIL DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVOS E CONSULTORIA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) OTT BRASIL LTDA			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R CUPERTINO		NÚMERO 00172	COMPLEMENTO
CEP 21.380-150	BAIRRO/DISTRITO QUINTINO BOCAIUVA	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO ANDREMELO@LITICOCONTABILIDADE.COM		TELEFONE (21) 9715-2225	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 15/12/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Fonte: Reprodução Receita Federal; disponível em receita.fazenda.gov.br, acesso jul/2019

A rede também fez registro no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), órgão federal responsável pelo registro de marcas e patentes. O registro da marca junto ao órgão garante que ela não seja utilizada indevidamente, por terceiros, ou concorrentes e dá o direito de utilização ao proprietário por dez anos, que são renováveis por mais dez.

Figura 19 – Processo de pedido de registro da marca e logomarca OTT - Onde Tem Tiroteio no INPI

BRASIL Acesso à informação Participe Serviços Legislação Canais

Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Ministério da Economia

Consulta à Base de Dados do INPI [Início | Ajuda?]

» Consultar por: No.Processo | Marca | Titular | Cód. Figura] 1/0

Marca

Nº do Processo: 911882987

Marca: OTT ONDE TEM TIROTEIO

Situação: Registro de marca em vigor

Apresentação: Mista

Natureza: De Serviço

Classe Nice

Código	Especificação
NCL(10) 45	Consultoria em segurança - [Informação em]; Consultoria em s...

Fonte: Reprodução INPI, disponível em www.inpi.gov.br, acesso em jul/2019

A solicitação de registro de marca (textual e visual) foi feita em novembro de 2018 e a concessão ocorreu em agosto de 2018. Quando um pedido de marca é realizado, há necessidade de indicar em qual área de atuação se pretende atuar (Classe Nice) e, embora o trabalho atual da rede esteja ligado à área da comunicação (normalmente classificada pela Nice 16), a solicitação foi feita Classe Nice 45, que abarca os serviços de “Consultoria em segurança – [Informação em]; Segurança pessoal – [Informação em]; Assessoria, consultoria e informação na área de segurança nacional.”¹⁹.

Apesar de toda a estrutura comercial e jurídica resguardada pelos fundadores, Benito garante que a equipe não lucra com a rede: “ninguém financia a gente, a gente tira do bolso para manter a OTT no ar”. Ainda de acordo com o idealizador, o ritmo de trabalho é intenso – no início da entrevista concedida para essa pesquisa, ele alertou que poderia interromper caso surgisse alguma urgência em relação aos alertas – e realizado diretamente pelos quatro sócios, 24 horas por dia. Isso se justifica pelo volume de dados recebidos: apenas de tiroteios, são entre 170 e 190 por dia. “Confirmado, a

¹⁹ Informações disponíveis online no Manual de Marcas da página do INPI (<http://manualdemarcas.inpi.gov.br/>, acesso em jul/2019)

gente consegue confirmar – como somos apenas quatro – na faixa de 20 a 25 por dia. Mas, eu posso dizer com total certeza que hoje o Rio de Janeiro tem mais de 70 ocorrências.” (QUINTANILHA, 2019, informação verbal).

Em julho de 2019, a página do Facebook da rede publicou uma postagem intitulada “OTT-RJ: Utilidade Pública” para divulgar uma campanha *online* para arrecadação de recursos, especificando que o valor obtido seria para melhorias em recursos da rede – o que se reverteria para os usuários – e as contribuições (em qualquer valor) poderiam ser feitas através de um link para uma página de *crowdfundign*²⁰. Na publicação, a OTT-RJ reforça que não recebe apoio do governo ou de empresas particulares e revela que tem entre seus objetivos a expansão da atuação para outros países da América Latina.

Figura 20 – Publicação da rede OTT-RJ sobre campanha para arrecadação de fundos para a rede

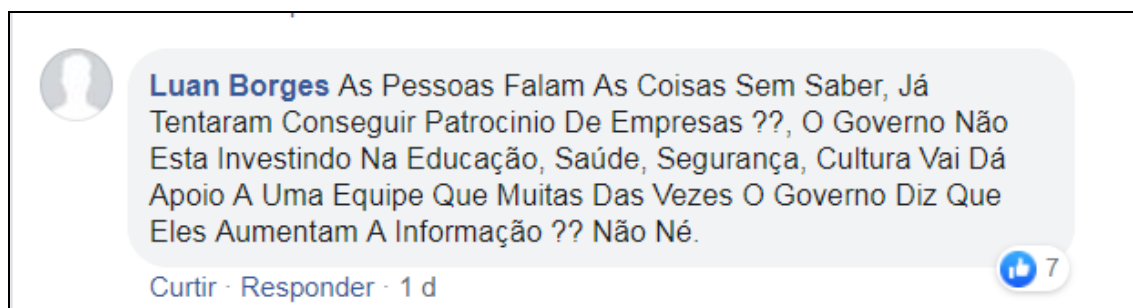


Fonte: Reprodução de publicação da OTT-RJ no Facebook em 8 de julho de 2019

²⁰ Uma modalidade de arrecadação de doações em dinheiro pela Internet, que tem como objetivo o financiamento coletivo de um produto, de uma ação ou de alguma atividade específica.

Mesmo não sendo o foco do presente estudo a análise do conteúdo textual das interações na rede social Facebook, é válida a pontuação de alguns comentários feitos nessa postagem especificamente. Foram 18 comentários diretos e 26 comentários ao todo (incluindo resposta aos comentários diretos) alternando demonstrações de apoio, ironia e questionamentos sobre a destinação do fundo levantado, especialmente com relação ao ponto em que cita a expansão para outros países da América Latina. Apenas uma resposta faz crítica à falta de ação do Estado em relação à Segurança Pública e reforça o que um dos criadores da rede afirmou, sobre o questionamento dos dados publicados pela rede por parte de agentes oficiais:

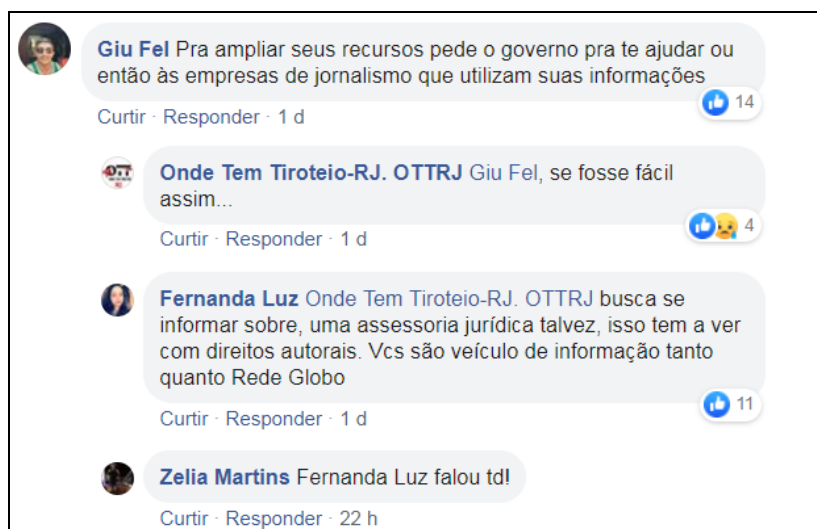
Figura 21 – Resposta à publicação com pedido de contribuição da OTT-RJ em página do Facebook



Fonte: Reprodução das páginas do Facebook da OTT-RJ (em 8 de julho de 2019)

Além dos seguidores que manifestaram a efetivação de alguma contribuição, o que chamou a atenção foi um comentário – o único também – que traça proximidade da página com um modelo de veículo de comunicação. Nesse comentário, a rede se manifesta em resposta, apontando sutilmente a dificuldade em conseguir patrocínios, e há uma tréplica de outra seguidora, reforçando a similaridade da página com uma empresa jornalística. Surge na “conversa” uma quarta pessoa, que concorda com a posição dessa última:

Figura 22 – Resposta à publicação com pedido de contribuição



Fonte: Reprodução da página do Facebook da OTT-RJ (em 8 de julho de 2019)

Essa menção ao trabalho jornalístico é inédita, embora a rede realmente seja utilizada como fonte por diversos veículos, tanto em mídia impressa quanto televisiva. Jornais impressos como Extra, O Globo e O Dia publicaram notícias sobre criminalidade e índices de violência tendo os dados da rede como base. Redes de televisão como Globo, SBT e Record também incluíram em matérias para seus telejornais imagens em vídeo reproduzidas a partir da página do Facebook da OTT-RJ prática essa também adotada pelas páginas *online* dos jornais impressos acima citados.

Pautar a grande mídia, porém, é um estandarte que encobre uma questão que vai além da própria crise dos meios “tradicionais” e sua deficiência em realizar coberturas jornalísticas que contemplem a realidade das periferias: a comunicação por parte de órgãos oficiais sobre determinadas ocorrências (como tiroteio, bala perdida ou arrastão) só é realizada quando há vítimas. Esse ponto relevante, tratado anteriormente nesse mesmo capítulo, é motivo de severos apontamentos por observatórios de segurança e outros institutos especializados em dados sobre violência. A plataforma digital colaborativa Fogo Cruzado também se dedica ao registro de situações de violência no Rio

de Janeiro, de maneira similar à OTT-RJ, contando com aplicativo próprio e páginas em redes sociais *online*. Essa iniciativa, no entanto, distingue-se do objeto dessa pesquisa em alguns pontos essenciais: teve início em 2015 a partir de um projeto da Anistia Internacional Brasil e, atualmente, é gerido pelo Instituto Update²¹; possui números de audiência nas suas páginas em redes sociais *online* menores (seguidores, curtidas, etc.) do que a rede OTT-RJ; desde 2016, a rede tem se firmado mais como “laboratório de dados”, com fornecimento de estatísticas periódicas sobre a violência armada no Rio de Janeiro. Em comum, porém, há o fato de contabilizar os números que órgãos oficiais não contabilizam, como os tiroteios, disparos de arma de fogo, arrastões e as “balas perdidas” e também pautar os grandes veículos de mídia.

A busca por esse tipo de informação através das redes sociais *online* e do aplicativo que a OTT-RJ mantém é consonante com a crescente audiência que temas ligados à segurança pública se proliferam nesses canais. Uma das hipóteses é a falta de espaço na mídia “tradicional” para a cobertura das ocorrências locais, fenômeno observado na pesquisa “Mídia e Violência: o que mudou em dez anos?” (RAMOS, PAIVA e NUNES, 2017, online). De acordo com o estudo, focado em uma análise dos principais jornais impressos do país, o espaço dedicado a esse tipo de conteúdo foi reduzido praticamente pela metade e não reflete, necessariamente, uma queda na quantidade de ocorrências criminais de um modo geral. Além disso, as notícias privilegiam regiões nobres das cidades deixando, dessa maneira, uma grande parcela da população à margem dos acontecimentos. Em outras palavras: os cidadãos não se reconhecem naquilo que é noticiado. É nesse contexto que páginas de redes sociais ganham força, uma vez que existe a possibilidade de recorrer “[...] a outros meios em busca de informações relevantes para o seu cotidiano, tendo no Facebook fácil acesso a numerosas páginas que noticiam eventos locais, com foco em um bairro, uma favela, um quarteirão ou até um condomínio.”. (NUNES, 2017, online). Em um breve resgate o início desse

²¹ Instituto de inteligência e tecnologia que trabalha pelo fortalecimento do ecossistema de inovação política na América Latina. Disponível em www.institutoupdate.org.br, acesso em ju/2019

capítulo, a sociedade em rede (ou informacional) esboçada por Castells sugere que o foco central de seu avanço seja as identidades primárias:

Os primeiros passos históricos das sociedades informacionais parecem caracterizá-las pela preeminência da identidade como seu princípio organizacional. Por identidade, entendo o processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais. (CASTELLS, 1999).

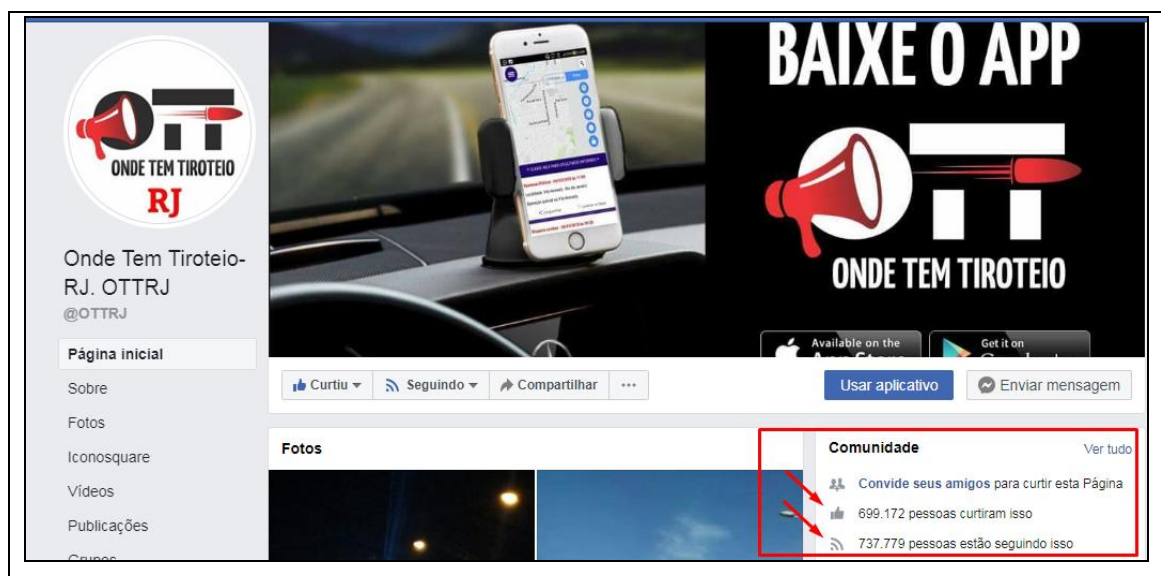
Em um estudo sobre “páginas de bairro” no Facebook no Rio de Janeiro, publicado pelo Boletim Segurança e Cidadania, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec), foram analisadas 156 páginas com esse caráter hiperlocal e a questão da segurança figura entre os principais temas. Conforme frisa Nunes (2017, online), a dinâmica de circulação desse tipo de informações nas páginas locais “[...] se, por um lado, tem função autoprotetiva, carrega, por outro, o risco do vigilantismo e do justicamento, além de poder ser um veículo de reprodução e potencialização de estereótipos e preconceitos.”

Apenas em sua página no Facebook, a rede OTT-RJ tem 738 mil seguidores e conta com 699.377 curtidas (esse é um elemento que mede a “popularidade” das páginas da rede²²). E esses números crescem diariamente: no comparativo abaixo, é possível observar a evolução desses indicadores de um dia para o outro, literalmente. A primeira imagem corresponde a um print da página feito em 7 de julho de 2019, enquanto que a segunda captura foi realizada no dia seguinte, 8 de julho de 2019 e demonstra um aumento de 205 curtidas na página e 221 seguidores a mais em relação às 24 horas anteriores. A julgar por essa amostra, já poderia se considerar a expressividade no interesse pela temática e no aumento crescente pela busca por informações sobre as ocorrências que podem colocar em risco a segurança dos cidadãos.

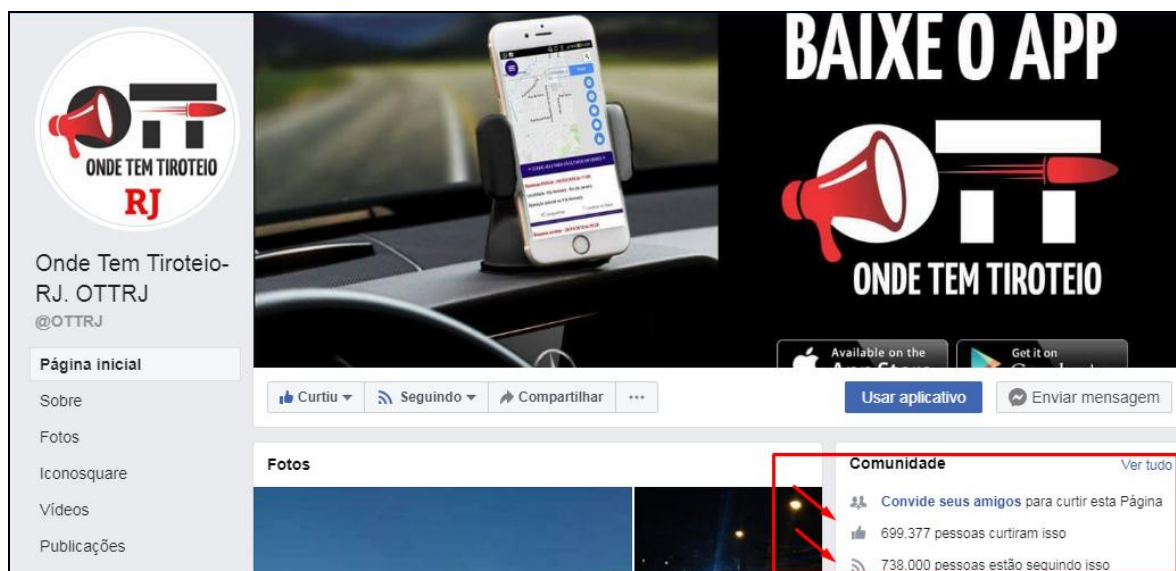
²² Conforme definição da área de suporte do Facebook: “Quando uma pessoa curte uma Página, ela está a apoiando e quer ver o conteúdo dela. A página será exibida como curtida na seção Sobre do perfil dessa pessoa. Quando uma pessoa segue uma Página, significa que ela pode receber atualizações sobre a Página no Feed de Notícias.”. Disponível em <https://www.facebook.com/help/171378103323792>, acesso em ju/2019

Figura 23 – Comparativo de indicadores: Curtidas e Seguidores (entre os dias 7/7/2019 e 8/7/2019)

(dia 7/7/2019)



(dia 8/7/2019)



Fonte: Reprodução de página do Facebook da rede OTT-RJ com intervenção visual da autora

Entretanto, quando se fala de alcance, os indicativos são muito maiores: os criadores da rede afirmam que o impacto chega a aproximadamente 6 milhões de cidadãos cariocas. O resultado dessa conta adiciona às interações do Facebook os demais perfis em redes sociais online e a quantidade de inscritos e participantes através do aplicativo: no Instagram, a rede conta com 118 mil seguidores; no Twitter, são 131 mil; no Youtube, o canal tem 10.634 inscritos; e o aplicativo já ultrapassou os 500 mil downloads. Parte dessa volumosa massa de audiência também contribui na produção dos alertas, e isso se verá mais detalhadamente na próxima parte do presente capítulo. A relação de troca entre leitores/seguidores/consumidores e os canais *online* da rede ultrapassa o limite dos comentários sobre os boletins e, muitas vezes, acontece de maneira que esses próprios são os produtores primários da informação. Nas palavras de Gobbi e Bernardini (2013) ao abordar a questão da interatividade nos processos comunicacionais modernos, mediados pela tecnologia, a grande mudança nos processos comunicacionais acontecem a partir de sua base:

O autor e o leitor, produtor e o consumidor, a fonte e o receptor, entre muitos outros sujeitos integrados no processo comunicativo começaram a trocar de papéis e lugares de forma efetiva, assim como os sistemas e as mídias se alteraram, agregando novas possibilidades e diferentes graus de interatividade. (GOBBI e BERNARDINI, 2013, p. 47)

Esse cenário é reforçado a partir da própria auto-definição da rede OTT-RJ em seu *site*, ao explicar o método de trabalho adotado para a publicação dos alertas:

[...] O conceito SP 4.0, Segurança Pública 4.0, que norteia a nossa dinâmica de trabalho, se baseia na segurança feita do cidadão para o cidadão (C2C), uma espécie de segurança “Smart”, onde cada cidadão atualiza em tempo real a segurança em seu entorno, ajudando a ele e a todos os outros participantes de nossa rede dinâmica de informações. (OTT-RJ, 2019, online).

A definição de “Segurança Pública 4.0” foi criada pelos fundadores da rede, a fim de indicar uma inovação no processo de divulgação de informações relativas à Segurança Pública. De acordo com Quintanilha (2019, informação

verbal), a Segurança 1.0 se refere ao um modelo inicial de comunicação de ocorrência e com os próprios órgãos policiais,

[...] a ligação pelo 190, pelo telefone, e se as pessoas não tinham acesso, tinham que correr ao orelhão”. Na versão 2.0, associa o fenômeno à chegada do telefone celular e à internet: “você tem o celular na mão, então você vai entrar nas redes sociais daquele batalhão e fazer a denúncia. Eu considero a 3.0 a interação entre o Disk-Denúncia e a sociedade. (QUINTANILHA, 2019, informação verbal)

Na versão 4.0, que a rede se propõe a seguir, “é a sociedade com a sociedade, ou seja, um meio do caminho entre o P2P ou *citizen-to-citizen*²³ [...], você tem a Secretaria de Segurança Pública nesse meio. Ou seja, não é ela que dá o informe, agora é o cidadão comum que acaba chegando a ela, à Segurança Pública [...]”. (QUINTANILHA, 2019, informação verbal). De acordo com os próprios fundadores da rede, nunca houve interesse por parte do governo do Rio de Janeiro no material produzido pela OTT-RJ.

O único contato foi um comandante de um quartel da Polícia Militar de São Paulo. Porque nós, quando entramos em São Paulo, começamos a alertar os tiros na região do Morumbi, ali do Itaim Bibi, e ali são áreas nobres. Rapidamente chamou a atenção e o comandante de um quartel entrou em contato conosco e falou “puxa, eu queria fazer um trabalho mais próximo de vocês, sempre que tiverem um alerta, joga pra gente, me coloca no seu grupo”. E a gente colocou ele no nosso grupo. (QUINTANILHA, 2019, informação verbal)

Se a ineficiência governamental proporciona a abertura para a iniciativa cidadã e, se esta encontra na comunicação participativa em espaços públicos *online* um meio de suprir parte de suas necessidades essenciais, a indagação acerca dos aplicativos de alerta de segurança é se estes constituem um modelo de Mídia Cidadã ou, ainda, caminham para um projeto de Comunicação Comunitária, Popular ou Alternativa. Resgatando a conceituação

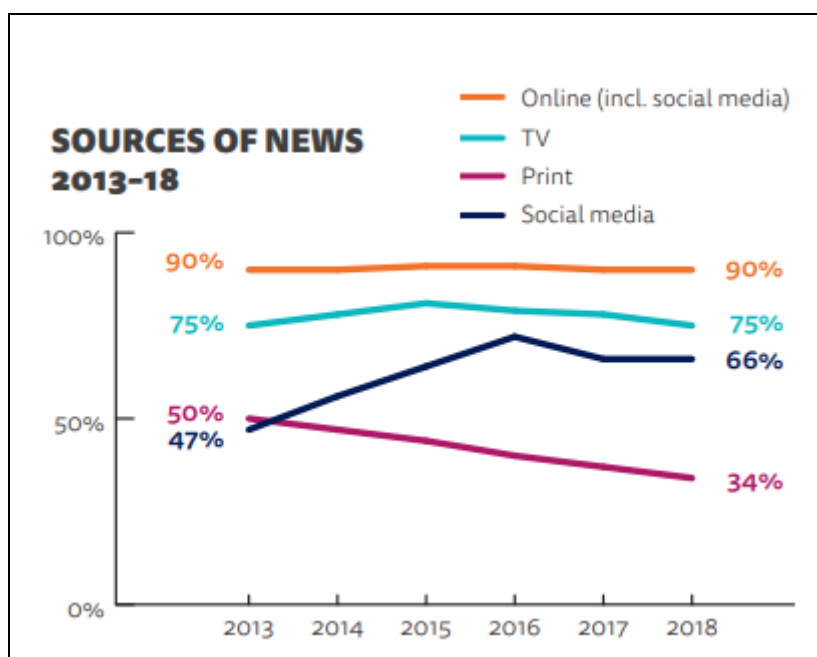
²³ Do cidadão para o cidadão, em tradução livre. Referência a ações da sociedade em prol do bem-estar da própria sociedade.

de Peruzzo (2008, p. 368), o sentido político deste último tipo de comunicação está em ser “[...] uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas, em processo de mobilização, visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer justiça social”. Reforça-se aqui o questionamento central da presente pesquisa: de que maneira as redes de alerta de segurança *online* agem efetivamente para transformações sociais e em que medida acontece – e se acontece – o deslocamento da participação individual (cidadão produtor de informação/cidadão consumidor de informação) para o benefício do coletivo.

4.2 O sujeito coletivo e o fluxo da informação em transformação

O modelo hegemônico dos canais tradicionais de mídia prioriza a manutenção das estruturas sociais pré-estabelecidas e oferece o mínimo de margem para interação e participação cidadã. Como posto por Althusser (1998, p. 63), os grandes veículos de comunicação têm uma importante colaboração enquanto “aparelhos ideológicos do Estado”, na medida em que este controla e incentiva o “[...] aparelho da informação embutindo, através da imprensa, da rádio, da televisão, em todos os ‘cidadãos’, doses quotidianas de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo, etc.”. A comunicação verticalizada e segregadora, mantenedora dos privilégios sócio-econômicos e estruturada condicionalmente às classes economicamente favorecidas segue sendo uma das principais fontes de acesso à informação de milhares de brasileiros, como apontado pelo Digital News Report, do Instituto Reuters, divulgado em junho de 2018:

Figura 24 – Busca por notícias por tipo de fonte/canal (Brasil)



Fonte: Digital News Report 2018, Reuters Institute

Apesar da grande adesão ao formato *online* como fonte de notícias – como apresentado anteriormente neste capítulo – a maioria da população ainda tem como forte referência de credibilidade as mídias televisivas e impressas. No gráfico acima, quando somados, os percentuais de TV e *Print* superam o valor referente aos canais digitais.

Considerando que as “instituições identificadas como de comunicações [...] se organizam e consolidam-se em nossa economia de mercado, prioritariamente, segundo o modelo americano, vale dizer, como empresas comerciais” (LIMA, 2001, p. 33), a visão de que o capital se encontra no comando da situação não é leviana. A partir de aportes comerciais, com rendas publicitárias que custeiam boa parte da operação de produção e veiculação de informações, o caráter imparcial e ético do jornalismo abre flanco para ataques constantes. Mesmo com a demarcação física entre os territórios da “Igreja” e

do “Estado” nas redações, fórmula batizada pela revista *Time*²⁴, o controle da publicação das informações veiculadas nos considerados grandes meio segue como representação dos esquemas estruturantes da sociedade. O que explica, grosso modo, a invisibilidade de uma série de questões de interesse de grande parte da população – em especial dos setores empobrecidos e das minorias.

A ausência de uma ampla representação social inerente desse modelo é refletida também no próprio processo de produção jornalística desses meios, atrelado a mecanismos engessados e com mínima abertura para qualquer voz “dissonante”. Nesse momento, vale um rápido resgate do clássico do Modelo de Lasswell, construído a partir de uma visão crítica da Teoria Hipodérmica e que despontou como uma fórmula concisa para análise da comunicação de massa. Em artigo no qual o autor estabelece que responder às questões “Quem? Diz o quê? Em que canal? Para quem? Com que efeito?” se mostra “uma maneira conveniente para descrever um ato de comunicação”, Lasswell (1987) também reforça a utilização dos grandes grupos de comunicação como ferramenta de manutenção de poderes e segregação social:

Algumas das ameaças mais sérias à comunicação eficiente para a comunidade como um todo dizem respeito aos valores de poder, riqueza e respeito. É possível que os exemplos mais nítidos de distorção com origem no poder ocorram quando o conteúdo da comunicação é deliberadamente ajustado a uma ideologia ou contra-ideologia. As distorções relacionadas com a riqueza têm origem não apenas em tentativas de influenciar o mercado, por exemplo, mas, também em concepções rígidas de interesse econômico. (LASSWELL, 1987, p. 114).

Essa estrutura solidamente estabelecida se desdobra para o trabalho jornalístico que, mesmo seguindo padrões produtivos de alta qualidade em termos de levantamento de pautas, apuração e produção de conteúdo, termina condicionado aos valores do veículo para o qual presta seus serviços. Nas pesadas rotinas das redações, os prazos cada vez mais ajustados e a

²⁴ No início do século XX, o proprietário da revista *Time*, Henry Luce, criou a expressão utilizada até no meio jornalístico. Representa a separação entre os profissionais de redação (Igreja) e os profissionais de vendas/comercial (Estado)

cobrança por resultados sempre maiores (em termos de audiência, assinaturas, etc.) sobra pouco espaço para reflexões críticas sobre a produção do conteúdo e o aprofundamento do trabalho do jornalista para camadas mais amplas da sociedade. Encerra-se, assim, o ciclo de dominação sobre a comunicação de massa: informação “mediana” produzida por profissionais condicionados a atingir a maior quantidade de pessoas que, por sua vez, não se vêem refletidas nas notícias produzidas por esses profissionais.

A mudança em curso, entretanto, parece ser irreversível: o desenvolvimento tecnológico na área da comunicação e o crescimento exponencial de acesso às mídias digitais, fatores já citados nesse capítulo, são os carimbos que faltavam no passaporte com destino a uma comunicação democrática – ainda que em fase de construção e com uma necessidade urgente de mais estudos e pesquisas. Cidadãos que não se viam representados nas notícias veiculadas pelos telejornais têm a chance de dar sua própria versão dos fatos, como testemunhas ou produtores de materiais exclusivos do acontecimento. E serem, eles mesmos, um próprio veículo de comunicação em suas páginas pessoais em redes sociais *online*.

O vácuo deixado pela verticalização emissor/receptor no processo comunicacional se converte em espaço útil para o eco de vozes até então não ouvidas e que, por identificação de necessidades básicas (suas ausências, especialmente), tendem a se reorganizar em espaços virtuais e formar um coro que vai muito além do lamento de sua própria condição. Denúncias, alertas, solicitações e cobrança sobre ações governamentais, entre outras expressões, formam o repertório do que Mario Kaplún (1998) denominou como sujeito coletivo. Em outras palavras, cidadãos ou minorias que enfrentam situações de negligência social, em áreas básicas (como saúde, educação, segurança, etc.) de maneira cotidiana e que não encontram espaço de visibilidade para sua condição nos grandes meios de comunicação. A articulação mediada pelas possibilidades abertas nas redes sociais *online* e a capacidade de alcance de mais sujeitos vulneráveis às mesmas problemáticas transmuta o individual para o coletivo.

No esquema clássico «emissor-mensagem-receptor» estávamos acostumados a colocar o transmissor no início do processo comunicativo, como aquele que determina o conteúdo do mesmo e as ideias que ele quer comunicar; enquanto o destinatário está no final, como receptor, recebendo a mensagem. [...] se você quer iniciar um processo real de comunicação, o primeiro passo deve ser colocar o destinatário não apenas no final do esquema, mas também no começo: originando as mensagens, inspirando-as; como fonte de pré-alimentação. [...] Quando a mensagem é divulgada, o sujeito coletivo pode ser reconhecido nele, identificar-se com ele, mesmo que não tenha participado diretamente de sua produção; embora sejam outros atores e não ele mesmo que está no palco dando vida à história. (KAPLÚN, 2002, p.73, tradução livre)²⁵

O aparecimento de um sujeito coletivo, considerando o objeto da presente pesquisa, está delimitado primariamente a partir de sua condição de insegurança, fomentada pela negligência do Estado e precariamente divulgada pelos grandes veículos de comunicação. A iniciativa de se associar ao maior número de cidadãos a fim de produzir uma comunicação eficaz, em contrapartida à ausência de uma política pública voltada para a resolução do problema, nasce a partir de uma reportagem televisiva acerca dos resultados fatais da violência no Rio de Janeiro²⁶. Ironias à parte, uma “comunicação póstuma”, em um veículo de massa, serviu como o *insight* gerador para uma “comunicação prévia”, em um canal alternativo. A partir do momento em que os cidadãos afetados diretamente por aquela situação de violência, que estavam destinados à condição passiva de lamentar mais uma morte trágica no noticiário, passam a ter a chance de não fazer parte dessa estatística (no caso, de uma bala perdida) de maneira ativa através da comunicação, apresenta-se um bom exemplo do conceito elaborado por Kaplún e Cloutier: o *Emirec*. O neologismo acontece a partir da junção das palavras emissor e receptor e designa os sujeitos aptos a exercer ambas as funções, ou seja, atuar no

²⁵ El esquema clásico «emisor-mensaje-receptor» nos acostumbró a poner al emisor al inicio del proceso comunicativo, como el que determina los contenidos del mismo y las ideas que quiere comunicar; en tanto el destinatario está al final, como receptor, recibiendo el mensaje. [...] si se desea comenzar un real proceso de comunicación, el primer paso debiera consistir en poner al destinatario no sólo al final del esquema, sino también al principio: originando los mensajes, inspirándolos; como fuente de prealimentación. [...] Cuando el mensaje es difundido, el sujeto colectivo puede reconocerse en él, identificarse con él, aun cuando no haya participado directamente en su producción; aunque sean otros actores y no él mismo lo que está sobre el escenario dando vida a la historia. (KAPLÚN, 2002, p.73).

²⁶ Em entrevista sobre a criação da rede OTT-RJ (ver presente pesquisa, informação oral, 2019)

processo de comunicação como receptor e também participar do mesmo, enquanto emissor. Nas palavras de Kaplún (2002): “[...] a verdadeira comunicação não é dada por um falante que fala e um receptor que ouve, mas por dois ou mais seres humanos ou comunidades que trocam e compartilham experiências, conhecimentos, sentimentos, mesmo à distância através de meios artificiais”. (KAPLÚN, 2002, p. 73-74, tradução livre)²⁷

No processo comunicativo estudado pela presente pesquisa, essa interação/integração é o ponto inicial para a construção de uma rede de segurança e autodefesa permeada pelas interações digitais – acessíveis, instantâneas, preventivas e colaborativas. O sujeito coletivo toma sua forma e se apropria das ferramentas necessárias para preservar sua existência.

Como já abordado no primeiro capítulo dessa tese, a iniciativa de criar espaços para comunicar o que a grande mídia não informa não é uma bandeira hasteada a partir dos avanços tecnológicos ou do acesso às mídias digitais. Movimentos sociais e minorias mobilizadas a partir de suas necessidades específicas – e também genéricas, na medida em que contribuiriam com melhoras de condições para parcelas maiores da população – utilizaram os processos comunicativos disponíveis em seus tempos (como jornais locais, rádios comunitárias, etc.). Em contribuição ao presente trabalho, Braga (2019, online) reforça que “[...] a imprensa alternativa (seja pelas processualidades dos anos 60-70 do século passado, seja pelos acontecimentos hoje viabilizados, de rede digital) busca elaborar outros sistemas de relações, para os quais desenvolve outras estruturas”. O que se mostra como fator de inovação nesse cenário são as aberturas para as experiências em outras plataformas, especificamente as digitais, que independem dos padrões pré-estabelecidos e se ajustam aos objetivos pontuais dos sujeitos.

Nesse sentido, o sujeito coletivo que produz e consome informação em uma rede de alerta de segurança *online* reconfigura o papel do *gatekeeper*,

²⁷ “[...] la verdadera comunicación no está dada por un emisor que habla y un receptor que escucha, sino por dos o más seres o comunidades humanas que intercambian y comparten experiencias, conocimientos, sentimientos, aunque sea a distancia a través de medios artificiales”. (KAPLÚN, 2002, p. 73-74)

sendo ele próprio o portador das chaves que podem abrir a porta para uma notícia, na medida em que a compartilha e expande o alcance daquela notícia. Embora o fluxo da informação na rede OTT-RJ, no estágio de pré-publicação se aproprie de um elemento básico do jornalismo – a checagem – o que acontece depois de sua confirmação e divulgação nas plataformas da rede obedece a um outro complexo sistema de resposta (que vai desde a abertura para expressões de opiniões até a amplificação do fato, a partir de compartilhamentos). Processo esse mais próximo da retroalimentação de que Kaplún tinha como ideal para uma comunicação democrática.

A base para as publicações da rede parte de mensagens de textos, telefonemas, e-mails ou comunicados realizados a partir de uma área específica dentro do aplicativo da OTT-RJ. Nesse último caso, há uma “pré-edição” para o tipo de alerta a ser enviado, conforme opções disponíveis para que o usuário do aplicativo indique como sua opção de alerta.

Figura 25 – Área para envio de alerta do aplicativo OTT-RJ



Fonte: Reprodução aplicativo OTT-RJ (2019)

Em todas as plataformas da rede, porém, existe alguma área destinada ao esclarecimento acerca das informações: nada é publicado sem que antes seja feita uma checagem²⁸. No aplicativo, a mensagem de explicação a respeito da publicação dos alertas já ressalta que é preciso estar em um raio de 5km do alerta e que os mesmos serão confirmados pela própria OTT-RJ. O *site* da rede também dedica uma área, “Como funciona”, para ressaltar que todo o conteúdo é confirmado antes que seja feita uma publicação:

Figura 26 – Área “Como funciona” do site OTT-RJ

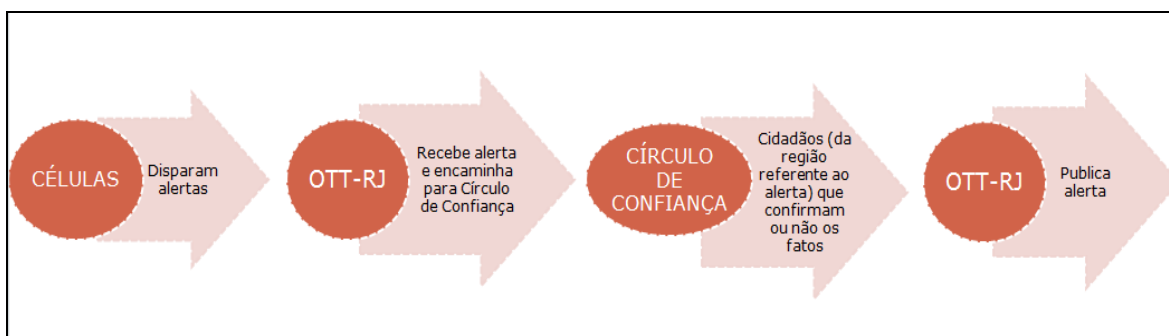


Fonte: Reprodução do *site* www.ondetemtiroteio.com.br , acesso em ju/2019

Em um processo simplificado e linear de processo de confirmação de fatos, o que acontece entre a chegada de um alerta e sua publicação pode ser apresentado da seguinte maneira:

²⁸ A checagem com o “Círculo de confiança”, já citado na presente pesquisa.

Figura 27 – Recebimento de alertas e checagem da informação



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Vale ressaltar que esse desenho é um recorte simplificado de uma das etapas de todo um processo mais complexo, iniciado a partir da abertura para a participação cidadã na construção de uma notícia. A informação não foi elencada como relevante a partir de uma reunião de pauta entre profissionais da área do jornalismo, tampouco será publicada prioritariamente em um grande veículo de comunicação. Conforme apontado por Braga (2019) existe um

[...] aspecto estrutural diferente dos códigos estabelecidos do jornalismo: a informação não se completa no caminho curto entre fonte-jornalista-produção do jornal-público leitor. Enfatiza-se aí o circuito mais amplo que (além do próprio desenho da parte de apuração e produção) é visto como base para uma circulação mais ampla – já que se inicia em modo distinto da busca de uma fonte (substituída por uma ação direta, por fontes geradoras de informação). (BRAGA, 2019, online)

Esse novo fluxo da informação, que se mostra descentralizado desde a sua concepção até sua difusão – altamente capilarizada – necessita de estudos mais aprofundados, principalmente no tocante ao fazer jornalístico. Por ora, o que a presente pesquisa se compromete a delinear é de que maneira uma comunicação colaborativa, a partir e com foco em um sujeito coletivo, oferece de contribuição à sociedade, em um recorte específico da necessidade humana de viver em segurança.

5 O MAPEAMENTO: MÉTODO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 A página da OTT-RJ no Facebook como corpus da pesquisa

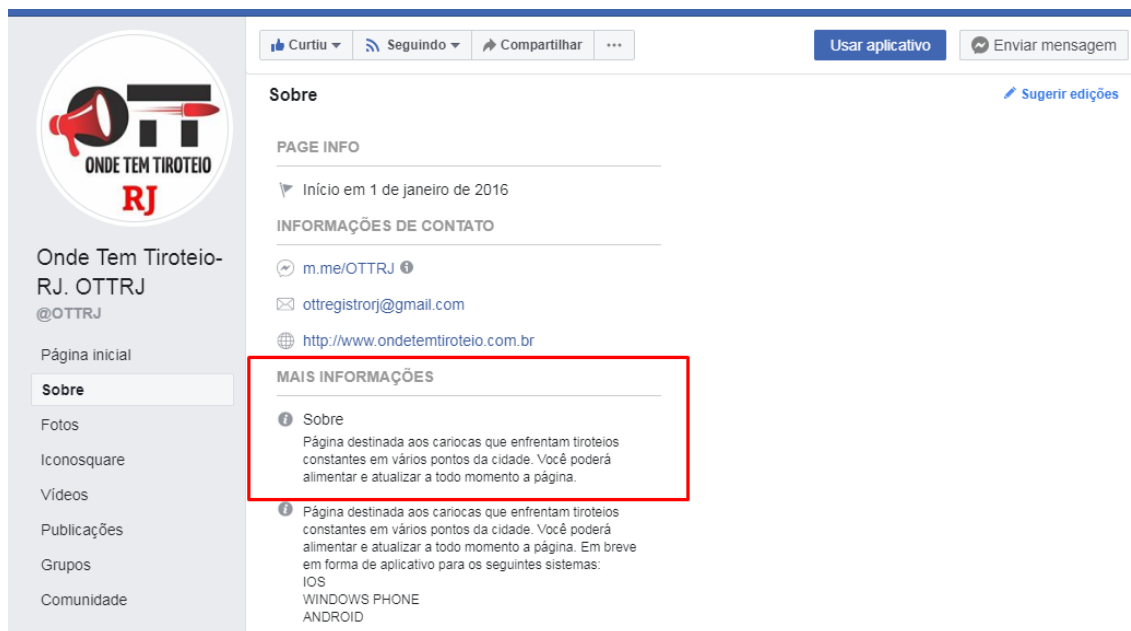
A rede colaborativa *online* OTT-RJ, conforme já exposto, está presente em diversas plataformas de interação *online*, com perfis em redes sociais e um aplicativo próprio – os alertas são publicados em todos esses ambientes, sendo preservadas as possibilidades e limitações de cada um. Nesse sentido, justifica-se a escolha de um dos canais para realizar o mapeamento de postagens, através da Análise de Conteúdo, metodologia selecionada para inicialmente quantificar e, em seguida, sistematizar os dados coletados.

A opção pela página rede social *online* Facebook se deu por esse ser o canal com maior número de seguidores da OTT-RJ, logo, com maior número de interações. As postagens feitas no Facebook também permitem ações específicas, como “compartilhamento” e “marcação”, que tendem a amplificar as interações em uma massa de dados já relevante.

Os índices numéricos da página da OTT-RJ no Facebook também são bastante dinâmicos: conforme já mostrado em capítulo anterior, as quantidades de seguidores e de curtidas aumentam de maneira exponencial de um dia para outro. No registro feito nessa pesquisa, a última informação era de 699.377 pessoas que curtiram a página e 738 mil usuários seguindo as publicações, realizando interações e compartilhando os conteúdos.

No campo de informações sobre a página, além da data de criação e dos contatos diretos com os administradores, há uma breve descrição do conteúdo da OTT-RJ nesse canal:

Figura 28 – Área “Sobre” da página da OTT-RJ no Facebook



Fonte: Reprodução de www.facebook.com/OTTRJ (2019) com intervenção visual da autora

Nesse breve descritivo, há o reforço sobre o caráter colaborativo da rede, reiterando que qualquer pessoa que faça parte dela poderá “alimentar e atualizar a todo momento a página” (OTT-RJ/FACEBOOK, online, 2019).

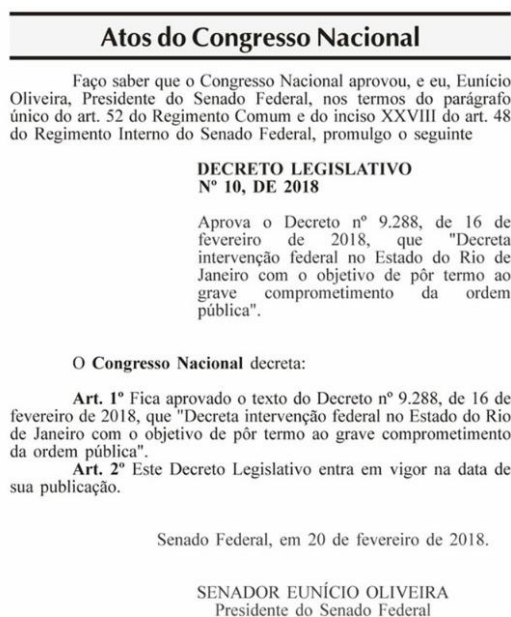
A base do corpus da presente pesquisa, portanto, está nas postagens feitas pela OTT-RJ em sua página do *Facebook*, considerando todos os tipos de apresentação de conteúdo – alertas, fotos e vídeos – bem como as respostas e interações decorrentes dessas postagens. Em média, a página publica entre quinze e vinte ocorrências diariamente e esse número costuma variar para cima em momentos de conflitos específicos, como disputas entre facções criminosas ou ações policiais em comunidades. Como a quantidade de postagens por dia é bastante variável, ou seja, está atrelada às ocorrências notificadas pela população, o que se observa ao longo do período apurado é que um recorte temporal seria o ideal para compor o corpus quantitativo da presente pesquisa. Dessa maneira, optou-se pela adoção de um marco ligado

à Segurança Pública no Rio de Janeiro como delimitador entre os períodos de publicação utilizados para a pesquisa, como se verá a seguir.

5.2 A intervenção federal no Rio de Janeiro: 7 dias antes, 7 dias depois

Em 20 de fevereiro de 2018 foi aprovado no Plenário do Senado o texto do Decreto Legislativo 10/2018, que determinou a intervenção federal na segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. O texto do decreto contou com 55 votos favoráveis contra 13 contrários, além de uma abstenção. Na madrugada anterior, havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados e a publicação no Diário Oficial da União aconteceu em 21 de fevereiro de 2018. A partir de então, as Forças Armadas teriam autonomia sobre a área da segurança pública no Estado, a fim de “[...] pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública” (BRASIL-SENADO, 2018):

Figura 29 – Promulgação do Decreto de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Reprodução da página Senado Notícias (2019)

A condição de intervenção federal é constitucional e pode ser aplicada em casos excepcionais, quando algum Estado se coloca sem condições de exercer suas competências. De acordo com o Artigo 34, Capítulo V, da Constituição Federal, a União não deve intervir nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

I - manter a integridade nacional;

II - repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra;

III - pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;

IV - garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;

V - reorganizar as finanças da unidade da Federação que:

a) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior;

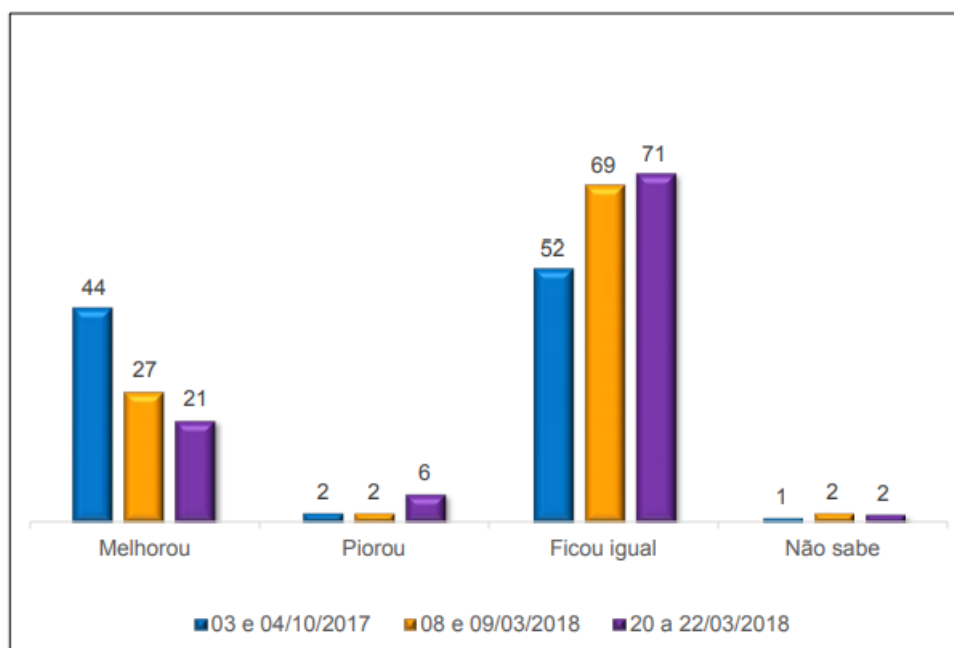
b) deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei; [...] (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Com a especificação do objetivo a que se propunha a intervenção federal no Rio de Janeiro, a incapacidade do Estado em garantir a segurança dos cidadãos foi explicitada. E, para além das questões estruturais e econômicas – é importante ressaltar que tal iniciativa exige altos investimentos da federação – o grande fator político dessa manobra necessitava de alguma avaliação. Em março de 2018, o governo encomendou uma pesquisa ao Instituto Datafolha com o intuito de avaliar a opinião da população a respeito da medida federal. O resultado obtido naquele momento foi considerado positivo, uma vez que a maioria dos cariocas (76%) disse ser favorável à “[...] intervenção do Governo Federal que convocou o Exército para combater a violência no Rio de Janeiro [...]” (DATAFOLHA, 2018, online). Na prática, entretanto, ainda não era possível observar nenhum resultado prático dessa ação.

Vendida como a alternativa extrema e última tábua de salvação, a intervenção aportou com o peso messiânico de resolver o gravíssimo problema da violência no Rio de Janeiro. Apesar do apoio massivo declarado na pesquisa, porém, a população não sentiu nenhum tipo de mudança efetiva em relação à segurança pública no Estado.

Figura 30: Opinião sobre eficiência do Exército no combate à violência

Evolução da opinião sobre a eficiência do exército no combate à violência no Rio de Janeiro
(estimulada e única, em %)



Fonte: E na sua opinião, a ação do Exército nas ruas do Rio de Janeiro até agora melhorou, piorou ou não fez diferença no combate à violência da cidade?

Fonte: Datafolha, 2018

A partir desse contexto, a intervenção federal no Rio de Janeiro como marco central para delimitação temporal do corpus da presente pesquisa se mostra relevante enquanto ação governamental no sentido de reduzir os índices de violência do Estado. O trabalho de coleta, compilação e

mapeamento dos alertas da rede OTT-RJ em sua página no *Facebook* foi realizado com as postagens realizadas sete dias antes e sete dias após a intervenção, iniciada em 20 de janeiro de 2018.

A delimitação de período total de quatorze dias (sete dias antes e sete dias depois) para coleta de material postado se justifica a partir de dois pontos essenciais. O primeiro está ligado a um levantamento numérico prévio, que demonstra que as quantidades gerais de postagens, em períodos maiores, seguem padrões similares - no que diz respeito à quantidade e os tipos de conteúdos postados. Ou seja, entendemos que o período selecionado tem condições de oferecer conteúdo que constitui representatividade para análise e reflexão acerca dos acontecimentos e contribui no alcance dos objetivos propostos, respondendo à questão central do trabalho. O segundo ponto é um desdobramento operacional do primeiro, já que o tempo disponível para conclusão da pesquisa – e do mestrado – é restrito. Frisamos, contudo, que chegamos a esse recorte de corpus atendendo as etapas previstas na Análise de Conteúdo.

5.3 Analisando o conteúdo: quantificar para mapear

A necessidade de organizar a relevante de massa de dados coletados de maneira sistemática e confiável orientou a opção pela Análise de Conteúdo na presente pesquisa. Como descreve Bardin (1979, p.21) “[...] a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

Faz-se necessário resgatar que, para além do mapeamento quantitativo das postagens da rede OTT-RJ em seu perfil na rede social *Facebook*, esse estudo tem como objetivo verificar as interações e as repercussões geradas por essas postagens. Nesse sentido, o processo inferencial - uma das etapas do método – é de extrema importância, uma vez que está “[...] centrado nos

aspectos implícitos da mensagem analisada”. (FONSECA JÚNIOR, 2005, p. 298).

Ao se guiar pela estruturação metodológica de Bardin (1979), que considera cinco momentos para o desenvolvimento da Análise de Conteúdo, a presente pesquisa trabalhou na primeira etapa, Organização e Análise, realizando a coleta dos dados brutos disponíveis no perfil que a OTT-RJ mantém na rede social *Facebook* através do aplicativo Netvizz²⁹. Esses dados foram organizados em planilhas Excel, o que forneceu as informações primárias necessárias para o início da análise: quantidade e tipos de postagens (foto, vídeo ou texto), bem como comentários e reações de cada uma delas. Como conclusão desse trabalho, chegou-se ao volume total de postagens, comentários e reações no período delimitado para análise, constituindo a segunda etapa de aplicação do método, a Codificação.

**Quadro 2 – Valores totais do período de análise
(7 dias antes x 7 dias depois)**

	ANTES	DEPOIS
POSTAGENS	38	30
COMENTÁRIOS	11.242	17.552
REAÇÕES	29.639	9.266

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2019.

Após cumprir as etapas de levantamento de inventário e classificação inicial do material, seguimos o processo de criar agrupamentos para os dados coletados, denominada como Categorização, ou seja, a “[...] a classificação e reagrupamento das unidades de registro em número reduzido de categorias,

²⁹ Netvizz é um aplicativo desenvolvido para extrair dados de postagens de usuários da rede social Facebook e pode ser utilizado em contas que não tenham acesso fechado. Os dados são disponibilizados em formato .tab e podem ser convertidos em planilhas Excel.

com o objetivo de tornar inteligível a massa de dados e sua diversidade” (FONSECA JÚNIOR, 2005, p. 299).

Nesse ponto, é importante ressaltar que foram seguidas as orientações de Bardin (1979) essenciais para uma caracterização completa, a saber: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade/fidelidade e produtividade. Cabe aqui um reforço sobre o caráter mutuamente excludente das categorias. Dessa maneira, as postagens que estiverem alocadas na categoria “Violência” não estarão alocadas na categoria “Ação Cidadã” – essas são as classificações principais abordadas pelo presente estudo, conforme veremos a seguir.

5.4 Fatiando o material: categorias e subcategorias

A partir da análise inicial do material coletado, bem como o estudo prévio do perfil da rede OTT-RJ na página da rede social *Facebook*, foi possível elencar duas temáticas centrais, que foram postas como as duas categorias a serem trabalhadas: “Violência” e “Ação Cidadã”.

Em uma leitura primária dos dados, seria possível afirmar que as postagens se concentram majoritariamente em “Violência”; porém, como essa pesquisa pretende discutir as repercussões e a amplificação social desse conteúdo, com foco na participação cidadã, optou-se por agregar a categoria “Ação Cidadã” – composta por outros tipos de conteúdo que não sejam necessariamente a divulgação de crimes ou de situações de violência.

Quadro 3 – Mapa de categorias, subcategorias e desdobramentos

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS			
	CONTEÚDO	TIPO DE POSTAGEM	RESPOSTA	REAÇÕES
VIOLÊNCIA	Crimes contra a pessoa	Vídeo	Reações Comentar Compartilhar	"Curtir"
	Crime contra o patrimônio	Foto		"Amei"
	Atividade policial	Texto		"Haha"
	Outro tipo violência	Outro tipo de postagem		"Uau"
AÇÃO CIDADÃ	Denúncia	Vídeo	Reações Comentar Compartilhar	"Triste"
	Alerta	Foto		"Grr"
		Texto		
		Outro tipo de postagem		

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2019

Para a composição das subcategorias, foram levados em consideração quatro fatores estruturais básicos de cada postagem: “Conteúdo”, “Tipo de Postagem”, “Resposta” e “Reações”. Os desdobramentos a partir das subcategorias apresentam o detalhamento das publicações, ou seja, qual a pauta trazida, com suporte de qual formato midiático foram postadas e qual o volume gerado de interações. A partir da quantificação desses dados e da comparação quantitativa entre as categorias e as subcategorias, será possível traçar as principais inferências desse estudo.

5.5 “Violência” e “Ação Cidadã”: o que a OTT-RJ informa

No terceiro capítulo da presente dissertação, que abordou a violência e seus reflexos na sociedade, foram apresentados dados recentes compilados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ), o órgão credenciado pela Secretaria de Estado de Segurança (SESEG) por “centralizar, consolidar e disponibilizar os dados estatísticos oficiais relativos à segurança pública” (ISP-RJ, online). Como há uma vasta possibilidade de conceituações acerca do termo, a escolha em seguir parâmetros adotados pelos órgãos oficiais na construção dos desdobramentos da categoria “Violência” se justifica através da discussão central dessa tese, ou seja, as questões relativas à segurança pública e à violência urbana. Os dados divulgados pelo IPS-RJ são trabalhados metodologicamente a partir da agregação de Títulos Criminais³⁰ e passam por etapas de análise e revisão antes de serem divulgados:

As estatísticas são construídas a partir dos Registros de Ocorrência (RO) lavrados nas delegacias de Polícia Civil, além de informações complementares de órgãos específicos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Antes de serem processados no ISP, os RO são submetidos ao controle de qualidade realizado pela Corregedoria Interna da Polícia Civil (COINPOL). Após esta etapa, o ISP efetua, ainda, um processamento voltado também ao controle de qualidade e à agregação de um conjunto de títulos semelhantes, seguindo recomendação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) com vistas à padronização da elaboração da estatística nacional. (ISP-RJ, 2019, online)

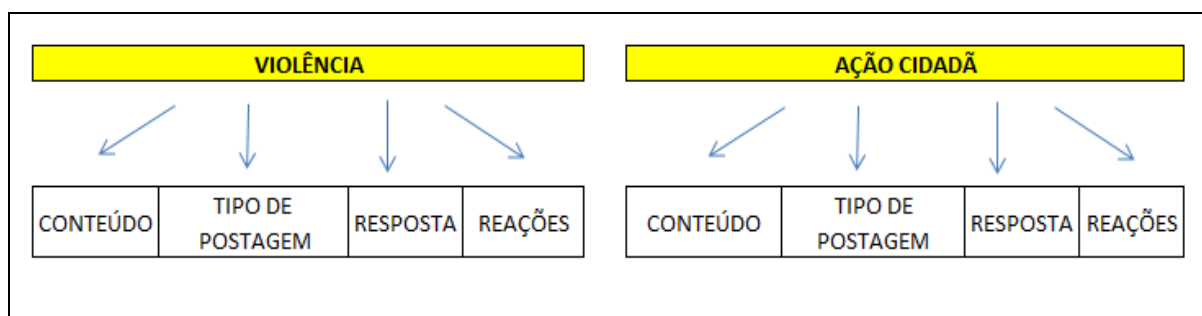
A escolha de uma segunda categoria relacionada à violência de maneira indireta tem o propósito de dialogar com a questão central desse estudo: o exercício da cidadania. Em “Ação Cidadã” foram agrupados todos os informes que não descrevam situações de cunho criminal ou policial, tiroteios, arrastões, assaltos nem qualquer tipo de ocorrência nesse sentido. Pretende-se, dessa maneira, pontuar as iniciativas participativas e/ou colaborativas que fujam do

³⁰ A lista completa está disponível no Apêndice da presente pesquisa

espectro dos alertas imediatos e que possam revelar qual outro tipo de engajamento social existente.

As ocorrências que não se enquadram nos títulos criminais oficiais, como tiroteios e arrastões³¹, e que, portanto, não constam nos R.Os (Registros de Ocorrência), estão distribuídas entre as duas categorias: em “Violência”, há registros de imagens em vídeo tanto de arrastões quanto de cidadãos se protegendo dos tiroteios na subcategoria “Conteúdo/Outros tipos de violência”. Já em “Ação cidadã”, é em “Conteúdo/Alertas” que se encontram efetivamente as mensagens que avisam sobre disparos ouvidos, tiroteios e rotas evitáveis.

Quadro 4 – Categorias e subcategorias



Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2019

A diferenciação básica entre as subcategorias está na visão de “Conteúdo”, que é o elemento que especifica o tema de cada postagem. Em “Violência”, foi possível agrupar quatro tipificações recorrentes de “Conteúdo”:

- a) “Crime contra a pessoa”;
- b) “Crime contra o patrimônio”;
- c) “Atividade policial”;
- d) “Outro tipo de Violência”.

³¹ Essas ocorrências só são registradas se houver vítima (fatal ou não), conforme explicado no Capítulo 3.

Entende-se por “Crime contra a pessoa” as situações de violência direcionadas a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos determinado a partir de uma circunstância (como assaltos ou homicídios). Em “Crimes contra o patrimônio” se enquadram os alertas relativos a furtos de bens com valor econômico de organizações, empresas ou mesmo dos cidadãos – na definição legal do termo, o ato de furtar não emprega força nem violência, tampouco contato físico entre as partes. Na subcategoria “Atividade Policial” foram alocadas as situações de abordem policial, as operações de rua (as *blitz*, como normalmente são chamadas no Rio de Janeiro) e qualquer tipo de postagem que tenha como foco descrever alguma situação em que a polícia ou as Forças Armadas estejam à frente. Como abordado anteriormente, “Outro tipo de violência” é espaço onde se agruparam os registros referentes a tiroteios, balas perdidas, arrastões e qualquer outra situação que não esteja enquadrada nas tipificações oficiais e que também não se caracterizem como alertas imediatistas – estes estarão em outra categoria/subcategoria, conforme será apresentado a seguir.

Na categoria “Ação Cidadã”, o agrupamento de “Conteúdos” resultou em duas temáticas centrais:

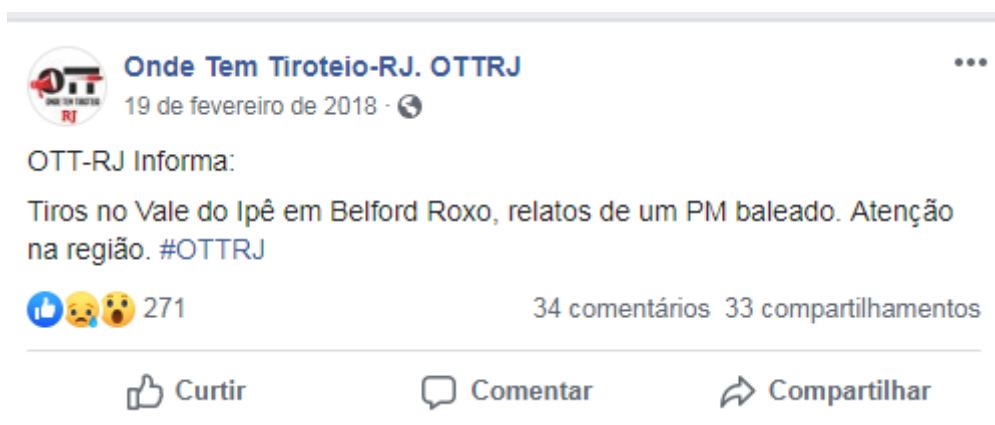
- a) “Denúncia”;
- b) “Alerta”.

Como a categoria “Ação Cidadã” se ocupa de classificar exclusivamente o registro as postagens que não tenham ligação com alguma ocorrência criminal ou ato de violência praticado, o trabalho de categorização se focou em diferenciar mensagens de cunho mais “informativo”, ou seja, aqui também estão presentes conteúdos que possuem o objetivo imediatista de apontar áreas ou situações de risco para a segurança dos seguidores. Em “Denúncia”, estão listadas as publicações que notificam sobre acontecimentos ilícitos ou movimentações suspeitas, como tumultos, fluxos anormais de trânsito, saques de cargas, entre outras ações. Geralmente, trata-se de postagens feitas após o

acontecimento e são acompanhadas de registros em foto ou vídeo do ocorrido. Os conteúdos classificados em “Alerta” são aqueles que têm função prioritária de alertar de algum acontecimento em tempo real, por isso, normalmente se apresenta apenas como texto rápido com o tipo de ocorrência e a localidade. O caráter imediatista dessas postagens remete ao principal objetivo da página: alertar aos seguidores onde tem tiroteio. A proposta é que quem esteja nessa rota tenha cuidado, atenção e tente se proteger; e quem puder, evite o caminho indicado, a fim de reduzir os riscos de entrar em áreas com trocas de tiros ou arrastões.

Os alertas postados no Facebook seguem a mesma estrutura textual, com a retransmissão inicial “OTT-RJ Informa” ou “OTT-RJ Utilidade Pública” – esse último para os casos em que não será relatado nenhum caso relacionado diretamente à violência – e um texto curto e direto na sequência, com a descrição do fato. No final da frase, há sempre a *hashtag*³² #OTTRJ. Se houver foto ou vídeo, o mesmo aparece depois dos elementos textuais.

Figura 31 – Estrutura básica de postagem da OTT-RJ no Facebook



Fonte: Reprodução de www.facebook.com.br/OTTRJ/, acesso em 2019

³² No Facebook, o uso de uma *hashtag* (o símbolo #) na frente de uma palavra faz com que esse termo vire um link. Ao clicar nesse link, o usuário é direcionado para um *feed* de mensagens com todas as postagens que tenham essa mesma *hashtag*.

A partir das categorizações elementares de “Conteúdo”, seguem-se as subcategorias comuns a todas as postagens, uma vez que são partes intrínsecas a todas as publicações. “Tipo de Postagem” se refere ao formato midiático³³ utilizado para dar suporte ao conteúdo publicado, sendo que os quatro formatos classificados foram “Vídeo”, “Foto”, “Texto” e “Outro tipo de postagem”. Em “Resposta” foram contabilizadas as quantidades de “Reações”, “Comentar” e “Compartilhar” de cada post. E, como último desdobramento, “Reações” destrincha numericamente o item no qual os usuários fazem marcações com símbolos para demonstrar diferentes sentimentos a uma postagem, entre os quais “Curtir”, “Amei”, “Haha”, “Uau”, “Triste” e “Grr”.

Figura 32 – Estrutura de postagem com foto da OTT-RJ no Facebook



Fonte: Reprodução de www.facebook.com.br/OTTRJ/, acesso em 2019

³³ Entenda-se como formato midiático a maneira como o conteúdo foi apresentado (texto, foto ou vídeo)

Segue o reforço com relação à estruturação metodológica do material, que terá duas categorias e cinco subcategorias, que se desmembram em mais uma série de classificações. Por conta da estrutura de apresentação de conteúdo no *Facebook*, alguns elementos são comuns a todas as postagens e, para quantificação desejada na presente pesquisa, não podem deixar de ser analisados em todas as publicações. Isso explica um trio de subcategorizações com os mesmos desdobramentos nas duas categorias: “Tipo de Postagem”, “Resposta” e “Reações”.

As duas planilhas com a íntegra do material coletado e os dados primários da análise estão no Apêndice do presente trabalho. A seguir, serão apresentados os resultados da categorização e as inferências a partir desses dados, levando em consideração os impactos demonstrados em termos de quantificação e interação evidenciadas nas mensagens.

5.6 OTG (Onde Tem Gráfico): resultados e inferências

A etapa de análise dos dados coletados foi realizada simultaneamente em duas planilhas paralelas, uma vez que há um marco temporal na delimitação do corpus da pesquisa. Dessa forma, todas as informações apresentadas aqui serão consideradas de maneira comparativa, com os dados referentes aos sete dias que antecederam a intervenção militar no Rio de Janeiro e os sete dias posteriores a essa ação.

Para efeito de noção do corpus total, no entanto, seguem os números gerais dos dois períodos, no que se refere aos índices analisados:

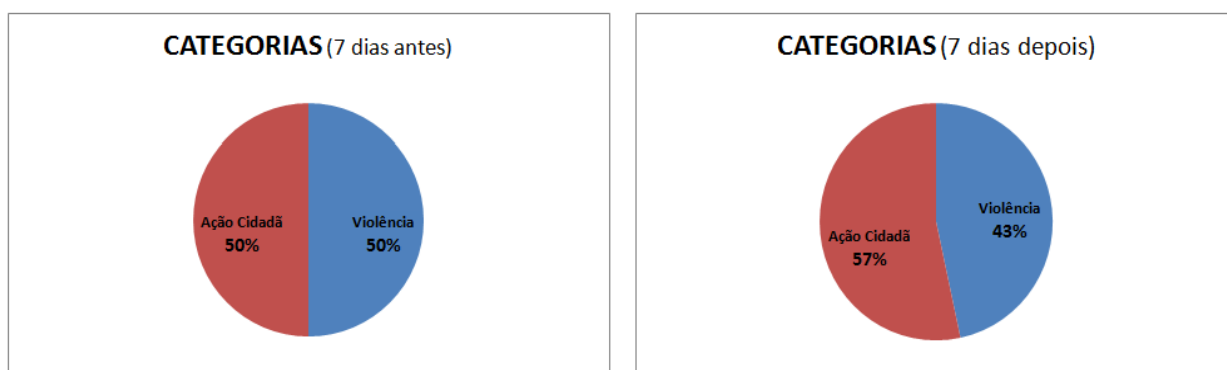
Quadro 4 – Valores totais do corpus de análise

Período Total (de 13/2 a 27/2)	
POSTAGENS	68
COMENTÁRIOS	28794
REAÇÕES	38905

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2019

O primeiro comparativo foi traçado a partir da quantidade de postagens nos dois períodos, que apresentou uma pequena redução nos sete dias posteriores à intervenção militar, em comparação com os sete dias anteriores: foram realizadas 38 publicações antes, contra 30 depois. Em relação às categorias das postagens, também houve modificação nos percentuais dedicados a cada uma, uma vez que o período que antecedeu a intervenção estava bem dividido entre ambas e a fase posterior teve aumento na quantidade de conteúdos relativos à “Ação Cidadã”, na comparação com a categoria “Violência”.

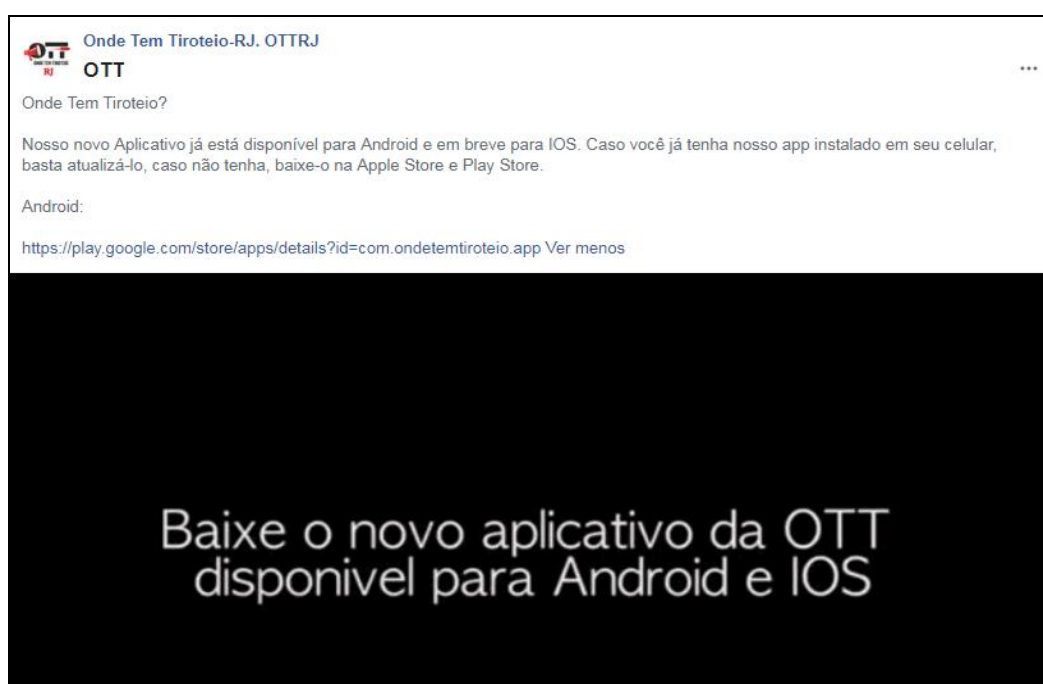
Gráfico 3 – Comparativo: percentual de postagens nas categorias “Violência” e “Ação Cidadã”



Fonte: Gráficos elaborados pela autora, 2019

O que chama atenção no segundo período analisado é que nas postagens feitas sete dias depois da intervenção há duas publicações sobre o novo aplicativo da OTT-RJ, acompanhadas de um vídeo “institucional”³⁴ sobre a ferramenta. Há também uma orientação aos usuários que já possuem o aplicativo, para que realizem a atualização nas plataformas Android ou IOS. São exatamente essas duas postagens, alocadas “Ação Cidadã”, que deixam o percentual da categoria maior em relação ao período anterior e também em relação à categoria “Violência” nos sete dias depois da intervenção. Logo, é possível afirmar que os percentuais das categorias se mantêm iguais nos períodos, no que diz respeito aos alertas para a população.

Figura 33 – Postagem sobre aplicativo da OTT-RJ



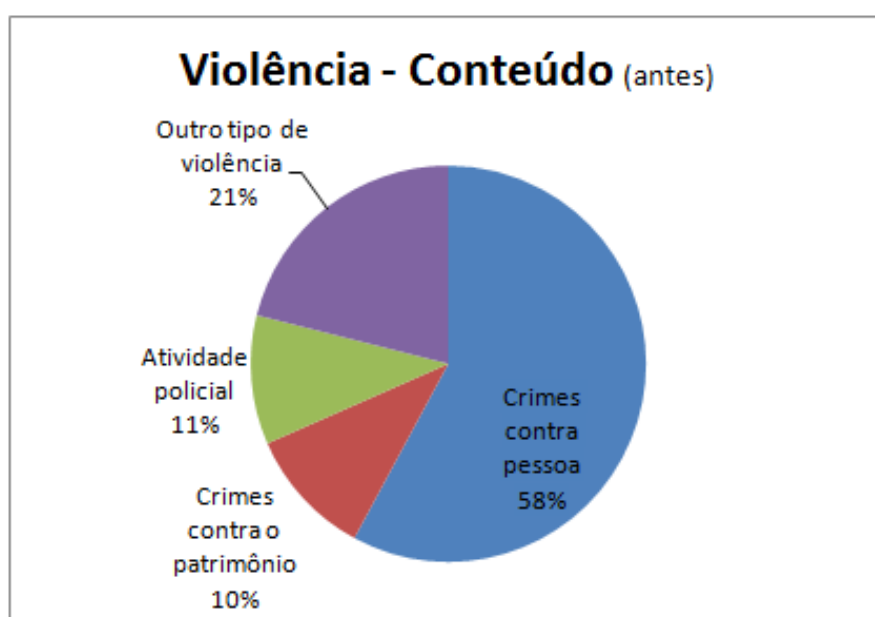
Fonte: Reprodução de [www.facebook.com.br/OTTRJ/](https://www.facebook.com/OTTRJ/), acesso em 2019.

³⁴ No sentido de ter o propósito de divulgar um serviço próprio, como se fosse uma propaganda da rede de alerta sobre suas atividades e sobre outra ferramenta disponível com a mesma finalidade.

Seguindo com o primeiro desdobramento das categorias, em “Violência” a análise da subcategoria “Conteúdo” mostra que houve uma variedade maior de temas postados no período anterior à intervenção e que não foi realizado registro de “Atividade Policial” nos sete dias posteriores à intervenção.

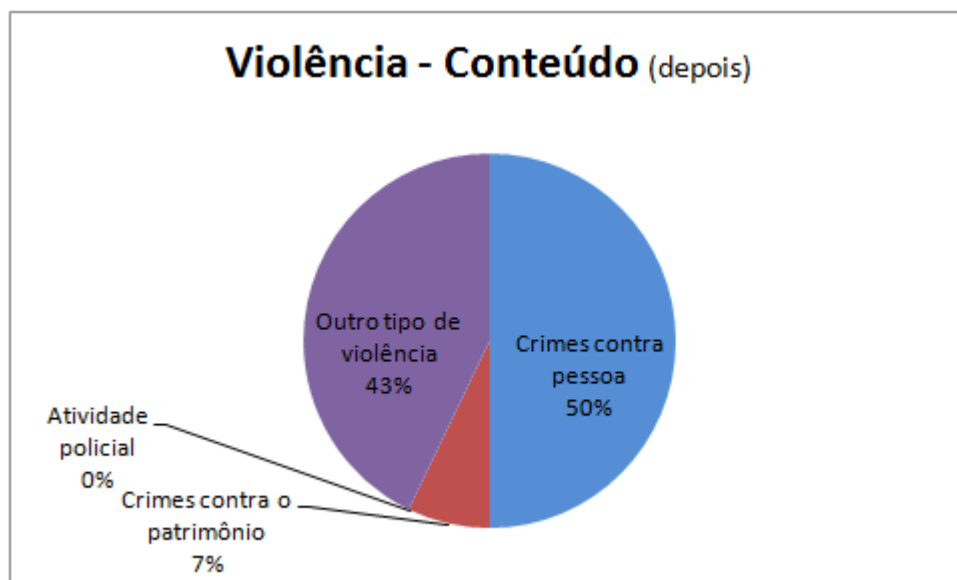
As postagens classificadas como “Crime contra a pessoa” apresentam redução e há aumento nas publicações relacionadas a “Outro tipo de violência” – esse último fato se justifica a partir de um aumento na publicação de vídeos de pessoas se abrindo de tiroteios em diversas partes da cidade do Rio de Janeiro. Nessa subcategoria foram registradas 19 postagens nos sete dias que antecederam a intervenção militar e 14 postagens nos sete dias seguintes.

Gráfico 4 – Postagens da subcategoria “Conteúdo” (categoria “Violência”) – 7 dias antes da intervenção federal no Rio de Janeiro



Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2019

Gráfico 5 – Postagens da subcategoria “Conteúdo” (categoria “Violência”) – 7 dias depois da intervenção federal no Rio de Janeiro

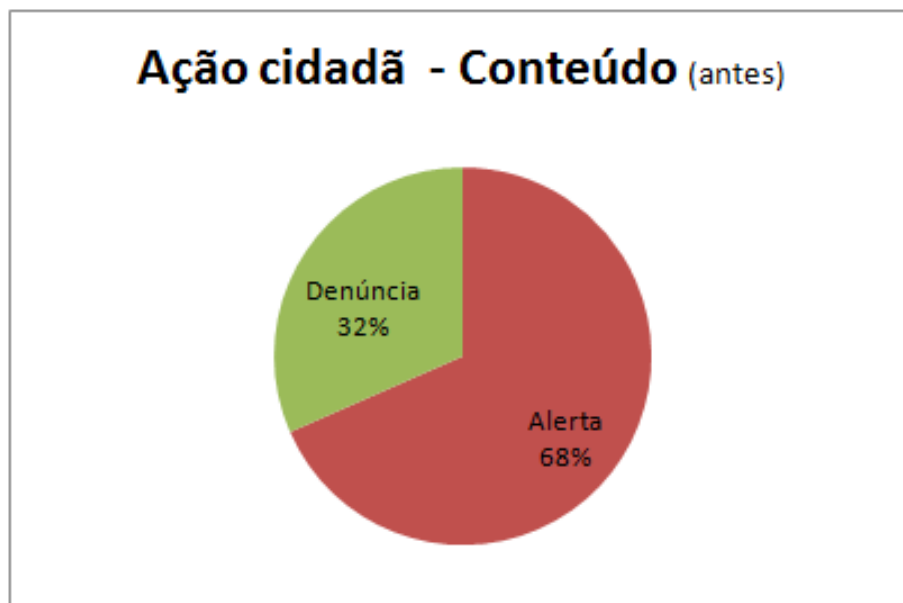


Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2019

Ao olhar para os desdobramentos dessa subcategoria dentro de “Ação Cidadã”, o que se destaca é a grande variação sofrida na participação das postagens referentes a “Alerta” que, de acordo com a classificação adotada para esse estudo, são as mensagens que efetivamente sinalizam um perigo em tempo real (alerta de tiroteio ou arrastão), com objetivo de alertar os seguidores sobre rotas de conflito.

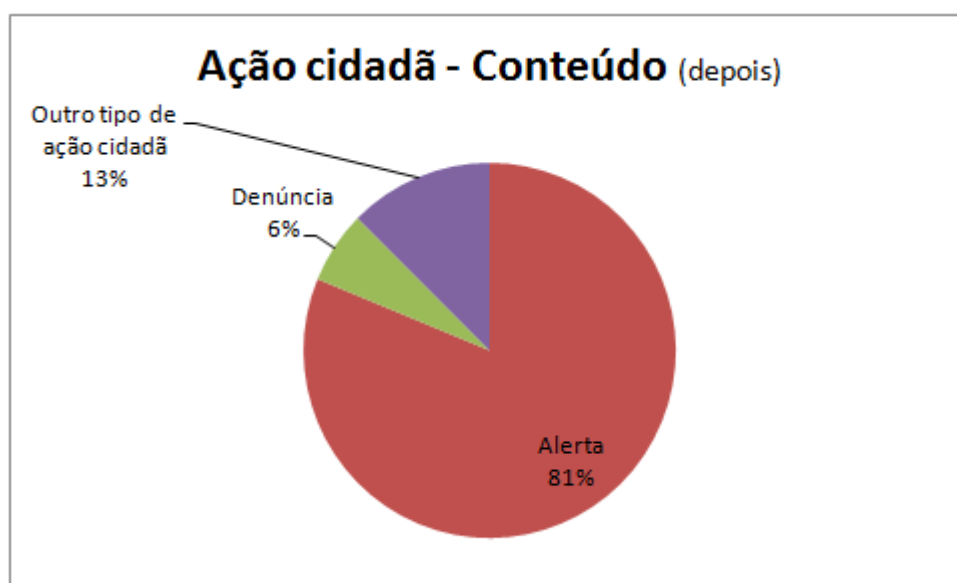
Embora os números absolutos tenham sido iguais nos dois períodos, ou seja, 13 postagens com a mesma finalidade, a quantidade de alertas nos sete dias após a intervenção apresenta uma representatividade maior em relação aos demais conteúdos. No computo geral da subcategoria “Conteúdo”, foram feitas 19 publicações nos sete dias pré-intervenção e 16 postagens nos sete dias pós-intervenção.

Gráfico 6 – Postagens da subcategoria “Conteúdo” (categoria “Ação Cidadã”) – 7 dias antes da intervenção federal no Rio de Janeiro



Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2019

Gráfico 7 – Postagens da subcategoria “Conteúdo” (categoria “Ação Cidadã”) – 7 dias depois da intervenção federal no Rio de Janeiro



Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2019

No levantamento referente aos “Tipos de Postagens”, as publicações acompanhadas de vídeos são maioria, tanto em “Violência” quanto em “Ação Cidadã”: das 68 postagens que compõem o corpus dessa análise, 61 trazem conteúdo em vídeo como parte da informação. A maior parte dos vídeos veiculados na página é enviada por cidadãos e seguidores da rede, feitos com o aparelho celular, e têm uma caracterização de flagra, tornando-se uma poderosa fonte de informação de quem foi testemunha ocular de um fato ou de seus desdobramentos. A partir da ótica da população, de quem vivenciou um confronto, um tiroteio ou um arrastão, a credibilidade de que tal fato ocorreu não só é reforçada como também é atestada e registrada para outros cidadãos/seguidores da rede.

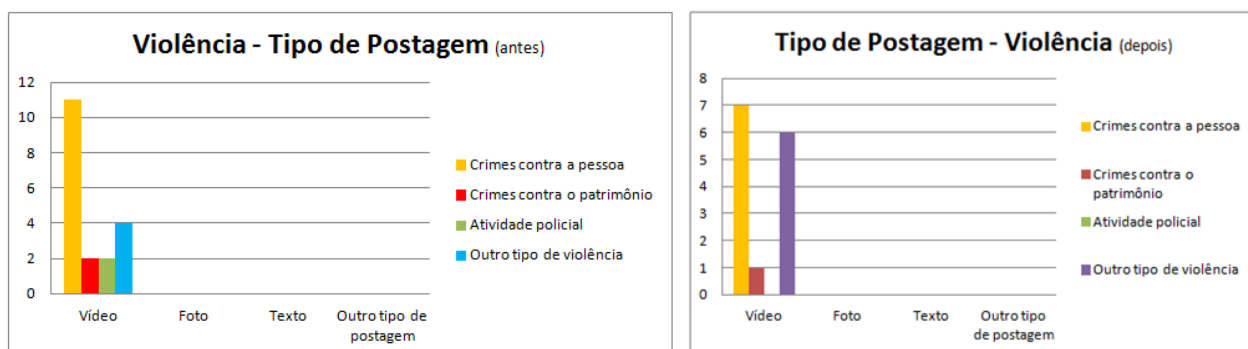
A participação do processo de registro e narrativa dos fatos traz a sensação de que teriam escapado do sistema unilateral de comunicação. A população vê a possibilidade de um lugar de fala em um cenário que historicamente não teve espaço a não ser para ser vigiada e punida. (LEITE, 2017, online)

No artigo “O Espetáculo da Insegurança Pública: o RJ TV 1ª Edição e a Intervenção Militar na comunidade da Rocinha, no Rio de Janeiro”, Leite (2017) aborda a questão da participação popular com envio de informações, fotos e vídeos para o telejornal local através do aplicativo WhatsApp e como isso se converteu em uma estratégia eficaz de apuração de notícias sem, no entanto, estender-se em uma real reversão de benefícios para a população. O artigo questiona essa participação na narrativa, uma vez que acabou trazendo mais problemas do que soluções à população:

Como consequência das frequentes participações populares exibidas na mídia, os criminosos reagiram. Neste caso, os moradores relataram que, no interior das comunidades, bandidos passaram a vistoriar celulares de transeuntes em busca de fotos ou vídeos que identificasse delatores, aumentando a opressão aos moradores. (LEITE, 2017, online)

Sem o caráter midiático tradicional, logo, sem a ampla exposição e a audiência dos grandes conglomerados de comunicação, a rede OTT-RJ seguiu tendo nos vídeos uma poderosa ferramenta de apoio aos informes. Isso se comprova com a supremacia desse suporte às postagens, tanto antes quanto depois da intervenção federal no Rio de Janeiro.

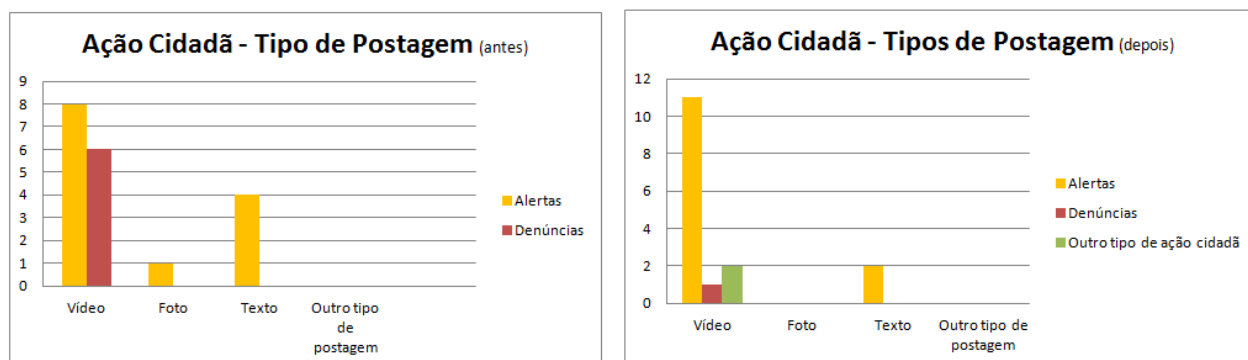
Gráfico 8 – Postagens da subcategoria “Tipo de Postagem” (categoria “Violência”) – 7 dias antes e depois da intervenção federal



Fonte: Gráficos elaborados pela autora, 2019

Na categoria “Ação Cidadã”, no entanto, é possível observar uma variedade um pouco maior em relação ao “Tipo de Postagem”. Muito por conta do caráter de utilidade pública que algumas postagens dessa subcategoria agregam e basicamente pela condição de alerta da maioria das publicações: os avisos, em tempo real, de alguma ocorrência, são publicados em forma de texto, o mais rápido possível. É comum, porém, que essa mesma ação apareça novamente, em uma postagem posterior, em forma de registro do acontecido com vídeos enviados por pessoas que estiveram no epicentro do fato. Os desdobramentos sobre um alerta são comuns, desde que surjam imagens ou gravações em vídeos sobre o ocorrido.

Gráfico 9 – Postagens da subcategoria “Tipo de Postagem” (categoria “Ação Cidadã”) – antes e depois da intervenção federal no Rio de Janeiro



Fonte: Gráficos elaborados pela autora, 2019

As subcategorias a seguir demonstram a capilaridade e a amplitude de atuação da rede OTT-RJ, uma vez que estão ligadas à interação dos seguidores com as postagens. Em “Respostas” e “Reações” foram contabilizadas as interações primárias dos usuários com cada postagem antes e depois da intervenção militar: 85.556 e 77.300, respectivamente, totalizando 162.856 em todo o período. Para a presente pesquisa, conforme já apresentado, fez-se necessário dividir esse volume em duas subcategorias a fim de identificar desdobramentos extensivos às postagens, como comentários ou marcações (“Respostas”), e os sentimentos associados (“Reações”).

Curtir, comentar ou compartilhar? Considerando que a temática central da rede é a violência urbana, os comentários e compartilhamentos encontram sentido em sua essência, mas, como seria possível dar como retorno uma sinalização positiva como o “Curtir”? Em artigo específico sobre a apropriação simbólica dos botões “curtir”, “comentar” e “compartilhar”, Recuero (2014) elabora uma proposta de entendimento da utilização desses recursos a partir da análise de algumas postagens e de entrevistas com usuário do Facebook. O “curtir”, especificamente, funciona como um aval de visualização e concordância com determinada postagem.

O botão “curtir” parece ser percebido como uma forma de tomar parte na conversação sem precisar elaborar uma resposta. Toma-se parte, torna-se visível a participação, portanto, com um investimento mínimo, pois o ator não necessariamente precisa ler tudo o que foi dito. É uma forma de participar da conversação sinalizando que a mensagem foi recebida. Além disso, ao “curtir” algum enunciado, os atores passam a ter seu nome vinculado a ele e tornam público a toda a sua rede social que a mensagem foi “curtida” (essa mensagem aparece como uma notificação para as conexões de quem “curtiu”) (RECUERO, 2014, p.119)

Na primeira subcategoria que detalha a interação entre os seguidores e a página da OTT-RJ no Facebook, optou-se por agrupar as três ações primordiais disponíveis para cada postagem: reações, comentários e compartilhamentos. Apesar de manter a nomenclatura “curtir” para o botão de reações, atualmente, a gama de possibilidades para essa área se estende a outras manifestações, como afetividade (“Amei”) ou raiva (“Grr”). Por essa razão, os desdobramentos de todas essas manifestações de sentimentos serão avaliadas separadamente, na próxima subcategoria “Reações”. Por ora, todos os cliques feitos no botão “curtir” serão agrupados em conjunto, com o propósito de comparar numericamente essas reações com as quantidades de respostas e de compartilhamentos.

Figura 34 – Botões de interação primária no Facebook: Curtir, Compartilhar e Comentar

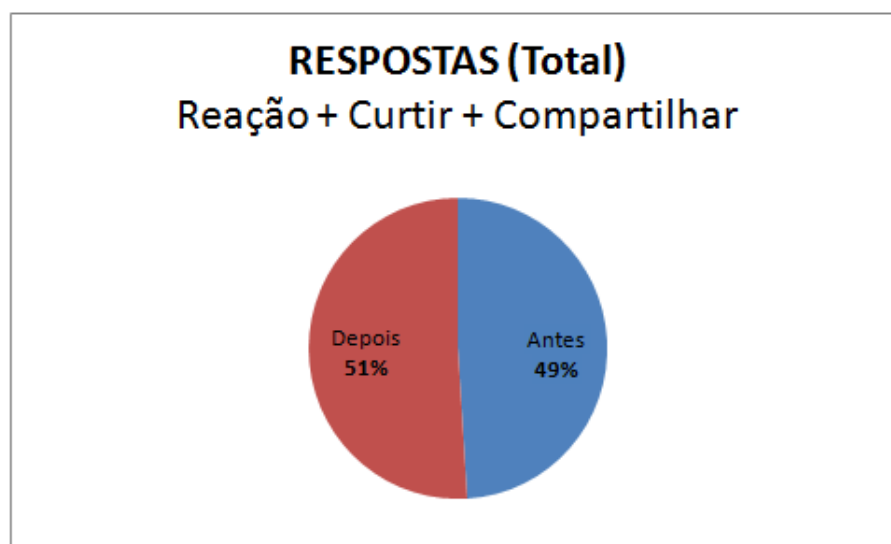


Fonte: Reprodução de www.facebook.com.br/OTTRJ/, acesso em 2019

Ainda de acordo com o estudo de Recuero (2014), o ato de “curtir” também manifesta apoio e concordância com a mensagem, no sentido de legitimar o que é postado pelo outro. Nesse sentido, as curtidas em postagens com conteúdos densos, como assaltos e tiroteios, justificam-se a partir da legitimação e da aprovação da publicação desse material, entendendo-se que o objetivo maior é a informação e que o caráter de alerta é o que está sendo efetivamente validado.

A quantidade de respostas apresentou um ligeiro aumento nas postagens feitas nos sete dias após a intervenção militar no Rio de Janeiro, mesmo havendo um número um pouco menor de postagens nesse mesmo período. Em valores absolutos, o gráfico abaixo representa o universo de 114.053 respostas registradas e catalogadas.

Gráfico 10 – Percentual comparativo total de Respostas (botões “Curtir”, “Compartilhar” e “Comentar”) por período

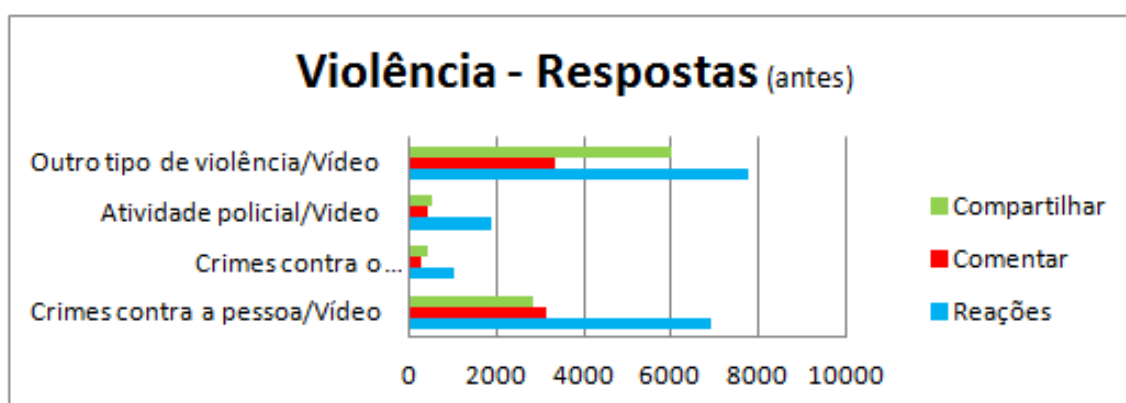


Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2019

Como visto anteriormente, na categoria “Violência” as postagens acompanhadas de vídeo, que formam o único “Tipo de Postagem” da

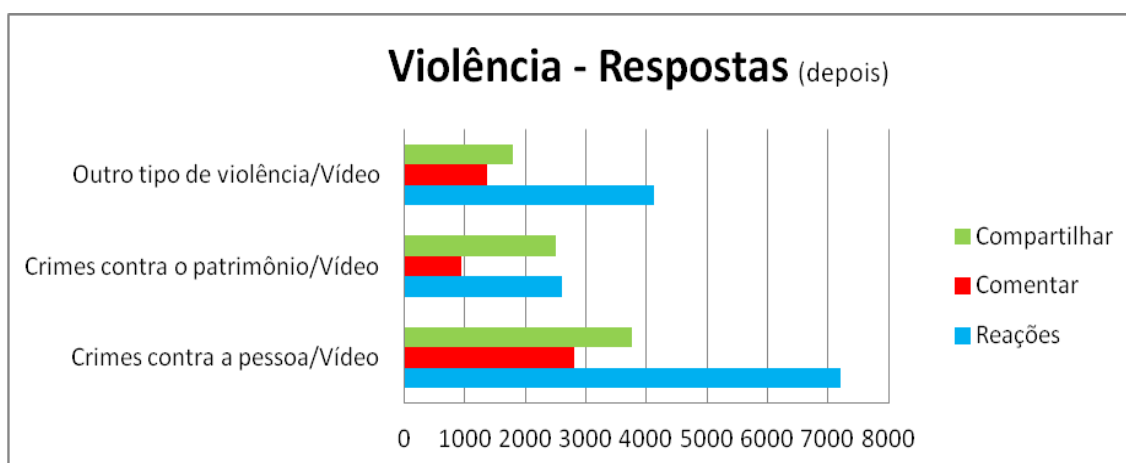
categoria, apresentaram desempenho similares: as reações são predominantes em relação aos comentários ou compartilhamentos, reforçando também as proposições sobre legitimação e concordância citadas anteriormente.

Gráfico 11 – Tipos de Respostas – categoria Violência (antes)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2019

Gráfico 12 – Tipos de Respostas – categoria Violência (depois)



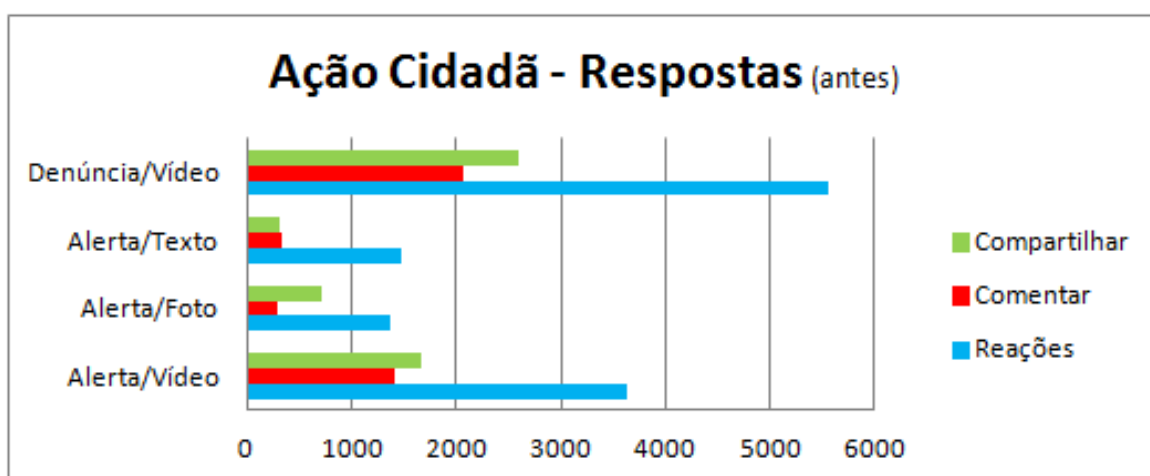
Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2019

O mesmo movimento pode ser observado na categoria “Ação Cidadã”, ou seja, as reações se sobrepõem em relação aos dois outros tipos de

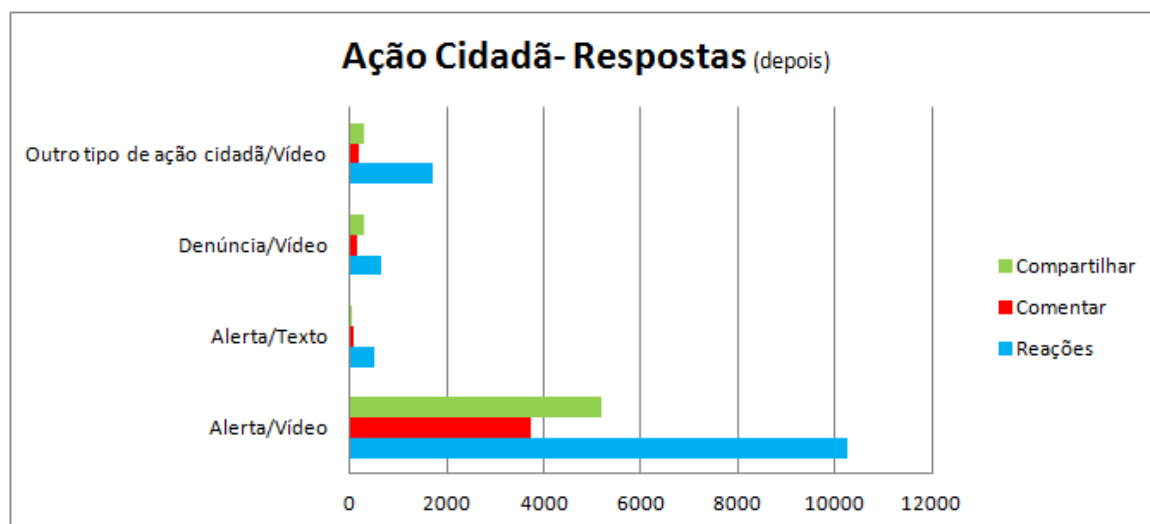
respostas. Para o presente mapeamento, os comparativos numéricos são necessários a fim de desenhar um cenário macro, mas, o que se faz necessário salientar é que, na prática do uso do Facebook nenhuma ação elimina a outra: nesse sentido, uma publicação pode conter os três tipos de resposta (reação/curtida, comentário e compartilhamento).

O conjunto dessas ações em cada postagem é que o constitui a métrica para o que o Facebook chama de taxa de engajamento, ou seja, a quantidade de interações entre usuários com determinada publicação. No caso da OTT-RJ, o conceito de engajamento faz parte de sua essência, uma vez que a razão de ser de cada postagem é ser compartilhada ou comentada (com seguidores marcando outros usuário do Facebook que possam estar em áreas de risco).

Gráfico 13 – Tipos de Respostas – categoria Ação Cidadã (antes)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2019

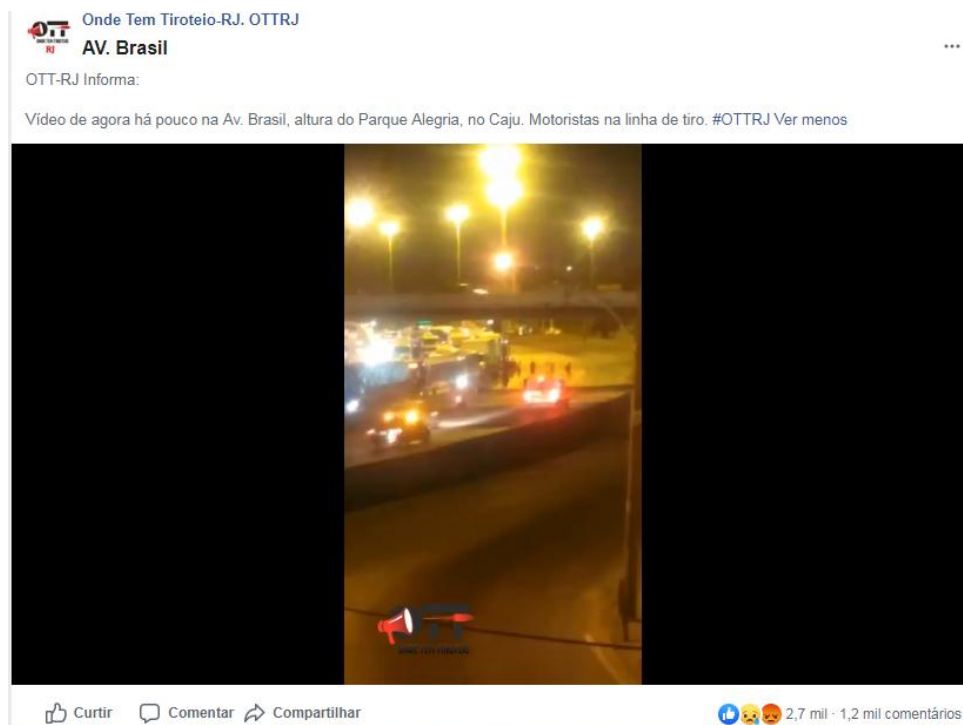
Gráfico 14 – Tipos de Respostas – categoria Ação Cidadã (depois)

Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2019

Como a proposta inicial da rede é alertar seguidores e moradores do Rio de Janeiro em geral sobre áreas de risco na cidade, os comentários e compartilhamentos constituem movimento essencial para que a informação amplifique seu alcance e chegue até os cidadãos – mesmo àqueles que não façam parte necessariamente do grupo de seguidores da OTT-RJ. Mesmo não sendo a recepção o foco central desse mapeamento, vale destacar as mensagens que tiveram maior número de comentários e compartilhamentos, uma vez que essa interatividade traz o sentido de retroalimentação do processo comunicativo.

Na categoria “Violência”, a postagem com mais comentários e maior número de compartilhamentos em todo o período (unindo os sete dias anteriores e os sete dias posteriores) traz um vídeo mostrando um arrastão na Avenida Brasil, no exato momento em que assaltantes atravessam à pé a avenida e é possível ouvir tiros sendo disparados. Nesse mesmo vídeo, mostra-se também alguns motoristas deixando os carros e buscando abrigo, tentando se proteger dos disparos.

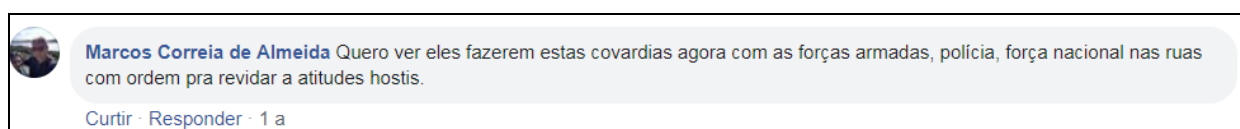
Figura 35 – Postagem com maior número de comentários e compartilhamentos na categoria “Violência” (período total)



Fonte: Reprodução de www.facebook.com.br/OTTRJ/, acesso em 2019

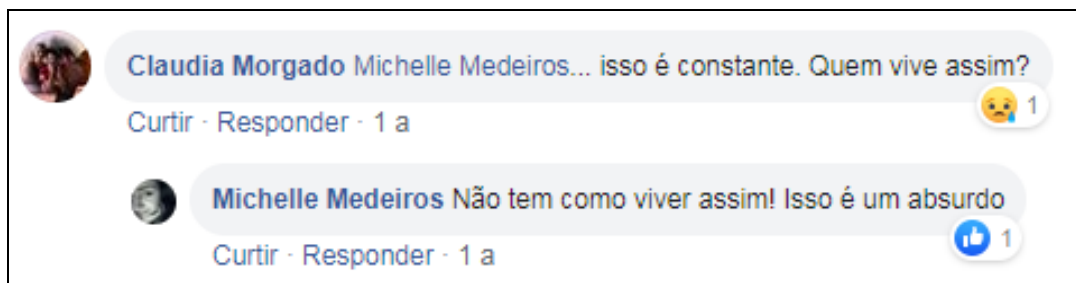
Essa publicação foi feita em 17 de fevereiro de 2018, às vésperas do início efetivo da intervenção federal no Rio de Janeiro e, em parte dos comentários, é possível detectar o anseio da população para a rápida implantação e funcionamento do aparato militar sobre a segurança pública carioca. Alguns textos, inclusive, fazem alusão à banalização desse tipo de ação violenta, que teria virado rotina em vários pontos da cidade.

Figura 36 – Comentário com expectativa do início da intervenção federal



Fonte: Reprodução de www.facebook.com.br/OTTRJ/, acesso em 2019

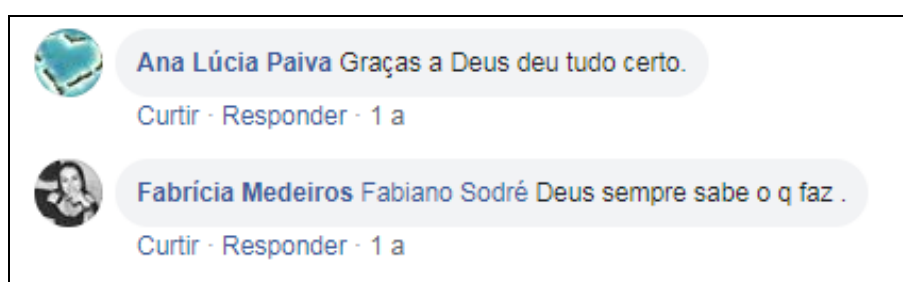
Figura 37 – Comentário com marcação e resposta sobre a rotina de arrastões e tiroteios



Fonte: Reprodução de www.facebook.com.br/OTTRJ/, acesso em 2019

Não raro também são os comentários de apelo religioso, que podem acompanhar marcações ou apenas servirem como consolo diante de uma situação de impotência da população e da falta de ações por parte do Estado. Apesar de não haver relacionamento direto entre as temáticas, a fé sempre aparece em forma de pedidos (de salvação ou resguardo) ou livramento (para quem conseguiu “escapar” de uma situação de violência).

Figura 38 – Comentários de cunho religioso



Fonte: Reprodução de www.facebook.com.br/OTTRJ/, acesso em 2019

O predomínio de expressões de indignação com o abandono da segurança pública no Rio de Janeiro é o que se sobressai. Muitos seguidores usam a palavra “guerra” para designar a situação, enquanto outros falam em

vergonha do lugar onde mora ou, ainda, manifestam desejo de mudar para outra cidade.

Figura 39 – Comentários sobre a situação do Rio de Janeiro

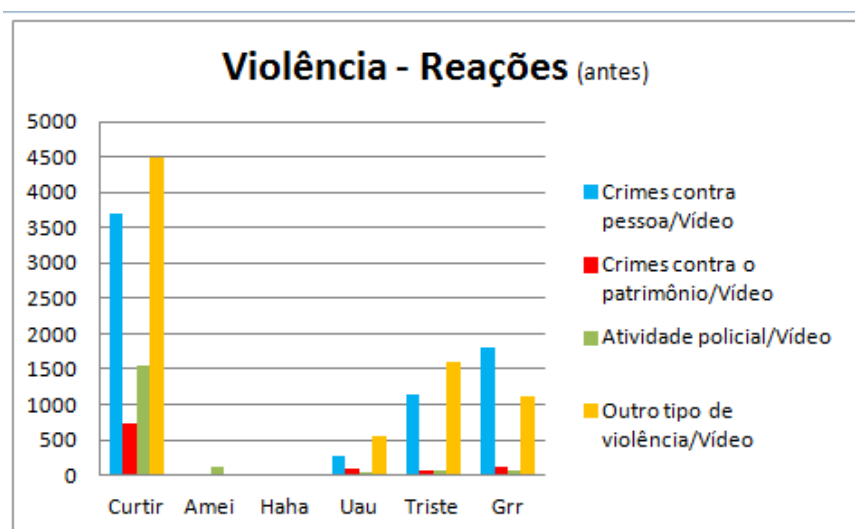


Fonte: Reprodução de www.facebook.com.br/OTTRJ/ (grifos da autora), acesso em 2019

Dando sequência às análises, seguem dados referentes à última subcategoria estudada. Em “Reações”, é possível desdobrar a quantidade de cliques nos tópicos contidos no botão “Curtir”, a saber: “Curtir”, “Amei”, “Haha”, “Uau”, “Triste” e “Grr”. Para além da legitimação, apoio ou concordância com a publicação, essas reações demonstram de maneira mais explícita o que o seguidor da página sente em relação à determinada postagem. Trata-se de uma escolha deliberada, com intenção e que expressa algum sentimento, seja de afeto, alegria, espanto, tristeza ou raiva. Considerando a temática da OTT-RJ, espera-se que as reações “Amei” e “Haha” tenham percentuais muito pequenos de participação e é exatamente o que se comprova a partir dos números gerais dos dois períodos. Em “Violência”, das 31.245 reações catalogadas, apenas 273 expressam afeto ou alegria. Na categoria “Ação

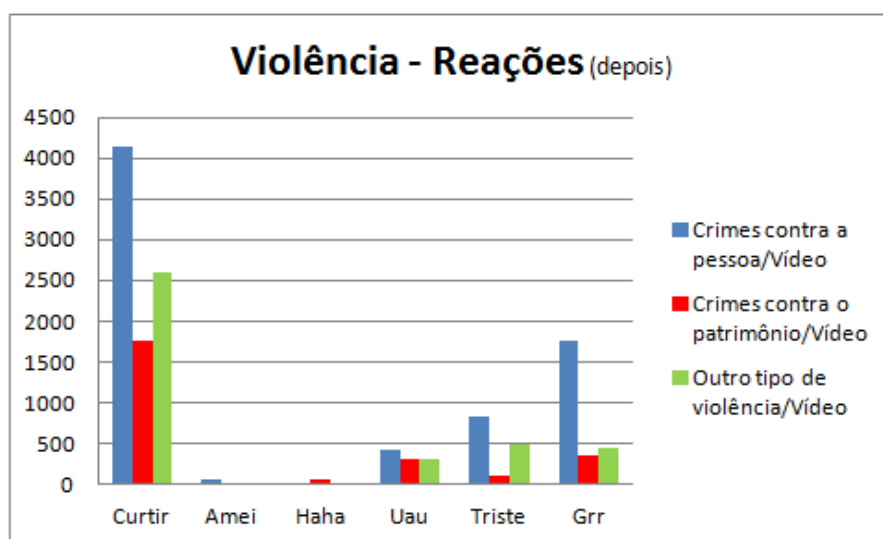
Cidadã” os valores são muito próximos: 304 reações “Amei” e “Haha” aparecem no universo de 24.024 reações. A reação “Curtir” continua na liderança de reações, em todos os períodos, seguida por “Grr” e “Triste”.

Gráfico 15 – Tipos de Reações – categoria Violência (antes)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2019

Gráfico 16 – Tipos de Reações – categoria Violência (depois)



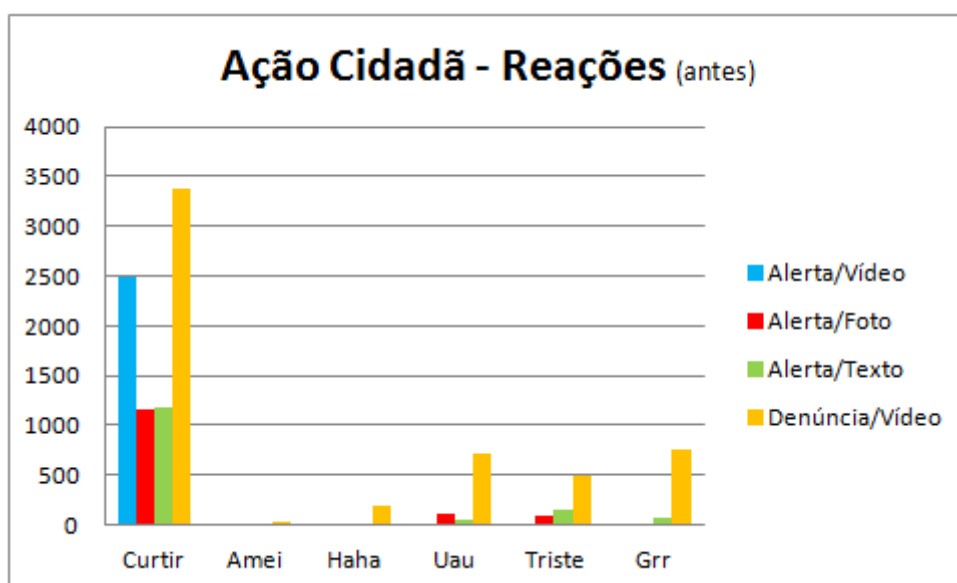
Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2019

Tanto em “Violência” quanto em “Ação Cidadã”, essa supremacia numérica do uso do botão “Curtir” pode ser entendido também como forma de agradecimento.

Nesse sentido, as pessoas agradecem a publicação de uma informação considerada relevante. Além disso, outro elemento importante observado é a prática de curtir comentários. Essa prática tem um grande valor por apoiar o comentarista, manifestando concordância [...], mas, igualmente serve para mostrar que o comentário foi lido [...]. (RECUERO, 2014, p. 120)

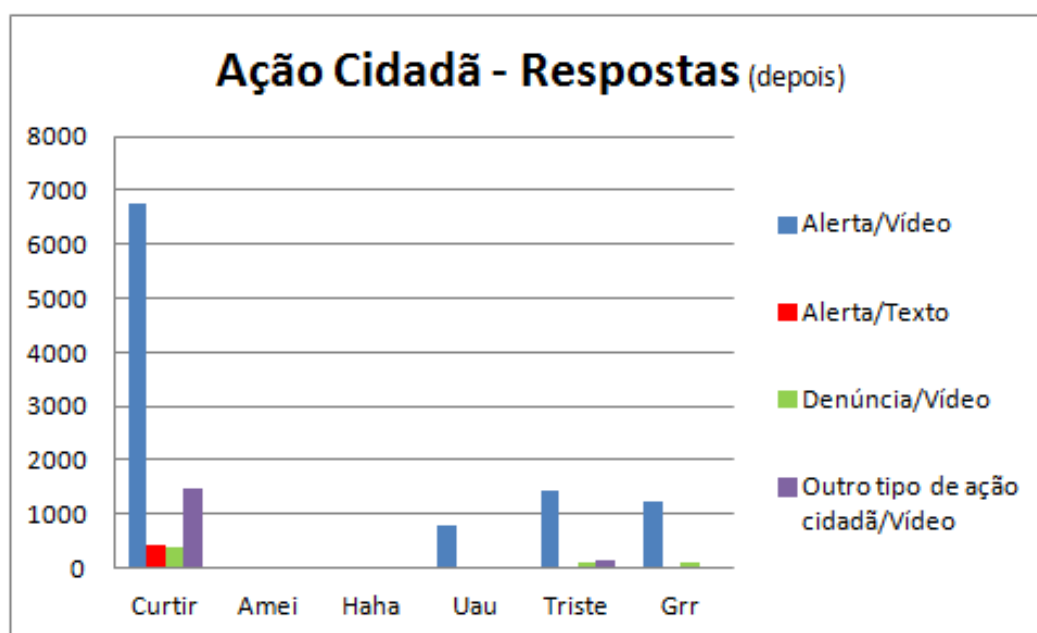
A prática de curtir comentários também é recorrente na página da OTT-RJ, uma vez que o processo desenvolvido com a intenção de marcar alguém em área de risco implica em algum tipo de resposta, algo que indique que a pessoa marcada viu a publicação e está ciente dos acontecimentos em sua proximidade. E isso pode se dar tanto em forma de curtida quanto de comentário.

Gráfico 17 – Tipos de Reações – categoria Ação Cidadã (antes)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2019

Gráfico 18 – Tipos de Reações – categoria Ação Cidadã (depois)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2019

A expressão de sensações ou sentimentos a partir das denúncias e dos alertas postados na página da OTT-RJ coincidem com a linha de comentários realizados na página, que vão desde a aprovação do serviço prestado pela rede até ironias sobre a ineficiência do Estado em gerir a segurança pública local. O vídeo que teve mais reações “Amei” (113), em todo o período, está na categoria “Violência” e mostra uma ação militar em andamento, em sintonia com o desejo já demonstrado pelos seguidores da rede em obter alguma ação concreta por parte dos órgãos oficiais.

Figura 40 – Postagem com maior número de reações “Amei”



Fonte: Reprodução de www.facebook.com.br/OTTRJ/, acesso em 2019

De forma a fechar o presente mapeamento, estruturou-se uma nuvem de palavras³⁵ a partir das postagens realizadas nos períodos analisados. Essa visão traz uma contribuição comparativa mais ampla, no sentido de apontar possíveis diferenças entre os conteúdos recorrentes da página OTT-RJ nos dois períodos, explicitando os termos mais usados nas publicações. Para tal efeito, foram excluídas as expressões de retranca (como “OTT-RJ Informa:”) e a *hashtag* que finaliza todos os alertas (#OTTRJ).

³⁵ Nuvem construída com o aplicativo Wordclouds (<https://www.wordclouds.com/>), acesso em 2019

Figura 41 – Nuvem da palavras a partir das postagens da OTT-RJ sete dias antes da intervenção militar



Fonte: Imagem elaborada pela autora, 2019

postagens no Facebook não seriam tão próximas quanto àquelas destacadas no período anterior. O que se vê, porém, são expressões como “assalto”, “tiros” e “arrastão” seguindo como maiores figurações nas publicações ainda no período posterior à intervenção. No capítulo a seguir, quando serão traçadas as considerações acerca do presente mapeamento e dos questionamentos sobre a contribuição cidadã e para o cidadão, esse será um ponto relevante da análise, que merece tanto destaque quanto a palavra “atenção” nessas nuvens.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Tiros agora no bairro carioca, uma pessoa baleada”

“1 morto, 1 baleado uma criança ferida por estilhaços, uma loucura”

“Ainda tem polícia aqui mais tarde vai passar na Record”

O trecho escolhido para abrir a parte final dessa Dissertação de Mestrado foi retirado da página OTT-RJ na rede social Facebook, em primeiro de agosto de 2019, e se trata de um diálogo entre duas pessoas: a primeira frase é de uma seguidora da página que comenta uma postagem sobre outro alerta de tiroteio e acaba atualizando com mais essa localidade na cidade do Rio de Janeiro passando pela mesma situação. A segunda frase é de outra seguidora, respondendo ao informe feito no comentário e ampliando a notícia, com dados a respeito do desdobramento do tiroteio (mortos e feridos). Na terceira frase, a primeira seguidora responde com mais detalhes, inclusive sobre a cobertura de mídia que deve ter sido feita no local, por uma emissora de televisão.

A rede colaborativa de alerta de segurança online OTT-RJ foi criada para atender a uma demanda da população do Rio de Janeiro que em nada se aproxima do perfil de aplicativos de serviços ou outras redes de informação usuais: a proposta era ter uma plataforma para avisar a população sobre locais e horários em que estivessem ocorrendo tiroteios ou arrastões. Formas essas de violência que não são registráveis pela polícia local, exceto quando há vítimas. Na teoria, se não há registro, não há violência e nem dados a serem contabilizados, muito menos notícias a serem divulgadas. Na prática, entretanto, os tiroteios frequentes – tanto entre policiais e delinquentes ou de facções criminosas entre si – constituem uma realidade de grande parte da população do Rio de Janeiro e interfere diretamente sobre sua rotina. Sob tiroteio, trabalhadores têm dificuldades para chegar a seus empregos, alunos

não vão às escolas, o comércio fecha as portas e toda uma cadeia social é prejudicada.

O direito à segurança é uma premissa universal e, legalmente, faz parte da Constituição Brasileira como Direito Fundamental. Nesse sentido, é dever do Estado assegurar que a vida de cada cidadão seja preservada, bem como a dignidade pessoal e a ordem nacional. Novamente, é possível se deparar com a dualidade da máxima “na prática, a teoria é outra”: o Brasil apresenta índices de criminalidade alarmantes e registra, ano após ano, aumento significativo no número de homicídios, que o coloca na lista dos países mais violentos do mundo. A falta de políticas públicas para a segurança e o investimento de recursos em soluções imediatistas, como aumento de efetivos ou decretos de intervenções federais (como aconteceu no Estado do Rio de Janeiro) demonstram o quanto o Governo insiste em apresentar resoluções simplistas para uma questão complexa. Ao falhar nesse sentido, o Estado proporciona o terreno cada dia mais fértil para a perpetuação do caos e da violência.

O desamparo ao cidadão em um direito tão básico mostra uma de suas faces mais cruéis quando injeta na população uma dose duplicada de terror: além do medo do “bandido”, as pessoas também têm medo do “mocinho”. A polícia brasileira também é uma das violências do mundo, a que mais mata e também a que mais morre, num reflexo direto da falta de ação do Estado através das instituições. Diante desse cenário de total falta de confiança e amplificação do medo, pouco resta aos cidadãos comuns, além de tentar se guiar por alternativas de auto-proteção.

A ideia de pré-ver uma situação de violência e alertar outras pessoas sobre o risco de passar por determinado local ou mesmo se manter em segurança em uma região de conflitos armados é praticamente inédita. Praticamente, porque foi encontrado apenas um registro similar, de um aplicativo de alerta de segurança para a população em Israel: o *Red Alert* informa quando há disparo de mísseis na Faixa de Gaza. Essa iniciativa difere da brasileira no sentido de sua origem, uma vez que os alertas de disparo de mísseis são realizados a partir de uma sinalização oficial (quando o Exército

israelense prepara o lançamento, uma sirene é acionada), enquanto a OTT-RJ surgiu da iniciativa de um cidadão carioca é alimentada com dados fornecidos pela população.

O caráter colaborativo fez com que a rede crescesse e se tornasse uma das principais ferramentas de consulta e referência para a população do Rio de Janeiro antes de se deslocar de um ponto a outro da cidade. Tendo em vista que todo o processo é construído a partir da participação cidadã e foge das plataformas tradicionais da grande mídia, procurou-se investigar em que dimensão esse novo processo comunicacional contribui para uma efetiva transformação social. A grande parcela da população que comunica e se informa através da rede vive nas comunidades do Rio de Janeiro, locais onde também há maior incidência de tiroteios e conflitos entre facções rivais. Ao considerar que esse grupo já está à margem de uma série de direitos e que, também, sofre com exclusões sociais e econômicas, há muito pelo que lutar. No contexto da segurança, as armas são parcas e essa mesma população se espreme entre a truculência policial e a pesada artilharia do crime organizado, estando à mercê da própria sorte, lançada todos os dias na tela do aparelho celular. Poder acessar, mas, também construir a informação, através de proposta de uma comunicação dialógica e não-vertical que se alinha à necessidade de democratização dos processos comunicativos e abre o olhar para um modelo de mídia cidadã, na medida em que oferece voz àqueles que comumente são colocados à margem da sociedade. Não obstante, poderia se caracterizar ainda como comunicação popular, no sentido de denunciar de maneira direta as infrações aos direitos conquistados pela população; a lacuna que não preenche no objeto em si, no entanto, diz respeito aos desdobramentos de ação social e participação política.

O mapeamento das postagens da página do Facebook da rede OTT-RJ revelou um grande volume de publicações diárias, denunciando uma série de ocorrências que formam uma massa relevante de atentados contra a segurança da população. A interação com a página também é representativa, tanto em comentários (desde os lamentos até as indignações), quanto em

marcações de outras pessoas (a fim de alertar alguém que esteja em área de risco). No entanto, destas interações não foi possível identificar nenhum tipo de iniciativa que extrapolasse o ambiente virtual para o real ou, ainda, que levasse a outras propostas junto aos órgãos de competência a fim de transformação a realidade ali posta diariamente. Essa situação é explicitada, inclusive, pelo próprio criador da rede ao afirmar que já buscou parceria com o Governo e não obteve sucesso – ao contrário, teve seu dados questionados pela polícia do Rio de Janeiro. Importante salientar novamente que as informações sobre tiroteios, arrastões e balas perdidas não entram em estatísticas oficiais.

Voltando a um trecho da última frase que abre o presente capítulo: “mais tarde vai passar na Record”. Por que só mais tarde? Por que a mídia apenas liga seus holofotes quando há mortos ou feridos com alguma gravidade? Por que só entra no noticiário aquilo que atende ao interesse mórbido sobre o sofrimento de toda uma população carente de segurança? Por que nunca se questiona a origem dessa situação ou, ainda, por que ao longo dos anos essa situação se naturalizou a tal ponto que as matérias jornalísticas se resumem a responsabilizar apenas os criminosos nesse tipo de cobertura? E, finalmente, por que não há espaço para a voz do trabalhador que não consegue chegar ao emprego, às crianças que ficaram dias sem aula, às mães que vivem a incerteza de ver seus filhos voltarem para casa e aos jovens que deixam de buscar suas oportunidades de crescimento porque no caminho não há pedras, mas balas perdidas? Seria por demais leviana qualquer afirmação de que essa pesquisa conseguiu respostas para esses e tantos outros questionamentos dessa complexidade, que surgiram como questões de horizonte ao longo do trabalho. Sua importância não permite que se encerrem na presente Dissertação, devendo, portanto, serem retomados em estudos futuros mais aprofundados.

A iniciativa de uma rede colaborativa de alerta de segurança *online* carrega um forte apelo coletivo, tendo na comunicação participativa o importante ponto de apoio para que se estruture de forma efetiva e cumpra seus objetivos enquanto um embrião de mídia cidadã. Dessa maneira, e na

tentativa de responder ao questionamento que dá título à presente Dissertação de Mestrado, é preciso fugir da tentação maniqueísta em optar por uma das duas alternativas propostas. Como conclusão do trabalho desenvolvido, não se pode dizer que seja uma luta focada apenas em direitos e nem uma estratégia para que haja algum tipo de visibilidade. Trata-se de uma luta pela sobrevivência.

REFERÊNCIAS

ABREU, Sergio R. Policiamento em comunidades de risco social. *In*: COSTA, Ivone F. e BALESTRERI, Ricardo B. (Org.). **Segurança Pública no Brasil: um campo de desafios**. Salvador: Edufba, 2010.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

BARATA, Susana de Almeida. **Violência Urbana**. Trabalho de Avaliação Contínua (Licenciatura em Sociologia) – Faculdade de Economia, Universidade Coimbra, Portugal, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARREIRA, César. Processo civilizador, democracia e cidadania. *In*: COSTA, Ivone F. e BALESTRERI, Ricardo B. (Org.). **Segurança Pública no Brasil: um campo de desafios**. Salvador: Edufba, 2010.

BARRETO, A. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 122-127, 1998.

BRAGA, José Luiz. **Seminário MídiaTização** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por JBRAGA@unisinovos.br em 6 de junho de 2019.

BRASIL. Decreto Legislativo 10/2018, de 20 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Brasília: 2018, online.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Violência, direitos e cidadania: relações paradoxais. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v.54, n.1, p.44-46. 2002. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000100021&lng=en&nrm=iso, acesso jun 2019.

CARBONARI, Flávia e LIMA, Renato S. Cidades Seguras. *In*: **O Estatuto da Cidade e a Habitat III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a Nova Agenda Urbana**. Brasília: Ipea, 2016.

CASA FLUMINENSE. **Mapa da Desigualdade**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://casafuminense.org.br/mapa-da-desigualdade/#infograficos-da-desigualdade>, acesso jun 2019.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

CERQUEIRA, Daniel *et. al.* **Atlas da Violência 2017**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf, acesso jan 2019.

CERQUEIRA, Daniel *et. al.* **Atlas da Violência 2018**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_Atlas_da_Violencia_2018_Relatorio.pdf, acesso em jan/2019

CERQUEIRA, Daniel *et. al.* **Atlas da Violência 2019**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf, acesso jan 2019.

CESEC. Boletim Segurança e Cidadania, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec). Disponível em <https://www.ucamcesec.com.br>, acesso jul de 2019.

COSTA, Arthur T. M. Reformas institucionais e as relações entre a polícia e a sociedade em Nova Iorque. In: **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 19, n. 1. EdUnb, 2004.

DATAFOLHA. Avaliação de governos e opinião sobre segurança pública no Rio. São Paulo, março de 2018. Disponível em <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/03/26/c42da1e1670e94106e38b1e44a96d461.pdf>, acesso jun. 2019.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

FACEBOOK. Onde Tem Tiroteio-RJ OTT-RJ. Disponível em <https://www.facebook.com/OTTRJ/>, último acesso jul 2019.

FESTA, R. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In: Festa, R.; Silva, Carlos Eduardo Lins da (Orgs.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

FOLETTTO, Rafael. Desafios teóricos da pesquisa com sujeitos comunicantes: a contribuição da noção de cidadania comunicativa. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 131, p. 277-292, abr/jul. 2016. Disponível em: <https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/2576>, acesso jun 2019.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FÓRUM GRITA BAIXADA. **Um Brasil dentro do Brasil pede socorro**: Relatório-denúncia sobre o descaso estatal para com a vida humana na Baixada Fluminense e possíveis soluções urgentes. Rio de Janeiro, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRANCO, Marielle. **UPP - A redução da favela a três letras**: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2014.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Faculdade de Direito. **Relatório ICJ Brasil**. São Paulo, 2017-.

GOBBI, M. C. e BERNARDINI, G. Interatividade: um conceito além da Internet. **Revista Geminis**, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, n. 4, p 42-56, 2013.

GOBBI, M.C.; Xavier, J.T.; PORÉM, M. E. (Org). **Mídia cidadã e movimentos sociais**: desigualdades, resistências e mídia inclusiva. Bauru, 2018.

IBGE. **Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101631>, acesso jul 2019.

INPI. Disponível em <http://www.inpi.gov.br/>, acesso jul 2019.

INSTAGRAM. onde_ tem_ tiroteio. Disponível em https://www.instagram.com/onde_tem_tiroteio/?hl=pt-br, acesso jul 2019.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO. **Dados abertos**. Apresenta dados de registros criminais e atividade policial no Estado do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.ispdados.rj.gov.br/>, acesso jul 2019.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO. **Metodologia de agreeação de Códigos para publicação em DOERJ**. Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=39>, acesso jun. 2019.

KAPLÚN, Mario. **Una pedagogía de La comunicación**. Cuba: Editorial Caminos, La Habana, 2002.

LASSWELL, Harold. A estrutura e a função da comunicação na sociedade. In: COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e indústria cultural**. Rio de Janeiro: T. A. Queiroz, 1987.

LEITE, Aline B. V. C. O Espetáculo da Insegurança Pública: o RJ TV 1ª Edição e a Intervenção Militar na comunidade Rocinha, no Rio de Janeiro. In: **XII CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE MÍDIA CIDADÃ**, 2017, Juiz de Fora. Anais. Disponível em <https://www.ufjf.br/midiacidada2017/anais-2/>, acesso mar. 2019

LIMA, Venício A. **Mídia e teoria política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LOPES, Roseli E. *et. al.* Juventude pobre, violência e cidadania. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 17, n.3, p. 63-67, jul. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000300008&lng=en&nrm=isso.

MATTELART, A. A construção social do direito à Comunicação como parte integrante dos direitos humanos. **Revista Brasileira de Ciência da Comunicação**. São Paulo, v. 32, n. 1, p. 33-50, 2009

MELO, J. M. MacBride, a NOMIC e a participação latino-americana na concepção de teses sobre a democratização da comunicação. **Revista Logos**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 28, p. 42-59, 1º semestre de 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/12486>.

MODENA, Maura R. (Org.). **Conceitos e formas de violência**. Caxias do Sul: EducS, 2016. Disponível em: https://www.uces.br/site/midia/arquivos/ebook-conceitos-formas_2.pdf.

MORAIS, Regis. **O que é violência urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NUNES, Pablo. **Crime e polícia no #RiodeJaneiro**: Relatos em páginas do Facebook. Boletim Segurança e Cidadania, n. 24, outubro de 2017.

OTRE, M. A. C. **Comunicação popular, alternativa e comunitária**: um olhar sobre 40 anos de pesquisas no Brasil. São Paulo: Fundação JK, 2016.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 3 ed. São Paulo: Vozes, 2004.

PERUZZO, C. M. K. Os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. **Palavra Chave**. La Plata, Universidad de la Sabana, v. 11, 2008.

PERUZZO, C. M. K. Cicilia Peruzzo e as tendências para a pesquisa em comunicação popular e alternativa no Brasil. [Entrevista cedida a] Nivea Bona e Guilherme Carvalho. **Revista Uninter de Comunicação**. Curitiba, 2016.

QUINTANILHA, Benito. **Entrevista I**. [mar. 2019]. Entrevistadora: Mara Fernanda de Santi. Bauru, 2019. 1 arquivo .mp3 (21:43 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no apêndice dessa monografia.

RAMOS, S.; PAIVA, A.; NUNES, P. **Mídia e Violência: o que mudou em 10 anos**. Rio de Janeiro: CESeC, 2017.

RAMOS, Silvia (coord.). **A intervenção acabou**. Quanto custou? Infográfico. Rio de Janeiro: CESeC, dezembro de 2018.

RECEITA FEDERAL. Disponível em www.receita.fazenda.gov.br, acesso jul 2019.

RECUERO, Raquel. **Curtir, compartilhar, comentar**: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. Verso e Reverso, v. 28, n. 68, p. 114-124, maio-ago 2014.

REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM.. **Digital News Report 2018**. Disponível em <http://www.digitalnewsreport.org/>, acesso jul 2019.

ROCK CONTENTS. **Social Media Trends 2019**. E-book disponível em <https://materiais.rockcontent.com/social-media-trends>, acesso jul/2019.

SANTOS, B.S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAPORI, Luís F. **Segurança Pública no Brasil**: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **História: debates e tendências**, Minas Gerais, v. 7, n.1, p. 9-21, jan./jun. 2007b.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SILVA, Jorge. Questões atuais em Segurança Pública. *In*: COSTA, Ivone F. e BALESTRERI, Ricardo B. (Org.). **Segurança Pública no Brasil**: um campo de desafios. Salvador: Edufba, 2010.

TEIXEIRA, P. A. S.; OLIVEIRA, J. B. P.; PROVENZA, M. M. (org.) **Bala Perdida**. Rio de Janeiro: ISP, 2010. Arquivo disponível em www.isp.rj.gov.br, acesso jun 2019.

TWITTER. Onde Tem Tiroteio-RJ. Disponível em https://twitter.com/rj_ott, acesso jun 2019.

UNESCO. **Um Mundo e Muitas Vozes**: Comunicação e Informação na nossa Época. Rio de Janeiro: FGV, [1983] 1980

WE ARE SOCIAL. **Digital 2019**. Disponível em <https://wearesocial.com/global-digital-report-2019>, acesso jul 2019.

YOUTUBE. **OTT Onde tem Tiroteio**. Disponível em <https://www.youtube.com/channel/UCzCrP1-eqIDjV3xBKVeRG1A>, acesso jul 2019.

APÊNDICE

1. ENTREVISTA

3 de junho de 2019 – Bauru/SP; Rio de Janeiro/RJ

Benito Quintanilha – Fundador da rede de alerta de segurança OTT-RJ

Mara: Boa tarde, Benito! Primeiramente, obrigada por conceder essa entrevista

Benito: Boa tarde! Por nada... só não posso me demorar, senão os alertas ficam parados... se eu tirar a imagem ou mexer no celular, é para atender a OTT, tudo bem?

M: Se a imagem parar, é porque você está lançando um alerta, então?

B: Isso!

M: Se acontecer, você pode me falar inclusive no meio que dou uma pausa aqui.

B: Ok!

M: Você está trabalhando 24 horas por dia com isso, o tempo inteiro?

B: Não, nós somos em quatro, mas cada um tem seus empregos. Então, eu sou petroleiro, trabalho numa empresa privada de petróleo, quando estou de folga eu fico no OTT. Quando estou embarcado, eu não fico... daí é o Henrique, o Denis e o Marcos Vinícius. Ninguém financia a gente, a gente tira do bolso pra manter a OTT no ar.

M: Ia perguntar sobre isso, embora não seja o ponto específico da minha pesquisa, que está mais ligada à questão da segurança pública e tem uma função social, mas vocês têm um trabalho grande e árduo. É uma coisa

que 24 horas está acontecendo e vocês ainda não conseguem viver disso? Não tem retorno de internet, não tem dinheiro por trás disso?

B: Não, nada!

M: Vi a participação de vocês em um fórum sobre segurança e vocês estavam pensando em algumas parcerias, como Waze. Não caminhou nada disso?

B: Por enquanto não, não houve uma procura. Até porque hoje eu enxergo a gente como rival do Waze, entendeu? Já sei de uma maioria de pessoas que prefere usar OTT a usar Waze, principalmente motoristas de Uber, taxistas. A gente faz um projeto muito forte junto às empresas de ônibus do estado também, então, acaba que eles dão preferência pra gente. Embora a gente não peça dinheiro para fazer isso. Pra ter noção, a gente teve ano passado uma redução de pelo menos uns 30% de ônibus queimados. E desde quando pintou essa parceria com as empresas de ônibus, essas empresas não tiveram mais ônibus queimados.

M: Vocês fazem alertas específicos para ônibus?

B: Sim, são alertas específicos para empresas de ônibus. Então, um ônibus custa R\$ 1,5 milhão... a gente está evitando aí essa perda. Mas a gente, ao mesmo tempo, não pede nada em troca

M: Indo agora para questões mais específicas sobre o aplicativo e seus impactos... já vi algumas entrevistas e depoimentos sobre como surgiu a ideia, então, não vou nem entrar nessa fase inicial. Foi uma iniciativa de vocês mesmos, com objetivo de alertar os cidadãos cariocas sobre tiroteios, balas perdidas... se quiser acrescentar alguma coisa, fique à vontade!

B: Sim, de maneira resumida, é isso.

M: Quando da criação da rede, levando em consideração a audiência que vocês tinham naquele momento e o que têm agora, chegaram aonde

queriam? Era esse o alcance esperado? Ou vocês tem algo mais em mente?

B: A gente tinha uma ideia, mais pelo cenário de guerra que é o Rio de Janeiro. Mas a gente não esperava que fosse em nível nacional, o que ocorreu depois. A gente recebe até muitos pedidos de muitas pessoas pedindo para a gente fazer o mesmo trabalho no Pará, em São Paulo mesmo (que já iniciou esse trabalho), Goiás, enfim, vários outros Estados. Cidades também, como Porto Velho, é... não lembro o nome, mas, a pessoa até mandou e-mail pra gente e perguntou se a gente poderia... ah, é, Belo Horizonte! A gente não esperava isso, acabou que aconteceu. Agora a gente criou um aplicativo.

M: E já está em andamento esse aplicativo nacional?

B: É, já está operando, mas está ainda no boca a boca, porque a gente está pagando é caro, né... A gente está indo bem devagar.

M: E objetivo que você tinham no começo, que era ajudar as pessoas a fugirem de rotas de tiroteio, que as família cheguem em casa com segurança, isso se manteve ou vocês ampliaram esse objetivo e houve ramificações para outras coisas também?

B: Sim, se manteve. Eu acho que o foco principal ainda é esse. Você tem algumas coisas secundárias, como achar pessoas desaparecidas, animais perdidos, mas o foco principal continua sendo o trajeto, o ir e vir do cidadão.

M: E por que, em relação ao Fogo Cruzado, vocês acabaram sendo maiores e com mais interação nas plataformas nesse modelo de alerta? Por que tiveram mais sucesso?

B: Eu acho que foi o pioneirismo, né, os primeiros fomos nós. Só que a gente focou em coisa, como posso dizer... alertar a população, mas em palavras muito curtas. É sempre "OTT Informa", dando aonde está tendo tiro/o bairro ou aonde está tendo tiro/a rua ou localidade aproximada, uma referência. Acabou, É esse o alerta. É rápido, né.

M: Vocês têm um “Círculo de Confiança”. São as pessoas que checam para vocês as informações?

B: Sim. São pessoas que moram em comunidades, estão ouvindo tiros a todo momento e são pessoas de extremas confiança que pra gente “olha, tiros agora aqui na Rocinha”. A gente não precisa nem confirmar se for do Círculo de Confiança, já joga na rede direto.

M: E se não for alguém do Círculo de Confiança, como vocês fazem? Vocês checam com essas pessoas?

B: É, checa com essas pessoas do Círculo.

M: Você tem ideia de quantas pessoas você tem hoje, mais ou menos, nesse Círculo de Confiança?

B: Olha, deve ter aí na faixa, hoje, de 500 pessoas a 600.

M: Pessoas variadas? Moradores, trabalhadores de várias áreas?

B: É... agentes da Segurança Pública, tudo isso.

M: E como é que as pessoas entraram no Círculo de Confiança? Eram conhecidas de vocês?

B: Não... foi de tanto eles darem informes, a gente foi pegando esse pessoal e jogando dentro dos grupos, entendeu?

M: Vocês têm uma fonte prioritária? Ou tudo que chega vocês checam?

B: Não, tudo que chega a gente checa. Chegou, a gente está checando. Num futuro próximo a gente vai trabalhar com confirmação. A gente está fazendo esse teste em São Paulo: as pessoas podem mandar diretamente para o aplicativo e vai pro ar. Por exemplo: se a senhora falar aí, “tiroteio na faculdade, morreram 50”, ele já vai pro ar, ele já vai pra rede. A gente não vai filtrar isso. Mas, as pessoas vão dizer se é verdade ou não, através de um botãozinho lá. Então, se não alcançar em 10 horas, ou melhor, acho que até menos... eu não conheço essa parte técnica. Se não me engano é 1 hora, se

não tiver vinte confirmações ou dez, aquele alerta sai do ar, ele é removido automaticamente através de um algoritmo.

M: Bastante interessante...

B: É o mesmo sistema do Waze. Fala se tem um buraco na via, o outro vem atrás e confirma.

M: Vocês descartam algum tipo de informação? Existe algo que chega e vocês avaliam que não vale nem a pena disparar?

B: Sim, tem algumas coisas que a gente acaba descartando, já vê que é mentira. Já recebi assim: “traficantes acabam de invadir aeroporto internacional e metralhar todo mundo no angar”. Então, isso não precisa nem confirmar isso. Acontece muito. Ou então, “ah, jogaram uma granada dentro do trem e o trem explodiu”. Isso é muito instantâneo, pela magnitude fato narrado, se for verdade, acaba saindo mais rápido na imprensa.

M: E os vídeos, quem fornece para vocês?

B: São as próprias pessoas que filman, né.

M: E quando é câmera de segurança?

B: Também. Aí é a pessoa que teve acesso àquela imagem (morador de condomínio, casa, escritório)

M: De que maneira vocês vêm a contribuição para a população? As pessoas mais utilizam para se informar ou também participam bastante? Qual seria essa proporção?

B: Nosso alcance no Rio é de 6 milhões de pessoas. Posso contar aí que cerca de meio milhão participa ativamente e o restante que é só pegar informação. Ela quer apenas ver e saber por onde vai andar

M: Nesse meio milhão, tem as pessoas que mandam os alertas também?

B: Sim.

M: Você tem noção de quantos alertas recebe?

B: Olha, por dia a gente recebe numa faixa de 170, 190 tiroteios. Por dia! Confirmado, a gente consegue confirmar – como somos apenas quatro – na faixa de 20 a 25 por dia. Mas, eu posso dizer com total certeza que hoje o Rio de Janeiro tem mais de 70 ocorrências. Isso é certo, porque acaba que a gente confirma alguns tiroteios dias depois pela imprensa. Então a gente vê se algum tiroteio que chegou pra gente era verdade, embora a gente não tenha conseguido confirma. E a gente tem uma área de sombras, dentro do Estado do Rio... então chega pra gente tiroteio que teve em Petrópolis e não consigo confirmar porque não tenho uma rede grande lá. As poucas pessoas que a gente conhece.. “ah, não ouvi nada”, então a gente não lança. Daí, dois dias depois a gente vê na imprensa que teve o tiroteio. Então, pode botar uma média aí de 50 a 60. Quer dizer, dos 20, 25 que a gente confirma, na verdade, é pra ser mais uns 20. Nosso números, eles não são corretos, que a gente divulga os tiroteios. Eles estão errados! Esse número é maior, entendeu?

M: Isso me leva à próxima pergunta: faço um recorte para estudar justamente o período antes e depois da intervenção Federal no ano passado. De alguma maneira a intervenção diminuiu a violência?

B: Não ajudou em nada, não teve melhora nenhuma, entendeu? Você teve apenas um espalhamento maior das ocorrências. Posso dizer que hoje... penso assim, se a guerra ao tráfico, contra as drogas, se isso é uma guerra, a gente já perdeu a guerra faz muito tempo, entendeu? Agora a tendência é daqui para pior. O armamento está mais poderoso, a polícia está tendo que se armar mais. Eles estão sempre à frente da polícia em termos de tecnologia e armamento... hoje você tem ponto-cinquenta, um armamento que pode derrubar avião (em baixa altitude)! E é normal. Então, eu não vejo melhora não. Com a pacificação, não mudou nada não, absolutamente nada. A gente até recebeu ataques do próprio interventor federal, dizendo que eles não confiavam nos nossos números, que não eram auditados. Mas, era o papel dele, né? Defender o governo, não importa qual... defender o lado dele. Mas, enfim, na verdade

nosso números – de fato ele está certo – não são corretos, porque são maiores.

M: Apesar desse tipo de sinalização, de que maneira vocês poderiam contribuir para construção de políticas de Segurança Pública?

B: A gente acaba mostrando uma realidade... vou dizer uma coisa: a OTT botou hoje o Rio de Janeiro no mapa da violência no mundo todo. Tanto é que a gente tem um grupo de imprensa, dedicado somente para os profissionais da imprensa. Então, é um grupo no Whatsapp com cerca de 240 jornalistas, 30% deles são correspondentes internacionais. Ou até mesmo a imprensa estrangeira que entrou em contato conosco e pediu pra entrar no grupo. Então, tem New York Times, a gente tem o Daily Mirror, temos uma outra... enfim, tem BBC, CNN, Al Jazeera, tem as tevês chinesas, coreanas. Enfim, tá todo mundo no grupo. Eles não tinham a noção do que era o Rio de Janeiro. A gente também faz um trabalho muito bacana com os consulados aqui no Rio de Janeiro, tá? A gente informa com alertas específicos em inglês aonde está tendo confronto realmente na Zona Sul, porque a maioria dos consulados estão aqui e a maioria dos funcionários dos consulados de seus respectivos países moram na Zona Sul, então, a gente informa para eles em inglês aonde está tendo tiroteio.

M: São ações de comunicação de duas vias, correto? Vi uma de suas falas sobre o conceito de segurança 4.0. O que seria essa segurança?

B: A gente que criou, né? (risos). Porque o que acontece: você tem a segurança, vamos chamar de 1.0, porque era a ligação pelo 190, pelo telefone, e se as pessoas não tinham acesso, tinham que recorrer ao orelhão. Depois você tem o 2.0 quando você tem o celular na mão, então você vai entrar nas redes sociais daquele batalhão e fazer a denúncia. Eu considero o 3.0 a interação entre o Disk-Denúncia e a sociedade. E o 4.0 é a sociedade com a sociedade, ou seja, no meio do caminho entre o P2P ou citizen to citizen, vamos chamar (o C2C), você tem a Secretaria de Segurança Pública nesse

meio. Ou seja, não é ela que dá o informe, agora é o cidadão comum, que acaba chegando a ela, à segurança pública, entendeu?

M: E de que maneira poderia essa informação ser mais eficiente? Porque os dados estão aí, o que falta acontecer?

B: Ah, falta força de vontade deles, né? Da nossa parte não falta nada, só deles.

M: Alguém já fez em contato com você nesse sentido?

B: Não. Muito difícil um contato conosco. O único contato foi um comandante de um quartel da Polícia Militar de São Paulo. Porque nós, quando entramos em São Paulo, começamos a alertar os tiros na região do Morumbi, ali do Itaim Bibi, e ali são áreas nobres. Rapidamente chamou a atenção e o comandante de um quartel entrou em contato conosco e falou “puxa, eu queria fazer um trabalho mais próximo de vocês, sempre que tiverem um alerta, joga pra gente, me coloca no seu grupo”. E a gente colocou ele no nosso grupo.

M: É uma oportunidade perdida, no caso do Rio de Janeiro?

B: Sim!

M: Como você vê o futuro do Rio de Janeiro no que diz respeito à segurança?

B: Não, não existe futuro. Isso aqui já era, na minha visão acho que não tem mais o que se fazer. Eu não tenho como manter sob controle uma população que pega imposto em dia, enfim né... A gente paga quase praticamente 30, 40% da nossa em impostos e você não tem uma saúde decente, uma educação. Aí o cara mora lá numa comunidade muito pobre, por exemplo, no Complexo do Chapadão, daí ele abre a janela, depois de ver a novela e vê onde ele mora, entendeu? Então, ele vai reproduzir o que ali dentro? Você tem também outros fatores sociais envolvidos e existe uma má vontade da política federal, estadual e municipal. Isso em todos os governos. Eu sou uma pessoa que hoje eu não acredito na esquerda, não acredito na direita, eu creio que

política hoje só pensa no bolso. Então acaba que passa governo, vem governo e nada muda.

M: Acompanhando de longe, pelos aplicativos e páginas de redes sociais, tenho alguma noção do que a população enfrenta todos os dias. Mas, aí a situação deve ser bem mais delicada...

B: É, isso aqui é uma guerra, né? Tomou proporções de guerra: tem armamento de guerra... ontem mesmo a gente mostrou alguns vídeos de balas traçantes, que não eram poucas. Então lembra muito a Síria, né? Se você mostrar em outro lugar, lá nos Estados Unidos e perguntar “onde é isso?”, vão falar que é na Síria, que é do Iraque. Então, não, é no Rio de Janeiro. É armamento pesado cortando os céus. Isso aqui é guerra!

M: Você acha que a comunicação pode ajudar a salvar as pessoas da guerra?

B: Pode sim, pode sim. É o que a gente tenta fazer, entendeu? Mas, a gente não tem apoio, a gente poderia ter mais alcance. É lógico que a gente até pode alcançar, mas, a gente tem que tirar do bolso. Os softwares que a gente usa são caríssimos, e a gente tira do bolso. Hoje a OTT se paga, mas sempre sobra uma rabeira que a gente tem que pagar ainda (ainda mais em dólar). Se a gente tivesse apoio, a gente poderia agregar Waze, isso mudaria, pela experiência que a gente tem. Mas, enfim, não depende mais da gente. O máximo a gente já está fazendo... e já faz muito.

2. AGREGAÇÃO DE TÍTULOS CRIMINAIS

Metodologia de Agregação de Títulos Criminais e Administrativos para Publicação em DOERJ

HOMICÍDIO DOLOSO	Homicídio (outros) Homicídio Provocado por Projétil de Arma de Fogo Homicídio Provocado por Emprego de Arma Branca Homicídio Provocado por Asfixia Homicídio Provocado por Paulada Homicídio Provocado por Pedrada Homicídio Provocado por Queimaduras Homicídio Provocado por Veneno Feminicídio
LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE	Lesão Corporal Seguida de Morte (outros) Lesão Corporal Seguida de Morte Provocada por Projétil de Arma de Fogo Lesão Corporal Seguida de Morte Provocada por Emprego de Arma Branca Lesão Corporal Seguida de Morte Provocada por Paulada Lesão Corporal Seguida de Morte Provocada por Pedrada Lesão Corporal Seguida de Morte Provocada por Queimaduras Lesão Corporal Seguida de Morte - Violência Doméstica e Familiar (outros) Lesão Corporal Seguida de Morte Violência Doméstica e Familiar provocada por Emprego de Arma Branca Lesão Corporal Seguida de Morte - Violência Doméstica e Familiar Provocada por Paulada Lesão Corporal Seguida de Morte - Violência Doméstica e Familiar Provocada por Pedrada Lesão Corporal Seguida de Morte Violência Doméstica e Familiar Provocada por Projétil Arma de Fogo Lesão Corporal Seguida de Morte - Violência Doméstica e Familiar Provocada por Queimaduras Lesão Corporal Seguida de Morte Violência Doméstica e Familiar Provocada por Socos, Tapas ou Pontapés Lesão Corporal Seguida de Morte - Violência Doméstica Provocada por Paulada Lesão Corporal Seguida de Morte Provocada por Socos, Tapas ou Pontapés Lesão Corporal Seguida de Morte - Violência Doméstica Provocada por Pedrada Lesão Corporal Seguida de Morte - Violência Doméstica Provocada por Projétil de Arma de Fogo Lesão Corporal Seguida de Morte - Violência Doméstica Provocada por Queimaduras Lesão Corporal Seguida de Morte - Violência Doméstica Provocada por Socos, Tapas ou Pontapés Lesão Corporal Seguida de Morte (outros) - Violência Doméstica Lesão Corporal Seguida de Morte - Violência Doméstica provocada por Emprego de Arma Branca
LATROCÍNIO (roubo seguido de morte)	Roubo Seguido de Morte (outros) Roubo Seguido de Morte Provocado por Arma Branca Roubo Seguido de Morte Provocado por Projétil de Arma de Fogo
MORTE POR INTERVENÇÃO DE AGENTE DO ESTADO	Morte por Intervenção de Agente do Estado
TENTATIVA DE HOMICÍDIO	Homicídio (outros) - Tentativa Homicídio Provocado por Projétil de Arma de Fogo - Tentativa

	Homicídio Provocado por Emprego de Arma Branca - Tentativa Homicídio Provocado por Queimadura - Tentativa Homicídio Provocado por Asfixia - Tentativa Homicídio Provocado por Paulada - Tentativa Homicídio Provocado por Pedrada - Tentativa Homicídio Provocado por Veneno – Tentativa Feminicídio – Tentativa
LESÃO CORPORAL DOLOSA	Lesão Corporal (outros) Lesão Corporal Provocada por Projétil de Arma de Fogo Lesão Corporal - Violência Doméstica e Familiar (outros) Lesão Corporal - Violência Doméstica e Familiar Provocada por Emprego de Arma Branca Lesão Corporal - Violência Doméstica e Familiar Provocada por Paulada Lesão Corporal - Violência Doméstica e Familiar Provocada por Pedrada Lesão Corporal - Violência Doméstica e Familiar Provocada por Projétil de Arma de Fogo Lesão Corporal - Violência Doméstica e Familiar Provocada por Queimadura Lesão Corporal Provocada por Emprego de Arma Branca Lesão Corporal Provocada por Paulada Lesão Corporal Provocada por Pedrada Lesão Corporal Provocada por Queimadura Lesão Corporal de Natureza Grave (outros) Lesão Corporal de Natureza Grave Provocada por Projétil de Arma de Fogo Lesão Corporal de Natureza Grave Provocada por Emprego de Arma Branca Lesão Corporal de Natureza Grave Provocada por Paulada Lesão Corporal de Natureza Grave Provocada por Pedrada Lesão Corporal de Natureza Grave Provocada por Queimaduras Lesão Corporal - Violência Doméstica e Familiar Provocada por Socos, Tapas ou Pontapés Lesão Corporal de Natureza Grave - Violência Doméstica e Familiar (outros) Lesão Corporal de Natureza Grave - Violência Doméstica e Familiar Provocada por Paulada Lesão Corporal de Natureza Grave - Violência Doméstica e Familiar Provocada por Pedrada Lesão Corporal de Natureza Grave - Violência Doméstica e Familiar Provocada por Queimaduras Lesão Corporal de Natureza Grave - Violência Doméstica e Familiar Provocada por Socos, Tapas ou Pontapés Lesão Corporal de Natureza Grave Violência Doméstica e Familiar Provocada por Emprego de Arma Branca Lesão Corporal de Natureza Grave Violência Doméstica Familiar Provocada por Projétil de Arma de Fogo Lesão Corporal de Natureza Grave Provocada por Socos, Tapas ou Pontapés Lesão Corporal Provocada por Socos, Tapas e Pontapés Lesão Corporal - Violência Doméstica (outros) Lesão Corporal - Violência Doméstica Provocada por Pedrada Lesão Corporal - Violência Doméstica Provocada por Projétil de Arma de Fogo Lesão Corporal - Violência Doméstica Provocada por Queimadura Lesão Corporal - Violência Doméstica Provocada por Socos, Tapas ou Pontapés Lesão Corporal de Natureza Grave - Violência Doméstica (outros) Lesão Corporal de Natureza Grave - Violência Doméstica Provocada por Emprego de Arma Branca Lesão Corporal de Natureza Grave - Violência Doméstica Provocada por Paulada Lesão Corporal de Natureza Grave - Violência Doméstica Provocada por Pedrada Lesão Corporal de Natureza Grave - Violência Doméstica Provocada por Projétil de Arma de Fogo Lesão Corporal de Natureza Grave - Violência Doméstica Provocada por Queimaduras

	Lesão Corporal de Natureza Grave - Violência Doméstica Provocada por Socos, Tapas ou Pontapés Lesão Corporal - Violência Doméstica Provocada por Emprego de Arma Branca Lesão Corporal - Violência Doméstica Provocada por Paulada
ESTUPRO	Estupro Estupro com Resultado Lesão Corporal Grave Estupro com Resultado Morte Atentado Violento ao Pudor Atentado Violento ao Pudor com Resultado Lesão Corporal Grave Atentado Violento ao Pudor com Resultado Morte Estupro de vulnerável qualificado pela lesão corporal grave Estupro de menor de 18 (dezoito) anos e maior do que 14 (quatorze) anos Estupro de vulnerável Estupro de Vulnerável Qualificado Pelo Resultado Morte
HOMICÍDIO CULPOSO (no trânsito)	Homicídio Culposo Provocado por Colisão do Veículo Homicídio Culposo Provocado por Atropelamento Homicídio Culposo (outros) (Lei 9503/97) Homicídio Culposo Provocado por Capotagem Homicídio Culposo Provocado por Colisão com Ponto Fixo Homicídio Culposo Provocado por Queda no Interior do Veículo Homicídio Culposo Provocado por Queda do Interior de Veículo
LESÃO CORPORAL CULPOSA (no trânsito)	Lesão Corporal Culposa Provocada por Colisão com Ponto Fixo Lesão Corporal Culposa Provocada por Atropelamento Lesão Corporal Culposa Provocada por Colisão de Veículo Lesão Corporal Culposa (outros) (Lei 9503/97) Lesão Corporal Culposa Provocada por Capotagem Lesão Corporal Culposa Provocada por Queda do Interior do Veículo Lesão Corporal Culposa Provocada por Queda no Interior do Veículo
ROUBO A ESTABELECIMENTO COMERCIAL	Roubo no Interior de Estabelecimento Comercial Roubo a Estabelecimento Comercial
ROUBO À RESIDÊNCIA	Roubo no Interior de Residência Roubo no Interior de Condomínio
ROUBO DE VEÍCULO	Roubo de Veículo Roubo de Veículo - Moto
ROUBO DE CARGA	Roubo de Carga Roubo de Carga - Combustível Roubo Parcial de Carga Roubo de Veículo com Carga
ROUBO A TRANSEUNTE	Roubo a Transeunte
ROUBO EM COLETIVO	Roubo no Interior de Coletivo Roubo no Interior de Transporte Alternativo
ROUBO A BANCO	Roubo a Instituição Financeira
ROUBO DE CAIXA ELETRÔNICO	Roubo em Caixa Eletrônico Roubo com Subtração do Caixa Eletrônico
ROUBO DE APARELHO CELULAR	Roubo de Telefone Celular

ROUBO COM CONDUÇÃO DE VÍTIMA PARA SAQUE EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	Roubo com Condução para Saque em Instituição Financeira
ROUBO APÓS SAQUE EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	Roubo após Saque em Instituição Financeira
ROUBO DE BICICLETA	Roubo de Bicicleta
FURTO DE VEÍCULO	Furto de Veículo Furto de Veículo – Moto
FURTO A TRANSEUNTE	Furto a Transeunte
FURTO EM COLETIVO	Furto em Coletivo
FURTO DE APARELHO CELULAR	Furto de Aparelho de Celular
FURTO DE BICICLETA	Furto de Bicicleta
EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO	Extorsão Mediante Seqüestro Extorsão Mediante Seqüestro Resultando Lesão Corporal Grave Extorsão Mediante Seqüestro Resultando Morte (outros) Extorsão Mediante Seqüestro Resultando Morte por Projétil de Arma de Fogo Extorsão Mediante Seqüestro Resultando Morte por Queimaduras Extorsão Mediante Seqüestro Resultando Morte por Asfixia Extorsão Mediante Seqüestro Resultando Morte por Emprego de Arma Branca Extorsão Mediante Seqüestro Resultando Morte por Paulada Extorsão Mediante Seqüestro Resultando Morte por Pedrada Extorsão Mediante Seqüestro Resultando Morte por Veneno
EXTORSÃO	Extorsão (outros) Extorsão Indireta Extorsão seguida de Lesão Corporal Grave Extorsão seguida de Morte
EXTORSÃO COM MOMENTO DE PRIVAÇÃO DA LIBERDADE ("SEQUESTRO RELÂMPAGO")	Extorsão (Seqüestro Relâmpago)
ESTELIONATO	Estelionato (outros) Estelionato por Frustração do Pagamento de Cheque Emitido Estelionato Envolvendo Veículo Estelionato com Emprego de Cartão de Crédito Estelionato por Alienação ou Oneração Fraudulenta de Coisa Própria Estelionato por Defraudação de Penhor Estelionato por Disposição de Coisa Alheia como Própria Estelionato por Emissão de Cheque sem Suficiente Provisão de Fundos Estelionato por Fraude na Entrega de Coisa Estelionato por Fraude para Recebimento de Indenização ou Valor de Seguro Estelionato Envolvendo Veículo – Moto
APREENSÃO DE DROGAS	Tráfico nas Dependências ou Imediações de Estabelecimentos Hospitalares (Lei 11.343/06) Tráfico Prevalecendo-se da Função Pública (Lei 11.343/06) Compartilhamento de Droga com Pessoa de seu Relacionamento (Lei 11.343/06) Cultivo de Droga para Consumo Próprio (Lei 11.343/06) Associação para Tráfico de Droga (Lei 11.343/06)

	Compra de Droga para Consumo Próprio (Lei 11.343/06) Financiar o Tráfico de Droga (Lei 11.343/06) Lei de Drogas (Outros) (Lei 11.343/06) Tráfico envolvendo ou visando criança ou adolescente (Lei 11.343/06) Porte de Droga para Consumo Próprio (Lei 11.343/06) Prescrever ou Ministrar Culposamente Droga (Lei 11.343/06) Tráfico com o Exterior (Lei 11.343/06) Tráfico com Uso de Violência, Grave Ameaça ou outro Processo de Intimidação (Lei 11.343/06) Tráfico de Entorpecente (Lei 11.343/06) Tráfico Interestadual ou entre RJ e o Distrito Federal (Lei 11.343/06) Tráfico nas Depen ou Imediações de Sedes de Entidades Estudantis, Sociais e Outras (Lei 11.343/06) Tráficos nas Dependências ou Imediações de Estabelecimentos Prisionais (Lei 11.343/06) Lei de Entorpecentes (outros) Associação para Tráfico de Entorpecente Compra de Entorpecente para Consumo Próprio Prescrever ou Ministrar Culposamente Entorpecente Tráfico com Associação Tráfico com o Exterior Tráfico nas Imediações ou Interior de Estabelecimento de Ensino Tráfico nas Imediações ou Interior de Estabelecimento Hospitalar Tráfico nas Imediações ou Interior de Sede de Entidade Estudantil Tráfico nas Imediações ou Interior de Sede de Entidades Sociais e Outras Tráfico por Indução, Instigação ou Auxílio Tráfico Prevalecendo-se da Função Pública Tráfico Visando Menor de 21 Anos Tráfico de Entorpecente Uso de Entorpecente Apreensão de Substância Entorpecente Porte de Entorpecente para Consumo Próprio
APREENSÃO DE DROGRAS - POSSE OU PORTE	Compartilhamento de Droga com Pessoa de seu Relacionamento (Lei 11.343/06) Cultivo de Droga para Consumo Próprio (Lei 11.343/06) Compra de Droga para Consumo Próprio (Lei 11.343/06) Porte de Droga para Consumo Próprio (Lei 11.343/06) Prescrever ou Ministrar Culposamente Droga (Lei 11.343/06) Compra de Entorpecente para Consumo Próprio Prescrever ou Ministrar Culposamente Entorpecente Uso de Entorpecente Porte de Entorpecente para Consumo Próprio
APREENSÃO DE DROGAS - TRÁFICO	Tráfico nas Dependências ou Imediações de Estabelecimentos Hospitalares (Lei 11.343/06) Tráfico Prevalecendo-se da Função Pública (Lei 11.343/06) Associação para Tráfico de Droga (Lei 11.343/06) Financiar o Tráfico de Droga (Lei 11.343/06) Lei de Drogas (Outros) (Lei 11.343/06) Tráfico envolvendo ou visando criança ou adolescente (Lei 11.343/06) Tráfico com o Exterior (Lei 11.343/06) Tráfico com Uso de Violência, Grave Ameaça ou outro Processo de Intimidação (Lei 11.343/06) Tráfico de Entorpecente (Lei 11.343/06) Tráfico Interestadual ou entre RJ e o Distrito Federal (Lei 11.343/06)

	Tráfico nas Depen ou Imediações de Sedes de Entidades Estudantis, Sociais e Outras (Lei 11.343/06) Tráficos nas Dependências ou Imediações de Estabelecimentos Prisionais (Lei 11.343/06) Lei de Entorpecentes (outros) Associação para Tráfico de Entorpecente Tráfico com Associação Tráfico com o Exterior Tráfico nas Imediações ou Interior de Estabelecimento de Ensino Tráfico nas Imediações ou Interior de Estabelecimento Hospitalar Tráfico nas Imediações ou Interior de Sede de Entidade Estudantil Tráfico nas Imediações ou Interior de Sede de Entidades Sociais e Outras Tráfico por Indução, Instigação ou Auxílio Tráfico Prevalecendo-se da Função Pública Tráfico Visando Menor de 21 Anos Tráfico de Entorpecente
APREENSÃO DE DROGAS - APREENSÃO SEM AUTOR	Apreensão de Substância Entorpecente
ARMAS APREENDIDAS	Não possui titulação específica. Contagem é feita a partir de arquivos produzidos pela PCERJ e pela PMERJ.
RECUPERAÇÃO DE VEÍCULOS	Recuperação de Veículo Furtado - Moto Recuperação de Veículo Objeto de Apropriação Indébita Recuperação de Veículo Roubado Recuperação de Veículo Furtado Recuperação de Veículo Objeto de Apropriação Indébita - Moto Recuperação de Veículo Objeto de Estelionato Recuperação de Veículo Objeto de Estelionato - Moto Recuperação de Carga e Veículo Objetos de Apropriação Indébita Recuperação de Carga e Veículo Objetos de Estelionato Recuperação de Carga e Veículo Roubados Recuperação de Veículo Roubado - Moto Recuperação de Carga e Veículo Furtados
AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	Não possui titulação específica. Contagem é feita a partir de variáveis que indicam prisões.
AUTO DE APREENSÃO DE ADOLESCENTRO POR PRÁTICA INFRACIONAL	Não possui titulação específica. Contagem é feita a partir de variáveis que indicam apreensões
CUMPRIMENTO DE MANDADO DE PRISÃO	Não possui titulação específica. Contagem é feita a partir de variáveis que indicam prisões.
CUMPRIMENTO DE MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO	Não possui titulação específica. Contagem é feita a partir de variáveis que indicam prisões
AMEAÇA	Ameaça
PESSOAS DESAPARECIDAS	Desaparecimento outros Desaparecimento nas Águas
ENCONTRO DE CADÁVER	Encontro de Cadáver Encontro de Desaparecido Morto
ENCONTRO DE OSSADA	Encontro de Ossada

POLICIAIS MILITARES MORTOS EM SERVIÇO

Não possui titulação específica. Contagem é feita a partir de arquivos produzidos pela PMERJ

POLICIAIS CIVIS MORTOS EM SERVIÇO

Não possui titulação específica. Contagem é feita a partir de arquivos produzidos pela PCERJ